



RELATÓRIO ANUAL

COMPLETO

2017





SUMÁRIO

AS REALIZAÇÕES DE 2017 E AS PERSPECTIVAS PARA 2018	3
SOBRE A ENERPREV.....	4
Governança da Enerprev.....	6
Composição Estatutária.....	7
NÚMEROS DA ENERPREV	8
Patrocinadoras	9
Participantes e Assistidos	10
Patrimônio da Entidade	11
Despesas Administrativas Consolidadas	12
Alterações no Regulamento do Plano Escelsos I	13
EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	14
CENÁRIO ECONÔMICO	17
INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS	20
Investimentos.....	21
Resumo do Política de Investimento.....	23
Rentabilidades.....	29
Resumo do Demonstrativo de Investimentos.....	30
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	39
Balanço Patrimonial.....	40
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	41
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa	42
Demonstração do Ativo Líquido.....	43
Demonstração da Mutação Ativo Líquido.....	52
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	61
Notas Explicativas	70
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.....	118
ATAS DE REUNIÕES	120
Ata da 51ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal.....	121
Extrato da Ata da 125ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo.....	123
PARECER ATUARIAL.....	124
Plano de Benefícios Escelsos I.....	125
Plano de Benefícios Escelsos II.....	132
Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante	143

AS REALIZAÇÕES DE 2017 E AS PERSPECTIVAS PARA 2018



O ano se encerra com uma avaliação positiva por parte da Diretoria Executiva da Enerprev. E isso por uma simples e boa razão: os objetivos estabelecidos como prioritários no Planejamento Estratégico de 2017 foram cumpridos conforme planejado.

Dentre os objetivos, destacamos um em especial: a internalização das atividades operacionais antes geridas por fornecedores externos e que passaram a ser executadas pela equipe da Enerprev, com exceção daquelas que envolvem o Processo de Investimentos. Este continua terceirizado.

Outros importantes destaques de 2017 foram:



Implantação dos Perfis de Investimentos, que permitiu aos participantes dos planos de benefícios Energias do Brasil e Escelsos II (somente aqueles ativos e os assistidos que recebem benefícios por renda financeira) direcionarem os seus recursos ao que melhor atende ao seu estilo pessoal, de forma transparente e democrática;



Ampliação da Carteira de Empréstimos para contemplar os participantes do Plano Energias do Brasil, atendendo a grande demanda desse público, que passou a ter a possibilidade de obter taxas mais atrativas, quando comparadas às oferecidas pelo mercado financeiro.



Realização do Processo Eleitoral, para a escolha de membros para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Entidade, que teve a sua votação realizada pela internet, o que proporcionou maior agilidade para o eleitor exercer o seu direito.



Mudança do custodiante para o Banco Bradesco, que proporcionará uma redução de custos, que poderá impactar positivamente no retorno financeiro dos investimentos.

Contudo, ainda temos ajustes a serem realizados. Dentre os objetivos traçados para 2018, destacamos o aperfeiçoamento dos canais de relacionamento e comunicação e a adequação do Sistema de Gestão da Entidade, visando futura certificação ISO 9001.

Por tudo isso, a Enerprev agradece a confiança demonstrada pelos seus participantes, assistidos e patrocinadoras e continua a contar com a compreensão de todos, algo que é muito importante nesse momento de transição de modelo da gestão dos processos da Entidade.

Nas próximas páginas, conheça informações detalhadas e os resultados alcançados para todos os planos administrados pela Enerprev.

Boa leitura!

Diretoria Executiva Enerprev



SOBRE A ENERPREV



SOBRE A ENERPREV



INSTITUCIONAL



A Enerprev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar Multipatrocinada e que administra planos de benefícios de natureza previdenciária em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor.

HISTÓRIA

A Enerprev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, foi instituída em 2006, passando a oferecer aos colaboradores do Grupo Energias do Brasil um plano na modalidade de Contribuição Definida, denominado “Plano Energias do Brasil”.

Em 2008, em função da incorporação da Fundação Escelsos, recebeu a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios Escelsos I e do Plano de Benefícios Escelsos II, nas modalidades de Benefício Definido e Contribuição Variável, respectivamente. Em 2011, passou a administrar o Plano PSAP/Bandeirante, oriundo da Fundação Cesp.

Com exceção do Plano Energias do Brasil, todos os demais planos estão fechados a novas adesões.

MISSÃO, VISÃO E OBJETIVOS

MISSÃO

Administrar planos de benefícios previdenciários com alto padrão de qualidade, adequados às expectativas dos participantes e patrocinadoras, de forma eficiente, flexível e transparente, num ambiente organizacional dinâmico e com respeito à legislação que rege a atividade.

VISÃO

Ser reconhecida como uma Entidade de Previdência Complementar altamente comprometida com a satisfação de seus participantes, por meio de uma gestão idônea e competente dos planos de benefícios, tendo por meta alcançar rentabilidade que venha a propiciar, aos beneficiários, melhores condições de aposentadoria.

OBJETIVOS

Estabelecer relacionamento sólido, transparente, respeitoso e pró-ativo com os participantes, beneficiários, patrocinadoras, órgãos reguladores e fiscalizadores e instituições financeiras.

- Garantir o sigilo e a integridade das informações dos participantes;
- Manter a qualidade dos serviços prestados, a serem desenvolvidos com comprometimento, transparência e competência;
- Garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos planos de aposentadoria administrados, por meio de uma estrutura ágil, eficiente e enxuta, com baixos custos administrativos;
- Estabelecer canais de comunicação adequados e de fácil acesso aos participantes e beneficiários.

GOVERNANÇA DA ENERPREV

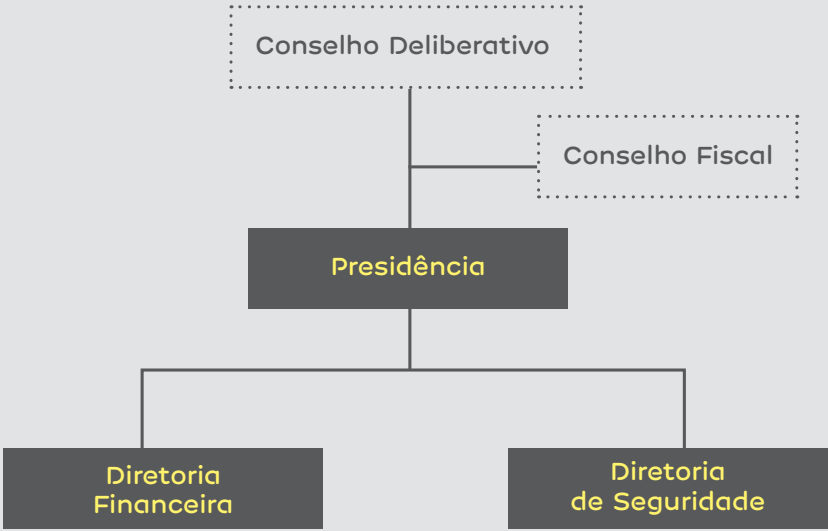
Os órgãos estatutários da entidade são responsáveis pela administração e fiscalização da Enerprev, sendo compostos pelos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva da Entidade.

Entre as responsabilidades dos conselheiros e dirigentes, destacam-se a de estabelecer normas e práticas que promovam o desenvolvimento institucional, a excelência

no cumprimento das obrigações legais e administrativas e o atendimento dos interesses das patrocinadoras, participantes e assistidos.

Além dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva, a entidade pode constituir outras instâncias de assessoramento, como conselhos consultivos e/ou comitês (de investimento, de risco, entre outros), observado seu porte e o número de planos e de patrocinadores.

ORGANOGRAMA DA ENERPREV



O Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal são compostos por membros indicados pelas patrocinadoras e eleitos pelos participantes. O processo eleitoral para a escolha dos membros titulares e respectivos suplentes dos Conselhos observam as regras previstas no Regimento Eleitoral, assegurando com isso que todos tenham voz e tornem conhecida a sua visão.

PROCESSO ELEITORAL DE 2017

Chegou ao fim, em 3 de novembro de 2017, mais um processo eleitoral na Enerprev. Ao todo, 1.435 participantes votaram para eleger os seus novos representantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Entidade. A Comissão Eleitoral, composta por Carlos de França, Márcio José Fonseca da Costa e Glauco Warner de Oliveira, coordenou tudo com atenção aos mínimos detalhes, para que fosse assegurada a máxima lisura aos trabalhos.

Concluída a fase da apuração dos votos e observados os prazos regimentais para possíveis impugnações, foi publicado o resultado final com a relação dos eleitos.

Confira:

Candidatos mais votados para o cargo de membro do Conselho Deliberativo:

1. Paulo Roberto Zibetti Jorge – Titular
2. Edson Wilson Bernardes França – Titular
3. Carlos Yoshio Motoki – Suplente
4. Ciro Marçal de Souza – Suplente

Candidatos mais votados para o cargo de membro do Conselho Fiscal:

1. José Geraldo Nunes – Titular
2. Israel de Moraes – Suplente

Posse

A posse se deu nas reuniões dos Conselhos que ocorreram no decorrer dos meses de novembro e dezembro de 2017, destacando que todos devem observar os requisitos para a sua certificação, a ser obtida no prazo de um ano após a posse, nos termos da legislação vigente.

COMPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA

(em 31 de dezembro de 2017)

DIRETORIA EXECUTIVA	
Marise Theodoro da Silva Gasparini	Diretora Presidente
Alvaro José Camassari de Gonzaga	Diretor Financeiro
Lilian Antunes Iguatemy Martins	Diretora de Seguridade

CONSELHO DELIBERATIVO	
Titulares	Suplentes
Indicados pela patrocinadora Carlos Emanuel Baptista Andrade (Presidente) José Cherem Pinto Sérgio Tadeu Nabas Jarbas Antonio de Biagi	Indicados pela patrocinadora Daniel Shem Cheng Chen Julio Galvão de Araújo Junior José Roberto Pascon Luis Carlos Gouveia Pereira
Eleitos no Processo Eleitoral Paulo Roberto Zibetti Jorge Edson Wilson Bernardes França	Eleitos no Processo Eleitoral Carlos Yoshio Motoki Ciro Marçal de Souza

CONSELHO FISCAL	
Titulares	Suplentes
Indicados pela patrocinadora André Luis Nunes de Mello Almeida (Presidente) Geraldo de Assis Souza Junior	Indicados pela patrocinadora Renan Silva Sobral Laércio Gomes Proença Junior
Eleito no Processo Eleitoral José Geraldo Nunes	Eleito no Processo Eleitoral Israel de Moraes



NÚMEROS DA ENERPREV



PATROCINADORAS

Patrocinadora é a empresa ou grupo de empresas de direito privado, ou entes de direito público, que oferecem aos seus empregados ou servidores planos de benefícios de natureza previdenciária, operado por Entidade Fechada de Previdência Complementar.

A Enerprev, que administra os planos de previdência que são oferecidos aos colaboradores do Grupo Energias do Brasil, possui as seguintes patrocinadoras.

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE	RAZÃO SOCIAL
Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão PSAP/Bandeirante	1982.0020-18	BD	EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.
Plano de Benefícios Escelsos I	1988.0009-47	BD	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.
			Energest S.A.
Plano de Benefícios Escelsos II	1998.0022-92	CV	Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
			EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.
Plano de Benefícios Energias do Brasil	2006.0071-65	CD	Energest S.A.
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
			EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.
			EDP - Energias do Brasil S.A.
			Instituto EDP Energias do Brasil
			Pantanal Energética Ltda ⁽¹⁾
			Lajeado Energia S/A
			ECE Participações S.A.
			EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A.
			Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. ⁽²⁾
			Energest S.A.
			EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda.
			EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
			Enerpeixe S.A.
			EDP Renováveis Brasil S.A.
			Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
			Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.
			Investco S.A.
			Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
			EDP - Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.
			Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.

Notas:

(1) Processo de retirada de patrocínio da empresa Pantanal Energética Ltda. do Plano de Benefícios Energias do Brasil aprovado de acordo com a portaria nº 477/2017 de 04 de maio de 2017, emitido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

(2) O Processo de retirada de patrocínio, posicionado em 31 de dezembro de 2017, estava em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

PARTICIPANTE

Participante é a pessoa física que, vinculada a uma patrocinadora ou instituidor, adere a plano de benefício de natureza previdenciária operado por Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, com o objetivo de formar uma poupança previdenciária para a garantia de renda futura para si ou para os seus beneficiários. Aqui estão enquadrados aqueles participantes que estão vinculados aos Planos como ativos, autopatrocinados e em Benefício Proporcional Diferido – BPD.

ASSISTIDO

Pode ser o participante ou o seu beneficiário que esteja recebendo complementação de aposentadoria ou de pensão, ou seja, as pessoas que estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.



A cada ano, cresce o número de pessoas que buscam uma aposentadoria segura. Veja a evolução do número total de participantes da Enerprev nos últimos 3 anos.

2015
4.824

2016
5.065

2017
5.128

PARTICIPANTES POR PLANO E POR TIPO DE VÍNCULO – EM 31/12/2017

Em 31/12/17, os participantes da Enerprev estavam divididos da seguinte forma:

Plano	Ativos		Assistidos		Pensionistas		Autopatrocinados		BPDs		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Energias do Brasil	1.723	1.625	8	5	-	-	55	41	55	59	1.841	1.730
PSAP/Bandeirante	415	455	810	780	43	40	23	28	96	99	1.387	1.402
Escelsos I	1	1	453	457	213	219	-	-	-	-	667	677
Escelsos II	403	461	743	708	43	43	24	30	20	14	1.233	1.256
Total	2.542	2.542	2.014	1.950	299	302	102	99	171	172	5.128	5.065

PATRIMÔNIO DA ENTIDADE



A ENERPREV encerrou o ano de 2017 administrando um patrimônio de, aproximadamente:

R\$ 1,7 bilhão

Este valor representa o somatório das reservas previdenciárias, que servem de base para o cálculo e pagamento dos benefícios aos participantes e assistidos dos quatro (4) Planos de Benefícios administrados pela Entidade, sendo eles: Planos Escelsos I e Escelsos II, Plano PSAP/Bandeirante e Plano Energias do Brasil.

O resultado alcançado nos traz uma prova de que a Entidade está seguindo a direção certa, para fornecer mais tranquilidade para os **mais de 5.000 participantes e assistidos** dos planos que administra.

Um detalhe interessante, por sinal, é que este quase 1 bilhão e setecentos milhões de reais deixam a **ENERPREV entre os fundos de pensão de perfil médio do País**, em um ranking definido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Conheça a Evolução do nosso patrimônio nos últimos 3 anos

Total da reserva acumulada pelos participantes e patrocinadoras para pagar os benefícios futuros de cada um:

(em R\$ mil)



2015

R\$ 1.439.331



2016

R\$ 1.590.410



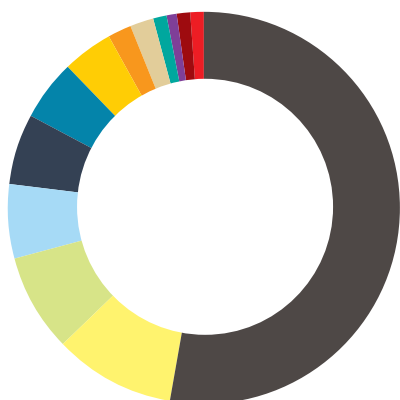
2017

R\$ 1.696.586

As informações referem-se ao "Realizável" identificado na conta 1.2 do Balanço Patrimonial dos referidos anos.

DESPESAS

ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS



em R\$ mil

Administração Previdencial			R\$ 7.416
53%	Pessoal e Encargos		R\$ 3.958
10%	Informática		R\$ 755
8%	Consultoria Atuarial		R\$ 560
6%	Tributos		R\$ 470
6%	Gestão/Planejamento Estratégico		R\$ 457
5%	Consultoria Jurídica		R\$ 359
4%	Despesas Gerais		R\$ 267
2%	Auditoria Contábil		R\$ 171
2%	Outras Despesas		R\$ 119
1%	Recursos Humanos		R\$ 98
1%	Viagens e Estádias		R\$ 80
1%	Treinamento/Congressos e Seminários		R\$ 77
1%	Consultoria Contábil		R\$ 45



em R\$ mil

Administração dos Investimentos			R\$ 3.731
61%	Pessoal e Encargos		R\$ 2.295
19%	Outras Despesas		R\$ 704
6%	Despesas Gerais		R\$ 223
5%	Tributos		R\$ 179
5%	Consultoria de Investimentos		R\$ 175
4%	Consultoria Jurídica		R\$ 155



DESPESAS TOTAIS
R\$ 11,147 milhões



✓ Incluir redação para formalizar a inclusão das demais patrocinadoras com convênio de adesão firmado no regulamento desse plano;

- ✓ Disciplinar a destinação de valores devidos em razão da aplicação de sanção por atraso no pagamento das contribuições, e

✓ Prever que a parcela da Reserva Especial atribuída à(s) Patrocinadora(s) poderá ser utilizada para compensar suas contribuições administrativas na hipótese de inexistir obrigação de pagar contribuição previdenciária ao Plano de Benefícios.

Alterar

(dez/17)

com 7
os 14
divul
Os 3
inve
ACO

Alterações no Regulamento das Perfis de Investimento Enxerpv

(dez/17)

Com o objetivo de adequar os Regras das Perfis de Investimento do Enxerpv das melhores práticas do mercado, foram realizadas alterações no Regulamento divulgado em novembro/17.

Os clientes acordaram para reorganizar as informações sobre a alocação dos investimentos por segmentos. Em função disso, foram realizadas as seguintes alterações no Regulamento Enxerpv:

Principais questões	3) Retificação da coluna "Empremitadas" do tabela, repositicionando as informações em forma de nota, abaixo do título; 2) Criação de uma coluna "Vetorização" indicando o percentual que cada segmento pode variar acima ou abaixo dos limites em cada segmento; 3) Retirada das informações sobre ALM que estavam na última linha do tabela.			
	Perfil de Investimento	Alocação em Renda Fixa	Alocação em Oportões com Part-Empremitadas (Empremitadas)	Alocação em outros Segmentos
Como era	Fix	Até 100,00%	Até 15,00%	0,00%
	Mix 15	85,00%	0,00%	15,00%
	Mix 30	70,00%	0,00%	30,00%
	ALM	N/A	N/A	N/A
Como ficou	Perfil de Investimento	Alocação em Renda Fixa	Alocação em outros Segmentos	Bandeira de Vetorização
	Fix	100,00%	0,00%*	0,00%
	Mix 15	85,00%	15,00%	3,00%
	Mix 30	70,00%	30,00%	3,00%
Outras questões	* Para o Perfil Fix não permitimos alocações em Oportões com Part-Empremitadas. Como complemento, também foram realizadas questões no conteúdo de alguns parágrafos (8º) do Regulamento: § 1º e § 2º do Artigo 5º Artigo 6º e seu § 2º			

Todos os clientes podem ser acessados na sua íntegra no quadro comparativo, disponível no site do Enxerpv (www.enxerpv.com.br/xxxxxxxxx).

Em caso de dúvidas, fale com a gente:

SÃO PAULO

Rua Gomes de Carvalho, 1.895 - 9º andar
Vila Olimpia - São Paulo/SP
CEP: 05597-208
Tel: 11 2185-5011 | 2185-5549
mailto:enxerpv@enxerpv.com.br

ESPÍRITO SANTO

Av. Oliveira Lima, 360 - Prédio 11
Plantação de Coqueiros - Vitória
CEP: 29192-748
Tel: 21 2346-4100
mailto:enxerpv@enxerpv.com.br





EDUCAÇÃO FINANCEIRA





EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A estratégia para a administração dos planos de benefícios de uma Entidade de Previdência Complementar, como a Enerprev, mira um horizonte de tempo que se mede em décadas e, com isso, as mudanças dos cenários devem ser bem compreendidas pelos participantes e assistidos dos planos.

Os especialistas em previdência complementar recomendam que as entidades de previdência complementar levem educação previdenciária e financeira de qualidade ao seu público. E isto foi o que a Enerprev fez ao longo de 2017, para que seus participantes e assistidos pudessem dosar corretamente suas expectativas com relação aos resultados financeiros e sobre as opções que são oferecidas pelos planos de previdência aos quais são vinculados.

Foi nesse espírito que, em consonância com os princípios que regem os esforços destinados a fomentar o compartilhamento do conhecimento, a Enerprev promoveu ciclo de palestras que foram ministradas nas diversas localidades em que atuam nossas patrocinadoras.

Com maior destaque para o tema dos Perfis de Investimentos que foram implantados nos Planos de Benefícios Escelsos II e Energias do Brasil, adicionalmente, foram realizadas palestras em localidades dos estados do Espírito Santo e de São Paulo.

Para que os participantes das demais localidades também tivessem as informações necessárias, foram realizadas comunicações específicas, como o envio de kits contendo folder, cartilha e termo de opção para assistidos por renda financeira. Já para os participantes ativos, foram realizadas diversas ações contando com chamadas nos murais eletrônicos das patrocinadoras e informativos com links para acessos aos materiais na intranet e na internet.

Além destas, outras ações foram realizadas para aumentar o conhecimento dos participantes e assistidos com relação às regras dos Planos de Benefícios administrados pela entidade.

Vídeo e Cartilha do Plano Energias do Brasil

Valorizado pelo Mercado, o Plano Energias do Brasil está disponível aos colaboradores das patrocinadoras da Enerprev. As vantagens de ter uma previdência complementar são muitas! E, ciente disso, a entidade produziu uma cartilha e um vídeo, com o objetivo de tornar mais claras as opções que são oferecidas por esse plano e passaram a ser disponibilizados em nosso site institucional: www.enerprev.com.br.



Cartilha e Folder dos Perfis de Investimentos

Por meio dos Perfis de Investimentos, a Enerprev passou a oferecer uma importante vantagem aos seus participantes: a possibilidade de escolherem, de acordo com os perfis que serão oferecidos, a forma como alocarão os recursos oriundos das suas contribuições.

Para auxiliar o participante na análise desse processo, a Enerprev preparou uma campanha de esclarecimento contando com os seguintes documentos:



Regulamento dos Perfis de Investimentos

Esse regulamento estabelece as características dos Perfis de Investimentos do Plano de Benefícios Escelsos II e do Plano de Benefícios Energias do Brasil e disciplina as opções dos participantes e Assistidos em gozo de benefício sob a forma de renda financeira por um dos referidos perfis e seus efeitos.



Cartilha dos Perfis de Investimentos

Nesse material é apresentado cada perfil e suas principais características, além de alguns conceitos básicos para que os participantes possam tomar as melhores decisões, incluindo a possibilidade de alterar as opções feitas anteriormente e escolher novas alternativas, em junho e dezembro de cada ano.

Folder dos Perfis de Investimentos

Esse folder é um resumo da cartilha dos Perfis de Investimentos.



- ▶ Em 2018, outras ações estão previstas para reforçar ainda mais o compromisso da Enerprev em promover uma comunicação eficaz com seus participantes e assistidos, para criar condições em que haja um alinhamento adequado entre as expectativas de todos com relação aos benefícios oferecidos e em consonância com a realidade do segmento de previdência complementar fechada.



CENÁRIO ECONÔMICO

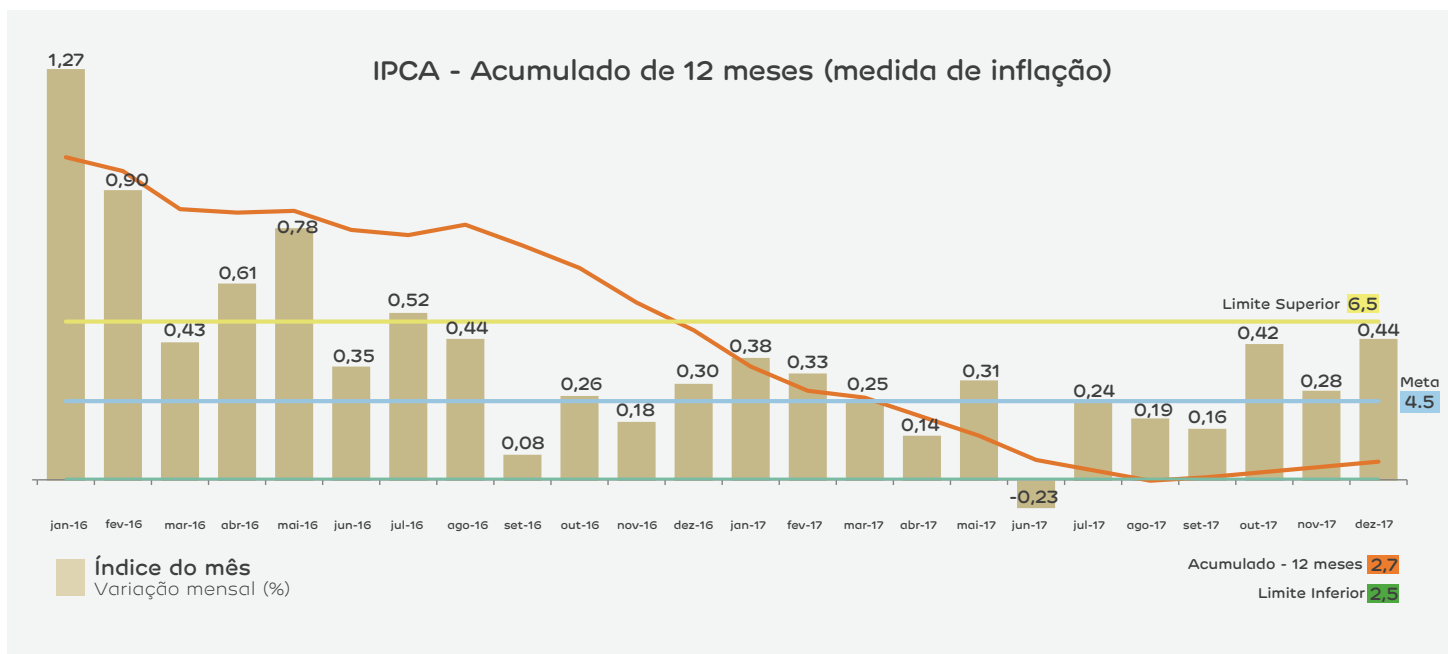
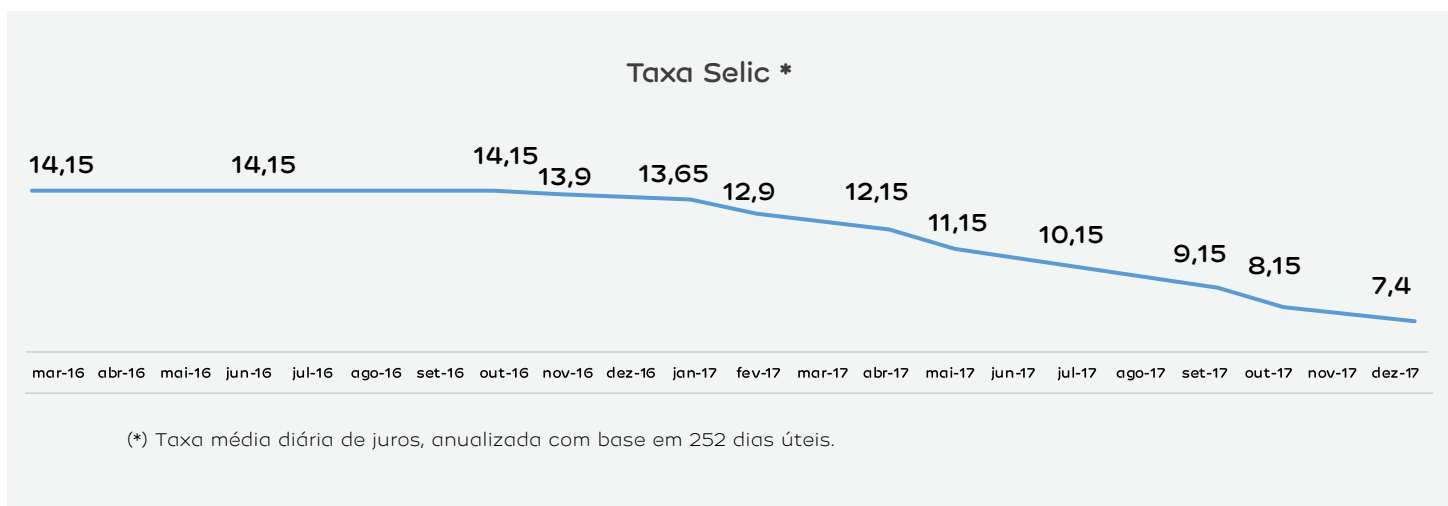


CENÁRIO ECONÔMICO

O IMPACTO NA RENTABILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

O País, depois de um longo e penoso período de crise econômica, tem observado a sua recuperação gradual. Os principais indicadores macroeconômicos demonstram isso. Temos uma inflação em um patamar bem baixo, o nível de desemprego vem sendo reduzido aos poucos, o volume de reservas do país em moeda estrangeira é bem confortável e a confiança do empresariado está subindo.

Com base nesses indicadores, o Banco Central vem consistentemente reduzindo a taxa básica de juros, índice que remunera os títulos emitidos pelo Governo. Isso pode ser percebido nos gráficos abaixo.



Fique ligado

SELIC

A taxa Selic também é conhecida como taxa básica de juros e serve de referência para a economia brasileira. Ela é utilizada nos empréstimos feitos entre os bancos e também nas aplicações feitas por estas instituições bancárias em títulos públicos federais. A Selic é definida a cada 45 dias pelo COPOM (Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil.)

IPCA

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi criado com o objetivo de medir a variação dos preços no comércio para o público final. O IPCA é considerado o índice oficial de inflação do país.

Partindo do princípio de que o Plano de Benefícios objetiva a garantia de uma poupança para o participante usufruir durante a sua aposentadoria, a partir da soma das suas contribuições com as da Patrocinadora, junto com a rentabilidade obtida durante todo o período e dado um nível de risco considerado aceitável para fundos de pensão, a maior parte dos recursos investidos pela Enerprev está alocada no segmento de Renda Fixa.

O segmento de Renda Fixa é composto por investimentos em que as condições de rentabilidade são determinadas já no momento da aplicação. Os títulos podem ser públicos, emitidos pelo governo (inclusive apresentam alta liquidez), ou privados, oferecidos aos investidores pelas companhias privadas.

Neste segmento, podemos encontrar títulos prefixados ou pós-fixados. No momento da aplicação, conhecemos as rentabilidades dos títulos prefixados, já os retornos dos papéis pós-fixados variam conforme o indexador da emissão. Neste ponto, podemos observar a questão da influência da queda da taxa Selic nos investimentos de Renda Fixa.

Com a queda das taxas, títulos prefixados que antes eram vendidos a níveis superiores a 10% ao ano, hoje são encontrados a venda a 6,5% ao ano. Já os títulos pós-fixados, anteriormente indexados a uma Selic a 14%, tiveram uma queda significativa na sua rentabilidade, estando hoje, a 9,94%.

Como podemos notar, os resultados obtidos pelos Planos administrados pela Enerprev têm sido bastante satisfatórios, quando comparamos com os principais índices de mercado.

Plano	Meta/Benchmark	Rentabilidade %
Energias do Brasil	CDI + 1,5% a.a.	11,63%
Plano I	INPC + 4,50% a.a.	9,02%
Plano II	INPC + 4,50% a.a.	12,05%
PSAP BSPS	INPC + 5,93% a.a.	0,78%
PSAP BD	INPC + 5,98% a.a.	-0,33%
PSAP CV	INPC + 6,06% a.a.	11,42%

Nota: Rentabilidade das cotas previdenciais em % do período de janeiro a dezembro de 2017

Entretanto, devemos observar que a rentabilidade de Renda Fixa tem diminuído de forma consistente, em consequência da redução da taxa Selic.

A partir da queda das taxas de juros, e enquanto elas estiverem nesse patamar mais baixo, para obter a rentabilidade mais próxima à anteriormente auferida, será necessária uma maior exposição ao risco, com suas consequências positivas ou negativas.

Dessa forma, aconselhamos que acompanhem mensalmente os resultados do seu plano pelo site da Enerprev e pelos materiais divulgados aos participantes.



Fique ligado

INPC

O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) é medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde setembro de 1979. Ele é obtido a partir dos Índices de Preços ao Consumidor regionais e tem como objetivo oferecer a variação dos preços no mercado varejista, mostrando, assim, o aumento do custo de vida da população.

CDI

Certificado de Depósito Interbancário: São títulos de emissão das instituições financeiras que lastreiam as operações do mercado interbancário.



INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS





INVESTIMENTOS

Os membros do Conselho Deliberativo da Enerprev, em sua reunião realizada em 27 de março de 2018, aprovaram as propostas para alteração das Políticas de Investimentos válidas para o período de 2018 a 2022 e que são revisadas anualmente.

Essas alterações foram realizadas com o objetivo de buscar a simplificação do modelo de alocação dos ativos e a redução do número de gestores de recursos com que trabalhamos.

Essa nova estrutura de gestão, entre outras vantagens, permite uma administração mais simples, abrindo espaço para a escolha de ativos, com um foco maior em papéis mais alinhados ao perfil dos planos administrados pela entidade e dos seus participantes. O monitoramento também ficará mais fácil de ser realizado, o que, por sua vez, implicará em redução dos custos e dos riscos operacionais envolvidos no processo.

Resumidamente, as principais mudanças foram:

- Renda Variável: mudança de uma gestão ativa para uma gestão passiva (referência Ibovespa);
- Eliminação gradual dos investimentos nos segmentos Estruturados e Imobiliários;
- Eliminação dos investimentos no segmento Investimentos no Exterior.

Acesse www.enerprev.com.br e conheça as novas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios administrados pela entidade.

Fique ligado



Gestão Passiva

Busca reperformar o índice, que, no caso da Enerprev, é o Ibovespa. Isso quer dizer que a rentabilidade poderá ser igual, ou muito próxima à do índice.

Gestão Ativa

Busca superar o índice, mas, para isso, tem que usar outras estratégias, correndo mais riscos. Com isso, sua rentabilidade pode ser superior ou inferior ao índice.

LIMITES DE ALOCAÇÃO POLÍTICA DE INVESTIMENTOS VS. LEGISLAÇÃO VIGENTE VS. APLICADO

Segmento	Alocação 2017	Limite Resolução 3792	Limite Política de Investimentos	
			Minímo	Máximo
Plano de Gestão Administrativa				
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Energias do Brasil				
Renda Fixa	90,9%	100,0%	70,0%	100,0%
Renda Variável	7,9%	70,0%	0,0%	30,0%
Operações com Participantes	1,2%	15,0%	0,0%	15,0%
Escelsos I				
Renda Fixa	99,1%	100,0%	94,0%	100,0%
Imóveis	0,6%	8,0%	0,0%	2,0%
Operações com Participantes	0,3%	15,0%	0,0%	2,0%
Escelsos II				
Renda Fixa	87,9%	100,0%	70,0%	100,0%
Renda Variável	8,0%	70,0%	0,0%	30,0%
Investimentos Estruturados	3,0%	20,0%	0,0%	5,0%
Imóveis	0,6%	8,0%	0,0%	2,0%
Operações com Participantes	0,6%	15,0%	0,0%	3,0%
PSAP Bandeirante				
Renda Fixa	90,8%	100,0%	84,0%	100,0%
Renda Variável	5,2%*	70,0%	0,0%	5,0%
Investimentos Estruturados	2,0%	20,0%	0,0%	5,0%
Imóveis	0,3%	8,0%	0,0%	7,0%
Operações com Participantes	0,8%	15,0%	0,0%	7,0%
Investimentos no Exterior	0,9%	10,0%	0,0%	1,0%

* Existe uma banda de variação de 3%, estabelecida na Política de Investimentos, portanto não configura desenquadramento.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS ENERGIAS DO BRASIL CNPB: 2006007165

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2017 a 12/2017				
Participação %	Plano/Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
100,00	Plano	100,00	DI-CETIP	1,50
100,00	Renda Fixa	100,00	DI-CETIP	0,60
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	2,00
100,00	Empréstimos e Financiamentos	100,00	DI-CETIP	1,50

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Documentação				
Nº da Ata: 215 - Data: 30/11/2016				
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	Plano	Ricardo José Machado da Costa Esch	333.576.096-49	Diretor de Investimentos

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

- Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim / Dispõe de Manual: Não
- Possui modelo proprietário de risco: Não / Dispõe de Manual: Não
- Realiza Estudos de ALM: Não

Observação: O apreçamento dos ativos financeiros é realizado pelo agente custodiante.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	70,00	100,00	85,00
Renda Variável	0,00	30,00	15,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	15,00	0,00

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não
- Utiliza derivativos? Sim
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
- Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: A avaliação prévia dos riscos envolvidos é efetuada pelos gestores dos fundos de investimentos.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I CNPB: 1988000947

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	INPC	4,50

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Documentação				
Nº da Ata: 215 - Data: 30/11/2016				
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	Plano	Ricardo José Machado da Costa Esch	333.576.096-49	Diretor de Investimentos

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

- Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim / Dispõe de Manual: Sim
- Possui modelo proprietário de risco: Não / Dispõe de Manual: Não
- Realiza Estudos de ALM: Sim

Observação: O apreçamento dos ativos financeiros é realizado pelo agente custodiante.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	94,00	100,00	98,96
Imóveis	0,00	2,00	0,67
Empréstimos e Financiamentos	0,00	2,00	0,36

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não
- Utiliza derivativos? Sim
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
- Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: A avaliação prévia dos riscos envolvidos é efetuada pelos gestores dos fundos de investimentos.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II CNPB: 1988002292

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Participação %	Plano/Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
100,00	Plano	100,00	INPC	4,50
100,00	Renda Fixa	100,00	INPC	5,43
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	2,00
100,00	Imóveis	100,00	IPCA	5,00
100,00	Empréstimos e Financiamentos	100,00	IPCA	5,00
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	IPCA	8,00
100,00	Investimentos no Exterior	100,00	MSCI-World	0,00

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Documentação

Nº da Ata: 215 - Data: 30/11/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	Plano	Ricardo José Machado da Costa Esch	333.576.096-49	Diretor de Investimentos

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

- Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim / Dispõe de Manual: Sim
- Possui modelo proprietário de risco: Não / Dispõe de Manual: Não
- Realiza Estudos de ALM: Sim

Observação: O apreçamento dos ativos financeiros é realizado pelo agente custodiante.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	70,00	100,00	89,47
Renda Variável	0,00	30,00	7,43
Imóveis	0,00	2,00	0,67
Empréstimos e Financiamentos	0,00	3,00	0,79
Investimentos Estruturados	0,00	5,00	1,64
Investimentos no Exterior	0,00	1,00	0,00

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não
- Utiliza derivativos? Sim
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
- Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: A avaliação prévia dos riscos envolvidos é efetuada pelos gestores dos fundos de investimentos.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO ESCELSO ASSISTENCIAL
CNPB: 400340018

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Participação %	Plano/Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
100,00	PLANO	100,00	DI-CETIP	0,00

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Documentação

Nº da Ata: 215 - Data: 30/11/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	Plano	Ricardo José Machado da Costa Esch	333.576.096-49	Diretor de Investimentos

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

- Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim / Dispõe de Manual: Sim
- Possui modelo proprietário de risco: Não / Dispõe de Manual: Não
- Realiza Estudos de ALM: Não

Observação: O apreçamento dos ativos financeiros é realizado pelo agente custodiante.

ALOCÇÃO DOS RECURSOS

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	100,00	100,00	100,00

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não
- Utiliza derivativos? Sim
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
- Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: A avaliação prévia dos riscos envolvidos é efetuada pelos gestores dos fundos de investimentos.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO - PSAP BANDEIRANTE
CNPB: 1982002018

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	IGP-DI	5,50

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Documentação				
Nº da Ata: 116	-	Data: 26/01/2017		
Nº da Ata: 215	-	Data: 30/11/2016		
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado				
Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	Plano	Ricardo José Machado da Costa Esch	333.576.096-49	Diretor de Investimentos

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

- Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim / Dispõe de Manual: Sim
- Possui modelo proprietário de risco: Não / Dispõe de Manual: Não
- Realiza Estudos de ALM: Sim

Observação: O apreçamento dos ativos financeiros é realizado pelo agente custodiante.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	84,00	100,00	92,41
Renda Variável	0,00	5,00	3,67
Imóveis	0,00	7,00	0,21
Empréstimos e Financiamentos	0,00	7,00	0,98
Investimentos Estruturados	0,00	5,00	1,89
Investimentos no Exterior	0,00	1,00	0,84

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não
- Utiliza derivativos? Sim
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
- Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: A avaliação prévia dos riscos envolvidos é efetuada pelos gestores dos fundos de investimentos.



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

CNPB: 9970000000

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Participação %	Plano/Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
100,00	Renda Fixa	100,00	DI-CETIP	0,00

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Documentação

Nº da Ata: 215 - Data: 30/11/2016

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	Plano	Ricardo José Machado da Costa Esch	333.576.096-49	Diretor de Investimentos

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros

- Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim / Dispõe de Manual: Sim
- Possui modelo proprietário de risco: Não / Dispõe de Manual: Não
- Realiza Estudos de ALM: Não

Observação: O apreçamento dos ativos financeiros é realizado pelo agente custodiante.

ALOCÇÃO DOS RECURSOS

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	100,00	100,00	100,00

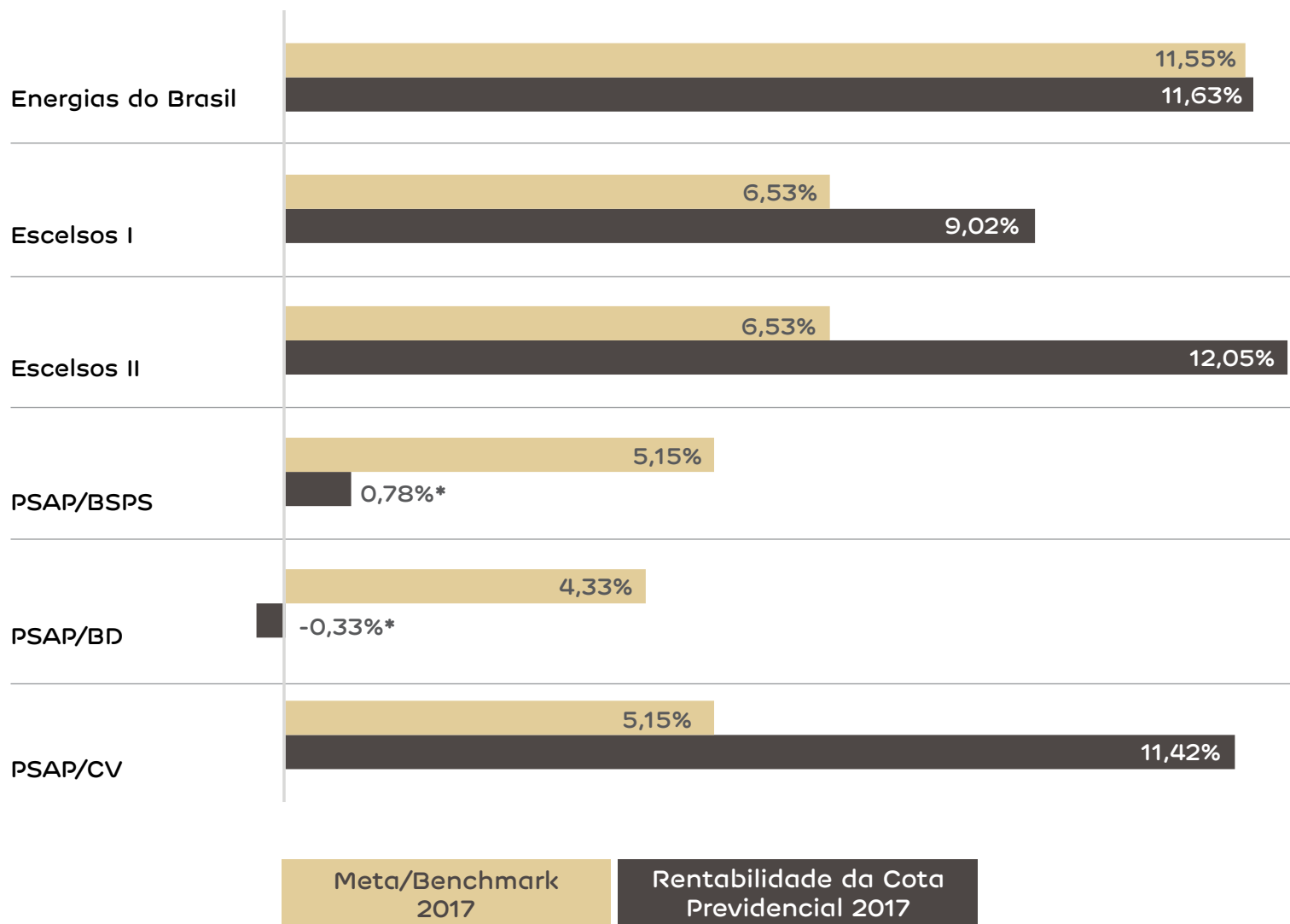
- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não
- Utiliza derivativos? Sim
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
- Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: A avaliação prévia dos riscos envolvidos é efetuada pelos gestores dos fundos de investimentos.



RENTABILIDADES

COTA PREVIDENCIAL VS. META/BENCHMARK



*Conforme definido no Regulamento do Plano PSAP/Bandeirante, as rentabilidades das parcelas BSPS e BD são calculadas, respectivamente, pela TR e pelo IGP-DI. As rentabilidades financeiras dessas parcelas em 2017 foram: BSPS= 10,88% e BD = 9,06%



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO

PLANO DE BENEFÍCIOS: ENERGIAS DO BRASIL – CNPB 2006.0071-65

1) Alocação por Segmento de Aplicação

Segmento	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	69.381.202	90,9%	47.989.033	91,1%
Renda Variável	6.003.361	7,9%	4.677.417	8,9%
Operações com Participantes	944.909	1,2%	0	0,0%
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES	76.329.472	99,0%	52.666.451	100,0%

2) Tabela Comparativa dos Limites - Política de Investimentos e Legislação Vigente

Segmento	Alocação	Limite Resolução 3792	Limite Política de Investimentos	
	2017		Minímo	Máximo
Renda Fixa	90,9%	100,0%	70,0%	100,0%
Renda Variável	7,9%	70,0%	0,0%	30,0%
Operações com Participantes	1,2%	15,0%	0,0%	15,0%

3) Modalidades de Aplicação

Renda Fixa	R\$	%	Renda Variável	R\$	%
Fundos de Investimentos			Fundos de Investimentos		
ENERPREV CONS FIC RF	69.611.552	91,2%	ENERP CONSOL FICFIA	6.003.361	7,9%
Caixa	300,00	0,0%			
Valores a Pagar e Receber	(230.650)		Valores a Pagar e Receber	0	0,0%
TOTAL RF	69.381.202	91,2%	TOTAL RV	6.003.361	7,9%
Operações com Participantes	R\$	%			
Saldo	945.118	1,2%			
Valores a Pagar e Receber	(210)	0,0%			
TOTAL EM	944.909	1,2%			
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES	76.329.472				



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO

PLANO DE BENEFÍCIOS: ENERGIAS DO BRASIL – CNPB 2006.0071-65

4) Investimentos com Gestão Terceirizada

Gestores de Recursos	Renda Fixa			Renda Variável	
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT	R\$	% Gestão Terceirizada
SulAmérica	69.611.552	92,1%	91,2%	6.003.361	7,9%
TOTAL GESTÃO TERCEIRIZADA			75.614.913		
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES			76.329.472		

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

5) Comparativo (Rentabilidades / Índices de Referência)

Segmento	Rentabilidade	Índice de Referência	Rentabilidade Índice de Referência
Consolidado	12,15%	CDI + 1,5% a.a.	11,55%



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS I (CNPB 1988000947)

1) Alocação por Segmento de Aplicação

Segmento	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	172.597.850	99,1%	171.664.668	99,1%
Imóveis	1.075.254	0,6%	1.051.306	0,6%
Operações com Participantes	459.977	0,3%	594.667	0,3%
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES	174.133.080	100,0%	173.310.641	100,0%

2) Tabela Comparativa dos Limites - Política de Investimentos e Legislação Vigente

Segmento	Alocação	Limite Resolução 3792	Limite Política de Investimentos	
	2017		Mínimo	Máximo
Renda Fixa	99,1%	100,0%	94,0%	100,0%
Imóveis	0,6%	8,0%	0,0%	2,0%
Operações com Participantes	0,3%	15,0%	0,0%	2,0%

3) Modalidades de Aplicação

Renda Fixa	R\$	%
Fundos de Investimentos		
ENERPREV ALM I	172.768.738	99,2%
ENERPREV PREV FIM	70.731	0,0%
Caixa	7.203	0,0%
Valores a Pagar e Receber	(248.822)	-0,1%
TOTAL RF	172.597.850	99,1%
Operações com Participantes	R\$	%
Saldo	454.688	0,3%
Valores a Pagar e Receber	5.289	0,0%
TOTAL EM	459.977	0,3%
Imóveis	R\$	%
Comercial	825.240	0,5%
Valores a Pagar e Receber	250.014	0,1%
TOTAL IM	1.075.254	0,6%
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES	174.133.080	



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS I (CNPB 1988000947)

4) Investimentos com Gestão Terceirizada

Gestores de Recursos	Renda Fixa		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
BB DTVM	70.731	0,0%	0,0%
BNP Paribas	172.768.738	99,2%	99,2%
TOTAL GESTÃO TERCEIRIZADA		172.839.469	
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES		174.133.080	

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

5) Investimentos com Gestão Enerprev

Segmentos	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Imóveis	1.075.254	0,6%	1.051.306	63,9%
Operações com Participantes	459.977	0,3%	594.667	36,1%
TOTAL GESTÃO ENERPREV	1.535.231	0,9%	1.645.974	100,0%
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES		174.133.080		

Obs.: 0% calculado no quadro acima é com base no Total Recursos Garantidores

6) Comparativo (Rentabilidades/ Taxa Mínima Atuarial)

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Rentabilidade Meta Atuarial
Consolidado	9,14%	INPC+4,5% a.a.	6,55%



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS II (CNPB 1998002292)

1) Alocação por Segmento de Aplicação

Segmento	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	464.178.479	87,9%	450.282.033	90,2%
Renda Variável	42.131.937	8,0%	33.206.292	6,7%
Investimentos Estruturados	15.620.061	3,0%	9.079.468	1,8%
Imóveis	3.025.096	0,6%	2.940.572	0,6%
Operações com Participantes	3.224.111	0,6%	3.737.794	0,7%
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES	528.179.683	100%	499.246.157	100%

2) Tabela Comparativa dos Limites - Política de Investimentos e Legislação Vigente

Segmento	Alocação	Limite Resolução 3792	Limite Política de Investimentos	
	2017		Minímo	Máximo
Renda Fixa	87,9%	100,0%	70,0%	100,0%
Renda Variável	8,0%	70,0%	0,0%	30,0%
Investimentos Estruturados	3,0%	20,0%	0,0%	5,0%
Imóveis	0,6%	8,0%	0,0%	2,0%
Operações com Participantes	0,6%	15,0%	0,0%	3,0%

3) Modalidades de Aplicação

Renda Fixa			Renda Variável		
R\$	%		R\$	%	
Fundos de Investimentos			Fundos de Investimentos		
CAPITANIA INDEX CP F	6.803.847	1,3%	ENERP CONSOL FICFIA	42.131.937	8,0%
ENERPREV ALM II	100.859.674	19,1%			0,0%
ENERPREV PREV FIM	4.185.869	0,8%			
ENERPREV CONS FIC RF	298.584.835	56,5%			
NOVERO FI RF CP IMOB	3.619.385	0,7%			
ICATU VANG ENERPREV RF	50.372.087	9,5%			
Títulos Privados					
Debêntures					0,0%
Vale do Rio Doce	35.152	0,0%			
Caixa	300	0,0%			
Valores a Pagar e Receber	(282.670)	-0,1%	Valores a Pagar e Receber	0	0,0%
TOTAL RF	464.178.479	87,9%	TOTAL RV	42.131.937	8,0%
Operações com Participantes			Imóveis	R\$	%
Saldo	3.363.657	0,6%	Comercial	2.348.760	0,4%
Valores a Pagar e Receber	(139.546)	-0,0%	Valores a Pagar e Receber	676.336	0,1%
TOTAL EM	3.224.111	0,6%	TOTAL IM	3.025.096	0,6%
Investimentos Estruturados			R\$		
Fundos de Investimentos					
HAMILTON LANE FICFIP			7.990.843		1,5%
P2 BRASIL INFRAESTRUTURA III FIQFIP			7.629.218		1,4%
TOTAL IE			15.620.061		3,0%
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES			528.179.683		



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO

PLANO DE BENEFÍCIOS: ESCELSOS II (CNPB 1998002292)

4) Investimentos com Gestão Terceirizada

Renda Fixa				Renda Variável			
Gestores de Recursos	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT	Gestores de Recursos	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
BB DTVM	4.185.869	0,8%	0,8%	SulAmérica	42.131.937	8,1%	8,0%
BNP Paribas	100.859.674	19,3%	19,1%				
Capitânia	6.803.847	1,3%	1,3%				
Novero	3.619.385	0,7%	0,7%				
Icatu Vanguarda	50.372.087	9,6%	9,5%				
SulAmérica	298.584.835	57,2%	56,5%				
Investimento Estruturado							
Gestores de Recursos		R\$		% Gestão Terceirizada		% Sobre o RGRT	
Hamilton Lane		7.990.843		1,5%		1,5%	
Pátria		7.629.218		1,5%		1,4%	
TOTAL GESTÃO TERCEIRIZADA				522.177.694			
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES				528.179.683			

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

5) Investimentos com Gestão Enerprev

Segmentos	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	35.152	0,6%	20.111	0,3%
Renda Variável	0	0,0%	46.431	0,7%
Imóveis	3.025.096	48,1%	2.940.572	43,6%
Operações com Participantes	3.224.111	51,3%	3.737.794	55,4%
TOTAL GESTÃO ENERPREV	6.284.359	100,0%	6.744.907	100,0%
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES	528.179.683			

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total Recursos Garantidores

6) Comparativo (Rentabilidades / Índices de Referência / Taxa Mínima Atuarial)

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Rentabilidade Meta Atuarial
Consolidado	12,30%	INPC+4,5% a.a.	6,55%
Segmento	Rentabilidade	Índice de Referência	Rentabilidade Meta Atuarial
Consolidado	12,30%	INPC+6,10% a.a.	8,14%



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO

PLANO DE BENEFÍCIOS: PSAP BANDEIRANTE – CNPB 19820020-18

1) Alocação por Segmento de Aplicação

Segmento	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	808.800.180	90,8%	784.001.464	92,5%
Renda Variável	46.201.979	5,2%	36.536.696	4,3%
Investimentos Estruturados	17.944.515	2,0%	9.154.590	1,1%
Investimentos no Exterior	8.386.986	0,9%	8.221.687	1,0%
Imóveis	2.720.000	0,3%	2.150.000	0,3%
Operações com Participantes	6.716.190	0,8%	7.644.115	0,9%
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES	890.769.850	100%	847.708.552	100%

2) Tabela Comparativa dos Limites - Política de Investimentos e Legislação Vigente

Segmento	Alocação	Limite Resolução 3792	Limite Política de Investimentos	
	2017		Minímo	Máximo
Renda Fixa	90,8%	100%	84,00%	100,00%
Renda Variável	5,2%	70%	0,00%	5,00%
Investimentos Estruturados	2,0%	20%	0,00%	5,00%
Imóveis	0,3%	8%	0,00%	7,00%
Operações com Participantes	0,8%	15%	0,00%	7,00%
Investimentos no Exterior	0,9%	10%	0,00%	1,00%

3) Modalidades de Aplicação

Renda Fixa			Renda Variável		
R\$	%		R\$	%	
Fundos de Investimentos			Fundos de Investimentos		
CAPITANIA INDEX CP F	10.833.629	1,22%	ENERP CONSOL FICFIA	41.211.860	4,6%
ENERPREV PREV FIM	107.368.029	12,05%			
ENERPREV ALM PSAP BD RF	274.029.761	30,76%			
ENERPREV ALM PSAP BSPS RF	296.271.791	33,26%			
ENERPREV ALM PSAP CV RF	24.808.625	2,79%	Ações		
NOVERO FI RF CP IMOB	5.757.545	0,65%	GOVE11	2.516.048	0,3%
ICATU VANG ENERPREV RF	90.116.095	10,12%	ECOO11	2.474.071	0,3%
Caixa	79.302	0,01%			
Valores a Pagar e Receber	(464.597)	-0,05%			
TOTAL RF	808.800.180	90,8%	TOTAL RV	46.201.979	5,2%
Investimentos Estruturados			Investimentos no Exterior		
R\$	%		R\$	%	
Fundos de Investimentos			Fundos de Investimentos		
HAMILTON LANE FICFIP	9.134.695	1,0%	BB NORDEA FIM IE	4.029.219	0,5%
P2 BRASIL INFRAESTRUTURA III FIQFIP	8.809.821	1,0%	SANT FI GL EQUI M IE	4.357.767	0,5%
TOTAL IE	17.944.515	2,0%	TOTAL INE	8.386.986	0,9%
Operações com Participantes			Imóveis		
R\$	%		R\$	%	
Saldo	8.080.884	0,9%	Terreno	2.720.000,00	0,3%
Valores a Pagar e Receber	(1.364.694)	-0,2%			
TOTAL EM	6.716.190	0,8%	TOTAL IM	2.720.000	0,3%
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES			890.769.850		



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO

PLANO DE BENEFÍCIOS: PSAP BANDEIRANTE – CNPB 19820020-18

4) Investimentos com Gestão Terceirizada

Renda Fixa				Renda Variável			
Gestores de Recursos	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT	Gestores de Recursos	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
BB DTVM	107.368.029	12,6%	12,1%				
BNP Paribas	595.110.177	70,0%	66,8%				
Capitânia	10.833.629	1,3%	1,2%	Sulamerica	41.211.860	4,8%	4,6%
Novero	5.757.545	0,7%	0,6%				
Icatu Vanguarda	90.116.095	10,6%	10,1%				
Investimentos Estruturados				Investimentos no Exterior			
Gestores de Recursos	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT	Gestores de Recursos	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
Hamilton Lane	9.134.695	1,1%	1,0%	Nordea	4.029.219	0,5%	0,5%
Pátria	8.809.821	1,0%	1,0%	Santander	4.357.767	0,5%	0,5%
TOTAL GESTÃO TERCEIRIZADA				850.397.335			
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES				890.769.850			

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

5) Investimentos com Gestão Enerprev

Segmentos	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Imóveis	2.720.000	28,8%	2.150.000	22,0%
Operações com Participantes	6.716.190	71,2%	7.644.115	78,0%
TOTAL GESTÃO ENERPREV	9.436.190	100,0%	11.594.350	100,0%
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES	890.769.850			

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total Recursos Garantidores

6) Comparativo (Rentabilidades / Taxa Mínima Atuarial)

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Rentabilidade Meta Atuarial
Consolidado	9,78%	IGP-DI +5,50%	4,13%



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO

PLANO DE BENEFÍCIOS: PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

1) Alocação por Segmento de Aplicação

Segmento	2017		2016	
	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	6.117.039	100,0%	3.910.864	100,0%
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES	6.117.039	100,0%	3.910.864	100,0%

2) Tabela Comparativa dos Limites - Política de Investimentos e Legislação Vigente

Segmento	Alocação	Limite Resolução 3792	Limite Política de Investimentos	
	2017		Minímo	Máximo
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

3) Modalidades de Aplicação

Renda Fixa	R\$	%
Fundos de Investimentos		
ENERPREV PREV FIM	6.141.620	100,4%
Caixa	300	0,0%
Valores a Pagar e Receber	(24.881)	-0,4%
TOTAL RF	6.117.039	100,0%
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES	6.117.039	

4) Investimentos com Gestão Terceirizada

Gestores de Recursos	Renda Fixa		
	R\$	% Gestão Terceirizada	% Sobre o RGRT
Banco do Brasil	6.141.620	100,0%	100,4%
TOTAL GESTÃO TERCEIRIZADA	6.141.620		
TOTAL RECURSOS GARANTIDORES	6.117.039		

Obs.: O % calculado no quadro acima é com base no Total da Gestão Terceirizada e no Total Recursos Garantidores.

5) Comparativo (Rentabilidades / Índices de Referência)

Segmento	Rentabilidade	Índice de Referência	Rentabilidade Índice de Referência
Consolidado	9,20%	CDI	9,95%



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - CONSOLIDADO

em milhares de reais

ATIVO		2017	2016
Disponível		93	22
Realizável		1.696.587	1.590.410
Gestão Previdencial	(Nota 5)	18.854	13.074
Gestão Administrativa	(Nota 5)	615	2
Investimentos	(Nota 6)	1.677.118	1.577.334
Créditos Privados e Depósitos		35	20
Ações		4.992	48
Fundos de Investimentos		1.653.564	1.559.144
Investimentos imobiliários		6.820	6.142
Empréstimos e Financiamentos		11.345	11.980
Outros Realizáveis		362	-
TOTAL DO ATIVO		1.696.680	1.590.432

PASSIVO		2017	2016
Exigível Operacional	(Nota 7)	8.267	3.139
Gestão Previdencial		2.376	1.307
Gestão Administrativa		4.269	1.828
Investimentos		1.622	4
Exigível Contingencial	(Nota 8)	3.134	2.825
Gestão Previdencial		3.134	2.825
Patrimônio Social		1.685.279	1.584.468
Patrimônio de Cobertura do Plano		1.629.918	1.524.874
Provisões Matemáticas	(Nota 9)	1.494.202	1.417.877
Benefícios Concedidos		1.101.246	1.045.283
Benefícios a Conceder		447.851	438.037
(-) Prov. Matemáticas a Constituir		(54.895)	(65.443)
Equilíbrio Técnico	(Nota 10)	135.716	106.997
Resultados Realizados		135.716	106.997
Superávit Técnico Acumulado		135.716	106.997
Fundos	(Nota 11)	55.361	59.594
Fundos Previdenciais		52.090	56.339
Fundos Administrativos		2.463	2.540
Fundos dos Investimentos		808	715
TOTAL DO PASSIVO		1.696.680	1.590.432

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - CONSOLIDADO

em milhares de reais

Descrição	2017	2.016	Variação %
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.584.468	1.434.372	10,46%
1. Adições	214.366	257.885	(16,88%)
(+) Contribuições Previdenciais	43.855	55.864	(21,50%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	159.322	191.486	(16,80%)
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	26	-	-
(+) Receitas Administrativas	10.604	9.876	7,37%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Administrativa	466	540	(13,74%)
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	93	119	(21,91%)
2. Destinações	(113.555)	(107.789)	5,35%
(-) Benefícios	(102.408)	(96.542)	6,08%
(-) Constituição de Contingências-Gestão Previdencial	-	(77)	100,00%
(-) Despesas Administrativas	(11.147)	(11.170)	(0,21%)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	100.811	150.096	(32,84%)
(+) Provisões matemáticas	76.325	123.523	(38,21%)
(+/-) Superávit (Déficit) técnico do exercício	28.719	35.184	(18,37%)
(+) Fundos Previdenciais	(4.249)	(7.976)	(46,73%)
(+) Fundos administrativo	(77)	(754)	(89,79%)
(+) Fundos investimentos	93	119	(21,55%)
4. Operações transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social-final do exercício (A + 3 + 4)	1.685.279	1.584.468	6,36%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - CONSOLIDADO

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	2.540	3.294	(22,90%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	11.070	10.416	6,28%
1.1 Receitas	11.070	10.416	6,28%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.399	6.153	4,00%
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.006	3.649	9,78%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	52	26	102,56%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	466	540	(13,74%)
Outras receitas	147	48	205,25%
2. Despesas Administrativas	(11.147)	(11.170)	(0,20%)
2.1 Administração Previdencial	(7.416)	(7.521)	(1,39%)
Pessoal e encargos	(3.958)	(3.459)	14,44%
Treinamentos/congressos e seminários	(77)	(42)	82,99%
Viagens e estadias	(80)	(53)	49,64%
Serviços de terceiros	(2.564)	(3.251)	(21,12%)
Despesas gerais	(267)	(277)	(3,64%)
Tributos	(470)	(439)	7,06%
2.2 Administração dos Investimentos	(3.731)	(3.649)	2,25%
Pessoal e encargos	(2.295)	(2.336)	(1,75%)
Treinamentos/congressos e seminários	(40)	(25)	57,98%
Viagens e estadias	(43)	(29)	49,37%
Serviços de terceiros	(1.034)	(988)	4,67%
Despesas gerais	(140)	(97)	43,60%
Tributos	(179)	(174)	3,06%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(77)	(754)	(89,79%)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(77)	(754)	(89,79%)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A + 7 + 8)	2.463	2.540	(3,03%)

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS ENERGIAS DO BRASIL

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
1.Ativos	78.237	53.139	47,00%
Disponível	-	10	100,00%
Recebível	1.677	420	299,00%
Investimento	76.560	52.709	45,00%
Fundos de Investimentos	75.615	52.669	44,00%
Empréstimos e Financiamentos	945	-	-
Outros Realizáveis	-	40	100,0%
2.Obrigações	457	69	562,00%
Operacional	457	69	562,00%
3.Fundos não Previdenciais	949	419	126,00%
Fundos Administrativos	947	419	126,00%
Fundos dos Investimentos	2	-	-
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	76.831	52.651	46,00%
Provisões Matemáticas	74.135	50.729	46,00%
Superávit/Déficit Técnico	-	-	-
Fundos Previdenciais	2.696	1.922	40,00%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
1.Ativos	175.696	174.123	1,00%
Disponível	7	1	600,00%
Recebível	1.308	752	74,00%
Investimento	174.381	173.370	1,00%
Fundos de Investimentos	172.840	171.724	1,00%
Investimentos Imobiliários	1.075	1.051	2,00%
Empréstimos e Financiamentos	460	595	(23,00%)
Outros Realizáveis	6	-	-
2.Obrigações	942	643	47,00%
Operacional	460	221	108,00%
Contingencial	482	422	14,00%
3.Fundos não Previdenciais	506	312	62,00%
Fundos Administrativos	363	184	97,00%
Fundos dos Investimentos	143	128	12,00%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	174.248	173.168	1,00%
Provisões Matemáticas	128.201	132.268	(3,00%)
Superávit/Déficit Técnico	34.929	28.930	21,00%
Fundos Previdenciais	11.118	11.970	(7,00%)
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	48.591	43.363	26,00%
a) Equilíbrio Técnico	34.929	28.930	21,00%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	13.662	14.433	(5,00%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	48.591	43.363	12,00%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
1.Ativos	530.770	501.306	6,00%
Disponível	-	2	100,00%
Recebível	2.305	1.890	22,00%
Investimento	528.465	499.414	6,00%
Créditos Privados e Depósitos	35	20	74,00%
Ações	2	48	(96,00%)
Fundos de Investimentos	522.179	492.666	6,00%
Investimentos Imobiliários	3.025	2.941	3,00%
Empréstimos e Financiamentos	3.224	3.739	(14,00%)
2.Obrigações	1.293	1.307	(1,00%)
Operacional	538	512	5,00%
Contingencial	755	795	(5,00%)
3.Fundos não Previdenciais	1.175	1.413	(17,00%)
Fundos Administrativos	555	841	(34,00%)
Fundos dos Investimentos	620	572	8,00%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	528.302	498.586	6,00%
Provisões Matemáticas	464.770	438.547	6,00%
Superávit/Déficit Técnico	30.986	23.885	30,00%
Fundos Previdenciais	32.546	36.154	(10,00%)
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	37.052	33.644	68,00%
a) Equilíbrio Técnico	30.986	23.885	30,00%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	6.066	9.759	(38,00%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	37.052	33.644	10,00%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS ASSISTENCIAL

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
1.Ativos	60	55	10,00%
Investimento	60	55	10,00%
Fundos de Investimentos	60	55	10,00%
2.Obrigações	60	55	9,00%
Operacional	60	55	9,00%
3.Fundos não Previdenciais	-	-	-
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	-	-	-
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-
a) Equilíbrio Técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	-	-

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - TOTAL

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
1.Ativos	907.604	860.596	5,00%
Disponível	79	3	2.533,00%
Recebível	16.027	12.550	28,00%
Investimento	891.498	848.043	5,00%
Ações	4.990	-	-
Fundos de Investimentos	876.729	838.087	5,00%
Investimentos Imobiliários	2.720	2.150	27,00%
Empréstimos e Financiamentos	6.716	7.645	(12,00%)
Outros Realizáveis	343	161	113,00%
2.Obrigações	4.337	2.677	62,00%
Operacional	2.439	1.069	128,00%
Contingencial	1.898	1.608	18,00%
3.Fundos não Previdenciais	641	1.111	(42,00%)
Fundos Administrativos	599	1.096	(45,00%)
Fundos dos Investimentos	42	15	180,00%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	902.626	856.808	5,00%
Provisões Matemáticas	827.096	796.333	4,00%
Superávit/Déficit Técnico	69.801	54.182	29,00%
Fundos Previdenciais	5.729	6.293	(9,00%)
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	89.863	76.845	40,00%
a) Equilíbrio Técnico	69.801	54.182	29,00%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	20.062	22.663	(11,00%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	89.863	76.845	17,00%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - BPS

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
1.Ativos	470.357	453.331	4,00%
Disponível	3	1	200,00%
Recebível	14.032	10.632	32,00%
Investimento	456.322	442.698	3,00%
Ações	2.495	-	-
Fundos de Investimentos	444.048	432.742	3,00%
Investimentos Imobiliários	2.720	2.150	27,00%
Empréstimos e Financiamentos	6.716	7.645	(12,00%)
Outros Realizáveis	343	161	113,00%
2.Obrigações	3.734	2.424	54,00%
Operacional	1.836	816	125,00%
Contingencial	1.898	1.608	18,00%
3.Fundos não Previdenciais	641	382	68,00%
Fundos Administrativos	599	367	63,00%
Fundos dos Investimentos	42	15	180,00%
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	465.982	450.525	3,00%
Provisões Matemáticas	465.982	453.843	3,00%
Superávit/Déficit Técnico	-	(3.318)	(100,00%)
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	4.762	2.575	(81,00%)
a) Equilíbrio Técnico	-	(3.318)	(100,00%)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	4.762	5.893	(19,00%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	4.762	2.575	85,00%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - BD

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
1.Ativos	357.143	332.975	7,00%
Disponível	44	1	4.300,00%
Recebível	1.606	1.692	(5,00%)
Investimento	355.493	331.282	7,00%
Ações	1.996	-	-
Fundos de Investimentos	353.497	331.282	7,00%
2.Obrigações	360	253	42,00%
Operacional	360	253	42,00%
3.Fundos não Previdenciais	-	701	(100,00%)
Fundos Administrativos	-	701	(100,00%)
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	356.783	332.021	7,00%
Provisões Matemáticas	276.149	264.936	4,00%
Superávit/Déficit Técnico	80.634	67.085	20,00%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	92.157	80.031	31,00%
a) Equilíbrio Técnico	80.634	67.085	20,00%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	11.523	12.946	(11,00%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	92.157	80.031	15,00%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - CV

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
1.Ativos	79.994	73.566	9,00%
Disponível	30	1	2.900,00%
Recebível	301	213	42,00%
Investimento	79.663	73.352	9,00%
Ações	499	-	-
Fundos de Investimentos	79.164	73.352	8,00%
2.Obrigações	243	-	-
Operacional	243	-	-
3.Fundos não Previdenciais	-	28	(100,00%)
Fundos Administrativos	-	28	(100,00%)
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	79.751	73.538	8,00%
Provisões Matemáticas	84.965	77.554	10,00%
Superávit/(Déficit) Técnico	(10.833)	(9.585)	13,00%
Fundos Previdenciais	5.619	5.569	1,00%
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(7.056)	(5.761)	14,00%
a) Equilíbrio Técnico	(10.833)	(9.585)	13,00%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	3.777	3.824	(1,00%)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(7.056)	(5.761)	22,00%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - PECÚLIO

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
1.Ativos	110	724	(85,00%)
Disponível	2	-	-
Recebível	88	13	553,00%
Investimento	20	711	(97,00%)
Fundos de Investimentos	20	711	(97,00%)
2.Obrigações	-	-	-
3.Fundos não Previdenciais	-	-	-
4.Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	110	724	(85,00%)
Fundos Previdenciais	110	724	(85,00%)
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS ENERGIAS DO BRASIL

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	52.651	38.274	37,57%
1. Adições	29.644	17.771	66,81%
(+) Contribuições	22.856	12.140	88,27%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	6.788	5.631	20,55%
2. Destinações	(5.464)	(3.394)	61,00%
(-) Benefícios	(3.320)	(1.414)	134,83%
(-) Custeio Administrativo	(2.144)	(1.980)	8,28%
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	24.180	14.377	68,19%
(+/-) Provisões Matemáticas	23.406	13.803	69,58%
(+/-) Fundos Previdenciais	774	574	34,84%
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	76.831	52.651	45,92%
C) Fundos não Previdenciais	949	419	126,49%
(+/-) Fundos Administrativos	528	(521)	(201,34%)
(+/-) Fundos dos Investimentos	2	-	-

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	173.168	165.160	4,85%
1. Adições	16.149	21.580	(25,17%)
(+) Contribuições	1.243	1.149	8,17%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	14.900	20.431	(27,07%)
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	6	-	-
2. Destinações	(15.069)	(13.572)	11,03%
(-) Benefícios	(14.241)	(12.323)	15,57%
(-) Constituição Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	-	(103)	100,0%
(-) Custeio Administrativo	(828)	(1.146)	(27,73%)
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	1.080	8.008	(86,51%)
(+/-) Provisões Matemáticas	(4.067)	2.075	(295,95%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(852)	2.065	(141,27%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	5.999	3.868	55,08%
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	174.248	173.168	0,62%
C) Fundos não Previdenciais	506	312	62,18%
(+/-) Fundos Administrativos	179	3	5.866,67%
(+/-) Fundos dos Investimentos	15	27	(44,44%)

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	498.586	469.846	6,12%
1. Adições	63.779	66.076	(3,48%)
(+) Contribuições	5.464	4.215	29,63%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	58.305	61.848	(5,73%)
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	10	13	(24,48%)
2. Destinações	(34.063)	(37.336)	(8,77%)
(-) Benefícios	(32.576)	(35.989)	(9,48%)
(-) Custeio Administrativo	(1.487)	(1.347)	10,36%
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	29.716	28.740	3,40%
(+/-) Provisões Matemáticas	26.223	32.912	(20,32%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(3.608)	(11.415)	(68,39%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	7.101	7.243	(1,96%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	528.302	498.586	5,96%
C) Fundos não Previdenciais	1.175	1.413	(16,84%)
(+/-) Fundos Administrativos	(286)	(419)	(31,74%)
(+/-) Fundos dos Investimentos	48	81	(40,74%)

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - CONSOLIDADO

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS ASSISTENCIAL

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	-	-	-
1. Adições	5	7	(19,41%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	5	7	(19,41%)
2. Destinações	(5)	(7)	(19,41%)
(-) Benefícios	(5)	(7)	(19,41%)
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	-	-	-
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	-	-	-
C) Fundos não Previdenciais	-	-	-

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - TOTAL

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	856.809	757.203	13,15%
1. Adições	100.023	148.096	(32,46%)
(+) Contribuições	20.690	44.514	(53,52%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	79.323	103.569	(23,41%)
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	10	13	(22,14%)
2. Destinações	(54.205)	(48.491)	11,78%
(-) Benefícios	(52.266)	(46.810)	11,66%
(-) Custeio Administrativo	(1.939)	(1.681)	15,37%
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	45.818	99.605	(54,00%)
(+/-) Provisões Matemáticas	30.763	74.734	(58,84%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(564)	800	(170,50%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	15.619	24.071	(35,11%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	902.626	856.808	5,35%
C) Fundos não Previdenciais	641	1.111	(42,30%)
(+/-) Fundos Administrativos	(497)	183	(371,58%)
(+/-) Fundos dos Investimentos	27	11	145,45%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - BPS

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	450.525	397.411	13,36%
1. Adições	52.892	88.697	(40,37%)
(+) Contribuições	11.571	34.656	(66,61%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	41.311	54.028	(23,54%)
(+) Reversão Líquida de Contingências-Gestão Previdencial	10	13	(22,14%)
2. Destinações	(37.433)	(35.583)	5,20%
(-) Benefícios	(35.605)	(33.936)	4,92%
(-) Custeio Administrativo	(1.828)	(1.647)	11,01%
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	15.457	53.114	(70,90%)
(+/-) Provisões Matemáticas	12.139	41.946	(71,06%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	3.318	11.168	(70,29%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	465.982	450.525	3,43%
C) Fundos não Previdenciais	641	382	67,80%
(+/-) Fundos Administrativos	232	109	112,84%
(+/-) Fundos dos Investimentos	27	11	145,45%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - BD

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	332.021	293.924	12,96%
1. Adições	36.309	47.764	(23,98%)
(+) Contribuições	6.577	7.458	(11,81%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	29.732	40.306	(26,23%)
2. Destinações	(11.547)	(9.667)	19,45%
(-) Benefícios	(11.444)	(9.636)	18,76%
(-) Custeio Administrativo	(103)	(31)	236,06%
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	24.762	38.097	(35,00%)
(+/-) Provisões Matemáticas	11.213	25.148	(55,41%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	13.549	12.949	4,63%
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	356.783	332.021	7,46%
C) Fundos não Previdenciais	-	701	
(+/-) Fundos Administrativos	(701)	75	(1.034,67%)

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - CV

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	73.538	65.238	12,72%
1. Adições	10.695	11.541	(7,33%)
(+) Contribuições	2.467	2.394	3,05%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	8.228	9.147	(10,05%)
2. Destinações	(4.482)	(3.241)	38,28%
(-) Benefícios	(4.474)	(3.238)	38,17%
(-) Custeio Administrativo	(8)	(3)	148,88%
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	6.213	8.300	(25,15%)
(+/-) Provisões Matemáticas	7.411	7.640	(3,00%)
(+/-) Fundos Previdenciais	50	706	(92,92%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.248)	(46)	2.613,04%
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	79.751	73.538	8,45%
C) Fundos não Previdenciais	-	28	(100,00%)
(+/-) Fundos Administrativos	(28)	-	2.700,00%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO ATIVO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - PECÚLIO

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	724	630	14,91%
1. Adições	128	94	35,80%
(+) Contribuições	75	6	1.090,39%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos-Gestão Previdencial	53	88	(39,74%)
2. Destinações	(742)	-	-
(-) Benefícios	(742)	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)	(614)	94	(753,19%)
(+/-) Fundos Previdenciais	(614)	94	(753,19%)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	110	724	(84,77%)
C) Fundos não Previdenciais	-	-	-

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS ENERGIAS DO BRASIL

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	77.290	52.720	46,60%
1. Provisões Matemáticas	74.135	50.729	46,14%
1.1. Benefícios Concedidos	1.059	222	377,53%
Contribuição Definida	1.059	222	377,53%
1.2. Benefícios a Conceder	73.076	50.507	44,68%
Contribuição Definida	73.076	50.507	44,68%
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	29.607	22.348	32,48%
Saldo de contas-parcela participantes	43.469	28.159	54,37%
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	2.698	1.922	40,36%
3.1. Fundos Previdenciais	2.696	1.922	40,26%
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	2	-	-
4. Exigível Operacional	457	69	562,25%
4.1. Gestão Previdencial	226	17	1.231,19%
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	231	52	343,56%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	175.333	173.939	0,80%
1. Provisões Matemáticas	128.201	132.268	(3,08%)
1.1. Benefícios Concedidos	128.118	132.153	(3,05%)
Benefício Definido	128.118	132.153	(3,05%)
1.2. Benefícios a Conceder	83	115	(27,97%)
Benefício Definido	83	115	(27,97%)
2. Equilíbrio Técnico	34.929	28.930	20,74%
2.1. Resultados Realizados	34.929	28.930	20,74%
Superávit Técnico Acumulado	34.929	28.930	20,74%
Reserva de Contingência	23.999	25.025	(4,10%)
Reserva para Revisão de Plano	10.930	3.905	179,92%
3. Fundos	11.261	12.098	(6,92%)
3.1. Fundos Previdenciais	11.118	11.970	(7,12%)
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	143	128	11,99%
4. Exigível Operacional	460	221	108,25%
4.1. Gestão Previdencial	205	161	27,41%
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	255	60	325,17%
5. Exigível Contingencial	482	422	14,10%
5.1. Gestão Previdencial	482	422	14,10%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	530.216	500.465	5,94%
1. Provisões Matemáticas	464.770	438.547	5,98%
1.1. Benefícios Concedidos	291.920	272.922	6,96%
Contribuição Definida	234.494	204.426	14,71%
Benefício Definido	57.427	68.496	(16,16%)
1.2. Benefícios a Conceder	172.850	165.625	4,36%
Contribuição Definida	172.850	165.625	4,36%
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	73.266	71.615	2,31%
Saldo de contas-parcela participantes	99.584	94.010	5,93%
2. Equilíbrio Técnico	30.986	23.885	29,73%
2.1. Resultados Realizados	30.986	23.885	29,73%
Superávit Técnico Acumulado	30.986	23.885	29,73%
Reserva de Contingência	11.841	14.459	(18,11%)
Reserva para Revisão de Plano	19.145	9.426	103,12%
3. Fundos	33.167	36.726	(9,69%)
3.1. Fundos Previdenciais	32.546	36.154	(9,98%)
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	620	572	8,53%
4. Exigível Operacional	538	512	5,10%
4.1. Gestão Previdencial	252	343	(26,36%)
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	285	169	68,90%
5. Exigível Contingencial	755	795	(5,06%)
5.1. Gestão Previdencial	755	795	(5,06%)

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS ASSISTENCIAL

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	60	55	9,60%
1. Provisões Matemáticas	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	-	-	-
4. Exigível Operacional	60	55	9,60%
4.1. Gestão Previdencial	60	55	9,60%
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - TOTAL

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	907.004	859.500	5,53%
1. Provisões Matemáticas	827.096	796.333	3,86%
1.1. Benefícios Concedidos	680.149	639.986	6,28%
Contribuição Definida	842	808	4,12%
Benefício Definido	679.307	639.178	6,28%
1.2. Benefícios a Conceder	201.842	221.790	(8,99%)
Contribuição Definida	42.868	40.517	5,80%
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	14.870	14.318	3,86%
Saldo de contas-parcela participantes	27.998	26.199	6,87%
Benefício Definido	158.973	181.273	(12,30%)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(54.895)	(65.443)	(16,12%)
(-) Déficit Equacionado	(54.895)	(65.443)	(16,12%)
(-) Patrocinador(es)	(54.895)	(65.443)	(16,12%)
2. Equilíbrio Técnico	69.801	54.182	28,83%
2.1. Resultados Realizados	69.801	54.182	28,83%
Superávit Técnico Acumulado	69.801	54.182	28,83%
Reserva de Contingência	69.037	53.331	29,45%
Reserva para Revisão de Plano	764	851	(10,22%)
3. Fundos	5.771	6.308	(8,52%)
3.1. Fundos Previdenciais	5.729	6.293	(8,97%)
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	42	15	179,32%
4. Exigível Operacional	2.439	1.069	128,15%
4.1. Gestão Previdencial	1.632	732	122,95%
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	807	337	139,61%
5. Exigível Contingencial	1.898	1.608	18,02%
5.1. Gestão Previdencial	1.898	1.608	18,02%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - BPS

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	469.758	452.965	3,71%
1. Provisões Matemáticas	465.982	453.843	2,67%
1.1. Benefícios Concedidos	475.564	455.138	4,49%
Benefício Definido	475.564	455.138	4,49%
1.2. Benefícios a Conceder	45.313	64.148	(29,36%)
Benefício Definido	45.313	64.148	(29,36%)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(54.895)	(65.443)	(16,12%)
(-) Déficit Equacionado	(54.895)	(65.443)	(16,12%)
(-) Patrocinador(es)	(54.895)	(65.443)	(16,12%)
2. Equilíbrio Técnico	-	(3.317)	(100,00%)
2.1. Resultados Realizados	-	(3.317)	(100,00%)
Superávit Técnico Acumulado	-	(3.317)	(100,00%)
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(3.317)	(100,00%)
3. Fundos	42	15	179,32%
3.2. Fundos dos Investimentos-Gestão Previdencial	42	15	179,32%
4. Exigível Operacional	1.836	816	125,00%
4.1. Gestão Previdencial	1.364	641	112,72%
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	473	175	170,00%
5. Exigível Contingencial	1.898	1.608	18,02%
5.1. Gestão Previdencial	1.898	1.608	18,02%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - BD

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	357.144	332.274	7,48%
1. Provisões Matemáticas	276.149	264.936	4,23%
1.1. Benefícios Concedidos	162.489	147.811	9,93%
Benefício Definido	162.489	147.811	9,93%
1.2. Benefícios a Conceder	113.660	117.125	(2,96%)
Benefício Definido	113.660	117.125	(2,96%)
2. Equilíbrio Técnico	80.634	67.085	20,20%
2.1. Resultados Realizados	80.634	67.085	20,20%
Superávit Técnico Acumulado	80.634	67.085	20,20%
Reserva de Contingência	69.037	66.234	4,23%
Reserva para Revisão de Plano	11.597	851	1.263,19%
4. Exigível Operacional	360	253	42,39%
4.1. Gestão Previdencial	170	91	86,21%
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	191	162	17,76%

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - CV

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	79.993	73.537	8,78%
1. Provisões Matemáticas	84.965	77.554	9,55%
1.1. Benefícios Concedidos	42.096	37.037	13,66%
Contribuição Definida	842	808	4,12%
Benefício Definido	41.254	36.229	13,87%
1.2. Benefícios a Conceder	42.868	40.517	5,80%
Contribuição Definida	42.868	40.517	5,80%
Saldo de contas-parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	14.870	14.318	3,86%
Saldo de contas-parcela participantes	27.998	26.199	6,87%
2. Equilíbrio Técnico	(10.833)	(9.586)	13,01%
2.1. Resultados Realizados	(10.833)	(9.586)	13,01%
Superávit Técnico Acumulado	(10.833)	(9.586)	13,01%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(10.833)	(9.586)	13,01%
3. Fundos	5.619	5.569	0,89%
3.1. Fundos Previdenciais	5.619	5.569	0,89%
4. Exigível Operacional	243	-	-
4.1. Gestão Previdencial	99	-	-
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	144	-	-

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

PLANO PSAP BANDEIRANTE - PECÚLIO

em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	110	724	(84,81%)
1. Provisões Matemáticas	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	110	724	(84,81%)
3.1. Fundos Previdenciais	110	724	(84,81%)
4. Exigível Operacional	-	-	-
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0

NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ENERPREV – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída em 19 de julho de 2006, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 625 de 21 de agosto de 2006 do Ministério da Previdência Social, publicada no DOU de 22 de agosto de 2006. Seu efetivo funcionamento ocorreu a partir de 1º de junho de 2007, data em que a entidade iniciou suas atividades, com a adesão das primeiras patrocinadoras do Grupo Energias do Brasil: EDP – Energias do Brasil S.A, EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (antiga Bandeirante Energia S.A.), Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A (antiga Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.), Energest S.A, EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A (antiga Espírito Santo Centrais Elétricas S.A) e EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (antiga Enertrade Comercializadora de Energia S.A.), com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos atualmente administrados pela ENERPREV são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes ativos e assistidos e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

A ENERPREV tem por finalidade, através dos planos de benefícios abaixo, assegurar aos seus participantes, ativos, assistidos, autopatrocinados e aos que se encontram em benefício proporcional diferido, proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente regulamento do plano. Somente o Plano Energias do Brasil está aberto a novas adesões. Os demais planos encontram-se fechados a novas adesões.

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE ⁽¹⁾	RAZÃO SOCIAL
Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão PSAP/ Bandeirante ⁽²⁾	1982.0020-18	BD	EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A
Plano de Benefícios Escelsos I	1988.0009-47	BD	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A
			Energest S.A.
Plano de Benefícios Escelsos II	1998.0022-92	CV	Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
			EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A
Plano de Benefícios Energias do Brasil	2006.0071-65	CD	Energest S.A.
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
			EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A
			EDP - Energias do Brasil S.A.
			Instituto EDP Energias do Brasil
			Pantanal Energética Ltda ⁽³⁾
			Lajeado Energia S/A
			ECE Participações S.A.
			EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A.
			Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. ⁽⁴⁾
			Energest S.A.
			EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda.
			EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A
			Enerprev Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil
			Enerpeixe S.A.
			EDP Renováveis Brasil S.A.
			Porto do Pecém Geração de Energia S.A.
			Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.
			Investco S.A.
			Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.
			EDP - Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.
			Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

⁽¹⁾ Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

⁽²⁾ Gerencialmente o Plano PSAP/Bandeirante é composto pelas submassas: BD (Benefício Definido), CV (Contribuição Variável), BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) e Pecúlio.

⁽³⁾ Processo de retirada de patrocínio da empresa Pantanal Energética Ltda. do Plano de Benefícios Energias do Brasil aprovado de acordo com a portaria nº 477/2017 de 04 de Maio de 2017, emitido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC

⁽⁴⁾ Processo de retirada de patrocínio em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

O quadro de participantes em 31 de dezembro, apresenta a seguinte posição:

Plano	Ativos		Assistidos		Pensionistas		Autopatrocinado		BPD		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Energias do Brasil	1.723	1.625	8	5	-	-	55	41	55	59	1.841	1.730
PSAP/Bandeirante	415	455	810	780	43	40	23	28	96	99	1.387	1.402
Escelsos I	1	1	453	457	213	219	-	-	-	-	667	677
Escelsos II	403	461	743	708	43	43	24	30	20	14	1.233	1.256
Total	2.542	2.542	2.014	1.950	299	302	102	99	171	172	5.128	5.065

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observados as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

– **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

– **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

– **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 15).

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidos em:

a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes, autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido, observando-se o plano de custeio, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos às contingências da Gestão Previdencial.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio das despesas administrativas efetuados pelas patrocinadoras, participantes e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimento e Derivativos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

a. Títulos para negociação – Estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. Esses títulos e valores mobiliários estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável, calculados “pro rata” dia e ajustados no resultado do exercício ao valor de mercado computando-se a valorização e a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida da adequada conta de receita ou despesa;

b. Títulos mantidos até o vencimento – Aqueles para os quais existem intenção e capacidade financeira dos planos de benefícios que a Entidade administra de mantê-los em carteira até o vencimento e que sejam considerados como de baixo risco de crédito. Esses títulos e valores mobiliários estão demonstrados e registrados no resultado do exercício pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

Os Derivativos exclusivamente destinados a proteção de exposição, quando existentes, são classificados e estão registrados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado dos investimentos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

c. Ações de companhias abertas – São registradas pelo custo de aquisição acrescido das despesas de corretagem e taxas de operações de compras de ações, estão registradas ao valor de mercado, obtido pela sua cotação de fechamento na data do balanço ou na data mais próxima, na qual se registrou negociação da ação na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo - BM&FBOVESPA. As quotas de fundos de ações são registradas pelo custo de aquisição, ajustado mensalmente pela variação das respectivas quotas.

II. Investimentos Imobiliários

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações de acordo com a legislação vigente. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil remanescente fixado nos laudos de reavaliação, determinado por empresa ou profissionais legalmente habilitados.

Os ajustes de reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida no resultado.

III. Empréstimos e Financiamentos

São operações com participantes devidamente autorizadas pela Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permite identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

A partir de agosto de 2017 o Plano de Benefícios Energias do Brasil passou a conceder empréstimos aos seus participantes, assim como os Planos de Benefícios Escelsos I e II.

IV. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vencidos, adotando-se os seguintes percentuais (Nota 6):

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e
- 100% para atraso superiores a 360 dias.

Para os casos de morte do mutuário dos Planos de Benefícios Escelsos I e II, concedidos anteriormente a junho/2015, a seguradora reembolsa a ENERPREV o valor total do saldo devedor do empréstimo concedido ao participante.

A partir de junho/2015, foram unificados os regulamentos dos empréstimos dos planos administrados que contam com essa aplicação financeira, que passaram a ter regras iguais para todos os planos. Neste novo regulamento foi criada a constituição de um Fundo para Quitação por Morte (FQM), não sendo mais utilizado o seguro prestamista com instituição financeira, sendo que no caso de falecimento do mutuário, o saldo devedor é absorvido por este fundo.

b) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

c) Exigível Contingencial

Decorrentes de processos judiciais, inerentes a reclamações trabalhistas por ex-empregados das patrocinadoras que refletem impactos nos planos previdenciais da entidade. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para o valor das contingências que têm origem em processos trabalhistas contra as patrocinadoras, o ressarcimento está contemplado pela respectiva patrocinadora referente a parte que impacta nas reservas matemáticas dos planos.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme a seguir:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** são divulgados sem constituição de provisão; e
- **Remotas:** não requerem constituição de provisão e divulgação.

d) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais e Investimentos) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

e) Patrimônio Social

O Patrimônio Social consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos planos e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

f) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.
- Investimentos imobiliários: reavaliados periodicamente, por consultoria contratada conforme legislação em vigor.
- Contingências: as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos consultores jurídicos.
- Provisões matemáticas: calculadas pelo atuário responsável pelos Planos de Benefícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

g) Impostos

I. Imposto de Renda

- Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.
- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

h) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto as contribuições de autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido dos planos de Contribuição Definida e Contribuição Variável, que são registradas pelo regime de caixa.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial:** As contribuições mensais das empresas patrocinadoras, participantes autopatrocinados e em Benefício Proporcional Diferido dos planos custeiam 65% do total das despesas administrativas, de acordo com o percentual específico de cada patrocinadora.

Outras fontes de custeio são: taxa de consignatária sobre serviços prestados de desconto em folha de benefícios e rendimento financeiro do Fundo Administrativo.

- **Investimentos:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração de Investimentos, que correspondem a 35% do total das despesas administrativas, equivalentes ao total das Despesas Administrativas de Investimentos, que são custeadas diretamente pelo resultado dos Investimentos.

Os critérios adotados pela ENERPREV para segregação das despesas de administração foram registrados de acordo com a aplicação da respectiva despesa, resultando na proporção de 65% para despesas administrativas previdenciais e 35% para despesas administrativas dos investimentos.

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

a) Gestão Previdencial

Plano de Benefícios	2017					2016
	Contribuição a Receber	Adiantamentos	Dep. Judiciais Esfera Trabalhista	Outros Realizáveis	Total	Total
Plano Energias do Brasil	230	-	-	500	730	1
Plano Escelsos I	-	-	151	793	944	568
Plano Escelsos II	7	-	328	1.416	1.751	1.049
Plano PSAP - Submassa BD	42	4	-	1.560	1.606	992
Plano PSAP - Submassa CV	22	1	-	278	301	185
Plano PSAP - Submassa BSPS	632	14	270	12.517	13.433	10.265
Plano PSAP - Submassa Pecúlio	-	-	-	89	89	14
Total	933	19	749	17.153	18.854	13.074

Contribuições a receber, referem-se a diferença que ficou pendente de repasse que ocorrerá no mês seguinte. No Plano PSAP/Bandeirante submassa BSPS, refere-se também a parcela do Contrato de Déficit Equacionado que é repassado no dia 20 do mês seguinte.

Adiantamentos, referem-se a valores de benefícios pagos a maior e que encontram-se em processo de devolução.

Depósitos Judiciais, referem-se a processos de participantes que ingressaram na justiça pleiteando a revisão de benefícios em função das verbas salariais e critérios/índices de reajustes de benefícios adotadas nas patrocinadoras.

Outros Realizáveis, no caso dos Planos de Benefícios Energias do Brasil, Escelsos I, Escelsos II e PSAP/Bandeirante submassa BSPS, referem-se a contingências a recuperar das patrocinadoras em caso de perda do processos judiciais que venham impactar os planos previdenciários. Os valores das submassas PSAP BD, BSPS, CV e Pecúlio, são os valores pendentes da transferência de gerenciamento no Plano PSAP/Bandeirante e rebalanceamento entre as contas correntes do disponível.

I. Esfera Trabalhista

Plano de Benefícios	2016	Atualização	(Reversão)	2017
Plano Escelsos I	146	5	-	151
Plano Escelsos II	255	73	-	328
Plano PSAP - Submassa BD	-	-	-	-
Plano PSAP - Submassa BSPS	260	10	-	270
Total	661	88	-	749

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

b) Gestão Administrativa

Plano de Benefícios	2017				2016
	Contas a Receber	Tributos a Compensar	Outros Realizáveis	Total	Total
Plano Energias do Brasil	143	3	-	146	2
Plano Escelsos I	129	3	-	132	-
Plano Escelsos II	184	7	-	191	-
Plano PSAP - Consolidado	-	12	134	146	-
Total	456	25	134	615	2

Tributos a Compensar referem-se basicamente a PIS/COFINS recolhidos a maior para a Receita Federal do Brasil passíveis de compensação de recolhimentos futuros.

Outros Realizáveis referem-se ao rebalanceamento entre as contas correntes do disponível.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários de acordo com a Resolução CMN Nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, alterada pela Resolução Nº 4.275 de 31 de outubro de 2013, e alterações posteriores, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

A entidade adota a segregação real dos ativos por plano de benefícios em conformidade com a Resolução CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002. Todos os investimentos da entidade estão custodiados no Banco Bradesco S.A.

A ENERPREV, para atendimento do disposto no artigo 6º da Resolução MPAS/CGPC nº 04 de 30 de janeiro de 2002, em dezembro/2017, reclassificou os títulos e valores mobiliários abaixo mencionados da categoria "Títulos mantidos até o vencimento" para a categoria "Títulos para negociação" em virtude da nova estrutura de investimentos originada no lançamento dos perfis de investimento para o Plano ESCELSOS II, de acordo com o estudo técnico de liquidez, realizado por consultoria financeira especializada.

Ativo	Data de aquisição	Data de vencimento	Quantidade
NTN-B	16/04/2014	15/05/2019	617
NTN-B	20/05/2011	15/08/2020	310

Os investimentos apresentam em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a seguinte composição consolidada:

Plano	2017								2016
	Créditos Privados e Depósitos	Ações	Fundos de Invest.	Fundos Estruturados	Invest. Imobiliários	Emprést.	Outros Realizáveis	Total	
Plano Energias do Brasil	-	-	75.615	-	-	945	-	76.560	52.669
Plano Escelsos I	-	-	172.839	-	1.075	460	6	174.381	173.371
Plano Escelsos II	35	2	514.188	7.991	3.025	3.224	-	528.465	499.414
Plano Assistencial	-	-	60	-	-	-	-	60	55
Plano PSAP - Submassa BD	-	1.996	351.300	2.197	-	-	-	355.493	331.282
Plano PSAP - Submassa CV	-	499	78.086	1.079	-	-	-	79.663	73.352
Plano PSAP - Submassa BPS	-	2.495	438.189	5.859	2.720	6.716	344	456.323	442.537
Plano PSAP - Submassa Pécúlio	-	-	20	-	-	-	-	20	711
PGA Consolidado	-	-	6.142	-	-	-	12	6.154	3.943
Total	35	4.992	1.636.438	17.126	6.820	11.345	362	1.677.118	1.577.334

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

I. Segregação por Ativo e Plano

Plano de Benefícios	Créditos Privados e Depósitos			Ações			
	Debêntures - Vale S.A.	2017	2016	ETF - Exchange Traded Fund	Energias do Brasil (Patrocinador)	2017	2016
Plano Escelsos II	35	35	20		2	2	48
Plano Assistencial		-				-	
Plano PSAP - Parcela BD	-		-	1.996	-	1.996	-
Plano PSAP - Parcela CV	-		-	499	-	499	-
Plano PSAP - Parcela BSPS	-		-	2.495	-	2.495	-
Total	35	35	20	4.990	2	4.992	48

Plano de Benefícios e PGA	Fundos de Investimentos						2017	2016
	Renda Fixa	Ações	Multimercado	Participações	Estruturado			
Plano Energias do Brasil	69.612	6.003	-	-	-		75.615	52.669
Plano Escelsos I	172.769	-	71	-	-		172.839	171.724
Plano Escelsos II	460.240	42.132	4.187	7.629	7.991		522.179	492.666
Plano Assistencial	-	-	60	-	-		60	55
Plano PSAP - Submassa BD	313.900	13.230	22.045	2.126	2.197		353.497	331.282
Plano PSAP - Submassa CV	40.591	4.596	31.859	1.041	1.079		79.164	73.352
Plano PSAP - Submassa - BSPS	347.327	23.387	61.832	5.643	5.859		444.048	432.742
Plano PSAP - Submassa Pecúlio	-	-	20	-	-		20	711
PGA Consolidado	-	-	6.142	-	-		6.142	3.943
Total	1.404.438	89.347	126.214	16.439	17.126		1.653.564	1.559.144

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

Plano de Benefícios	Fundos de Investimentos - Renda Fixa										2017	2016
	Enerprev Cons. FIC FI RF	Enerprev ALM I	Capitania Index CP FI RF	Enerprev ALM II	Icatu V Enerprev FI RF	Enerprev ALM PSAP BD	GAP FI RF CP IMOB	Enerprev ALM PSAP CV	Enerprev ALM PSAP BSPS			
Plano Energias do Brasil	69.612	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.612	47.992
Plano Escelsos I	-	172.769	-	-	-	-	-	-	-	-	172.769	171.247
Plano Escelsos II	298.585	-	6.804	100.860	50.372	-	3.619	-	-	-	460.240	450.010
Plano PSAP - Submassa BD	-	-	4.779	-	32.525	274.030	2.566	-	-	-	313.900	312.537
Plano PSAP - Submassa CV	-	-	1.079	-	14.128	-	575	24.809	-	-	40.591	37.465
Plano PSAP - Submassa BSPS	-	-	4.975	-	43.463	-	2.617	-	296.272	-	347.327	342.064
Total	368.196	172.769	17.637	100.860	140.488	274.030	9.377	24.809	296.272	1.404.438	1.361.315	

Plano de Benefícios	Fundos de Investimentos - Ações	
	2017	2016
	Enerprev Cons. FIC FIA	
Plano Energias do Brasil	6.003	4.677
Plano Escelsos II	42.132	33.158
Plano PSAP - Submassa BD	13.230	12.053
Plano PSAP - Submassa CV	4.596	4.023
Plano PSAP - Submassa BSPS	23.387	20.461
Total	89.347	74.372

Plano de Benefícios e PGA	Fundos de Investimentos - Multimercado					2017	2016
	Enerprev FI MM CP	BB Nordea FIM IE	Sant FI GL Equi M IE				
Plano Escelsos I	71	-	-	-	-	71	477
Plano Escelsos II	4.187	-	-	-	-	4.187	418
Plano Assistencial	60	-	-	-	-	60	55
Plano PSAP - Submassa BD	18.451	1.727	1.868	22.045	-	4.198	
Plano PSAP - Sunmassa CV	31.859	-	-	31.859	-	30.639	
Plano PSAP - Submassa BSPS	57.039	2.302	2.490	61.832	-	63.557	
Plano PSAP - Submassa Pecúlio	20	-	-	20	-	711	
PGA Consolidado	6.142	-	-	6.142	-	3.943	
Total	117.827	4.029	4.358	126.214	103.998		

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

Plano de Benefícios e PGA	Fundos de Investimentos - Multimercado				
	Enerprev FI MM CP	BB Nordea FIM IE	Sant FI GL Equi M IE	2017	2016
Plano Escelsos I	71	-	-	71	477
Plano Escelsos II	4.187	-	-	4.187	418
Plano Assistencial	60	-	-	60	55
Plano PSAP - Submassa BD	18.451	1.727	1.868	22.045	4.198
Plano PSAP - Sunmassa CV	31.859	-	-	31.859	30.639
Plano PSAP - Submassa BSPS	57.039	2.302	2.490	61.832	63.557
Plano PSAP - Submassa Pecúlio	20	-	-	20	711
PGA Consolidado	6.142	-	-	6.142	3.943
Total	117.827	4.029	4.358	126.214	103.998

Plano de Benefícios	Fundos de Investimentos - Estruturado	
	2017	2016
	Hamilton Lane FIC FIP	
Plano Escelsos II	7.991	6.490
Plano PSAP - Submassa BD	2.197	1.779
Plano PSAP - Submassa CV	1.079	874
Plano PSAP - Submassa BSPS	5.859	4.751
Total	17.126	13.894

Plano de Benefícios	Fundos de Investimentos - Participações	
	2017	2016
	Patria INF III FIC FP	
Plano Escelsos II	7.629	2.590
Plano PSAP - Submassa BD	2.126	715
Plano PSAP - Submassa CV	1.041	351
Plano PSAP - Submassa BSPS	5.643	1.909
Total	16.439	5.565

Os fundos são administrados, conforme a seguir:

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

RENTA FIJA		
Fundo	Administrador	CNPJ
ENERPREV ALM I FUNDO PREV EXCLUSIVO IRF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
ENERPREV ALM II FUNDO PREV EXCLUSIVO INV RF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
ENERPREV ALM PSAP BD FUNDO DE INVESTIMENTO RF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
ENERPREV ALM PSAP BSPS FUNDO DE INVESTIMENTO RF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
ENERPREV ALM PSAP CV FI RENTA FIJA	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
ICATU VANGUARD ENERPREV FI RF CP LONGO PRAZO	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
CAPITANIA INDEX CRÉDITO PRIVADO FIC FIRF	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A	02.201.501/0001-61
NOVERO FUNDO DE INVESTIMENTO RENTA FIJA CRÉDITO PRIVADO IMOBILIÁRIO	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A	02.201.501/0001-61
ENERPREV CONSOLIDADOR FIC FI RF	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
MULTIMERCADO		
Fundo	Administrador	CNPJ
ENERPREV FDO PREV DE INVEST MM CP	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00
BB NORDEA FIM IE	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S/A	30.822.936/0001-69
SANT FI GL EQUI M IE	BANCO SANTANDER BRASIL SA	90.400.888/0001-42
ESTRUTURADO		
Fundo	Administrador	CNPJ
HAMILTON LANE FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS FIP	BTG PACTUAL SERVICOS FINANCEIROS S/A DTVM	59.281.253/0001-23
PARTICIPAÇÕES		
Fundo	Administrador	CNPJ
P2 BRASIL INFRAESTRUTURA III FIQFIP	PATRIA INFRAESTR GEST DE RECUR LTDA	10.413.618/0001-37
RENTA VARIÁVEL		
Fundo	Administrador	CNPJ
ENERPREV CONSOLIDADOR FIC FIA	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	00.066.670/0001-00

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, e na B3 S.A Brasil Bolsa Balcão e Gerais ("B3"), na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, no Banco Bradesco S.A. e em outras Instituições Financeiras.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários:

Plano Energias	Valor		
	Vencimento	Valor Contábil	
	Indeterminado	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de Investimento	69.612	69.612	47.991
Fdo. Investimento - Exclusivo	69.612	69.612	47.991
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	69.612	69.612	47.993
Valores a pagar/receber/tesouraria	-	-	(2)
Títulos de Renda Variável	6.003	6.003	4.678
Cotas de Fundos de Investimentos	6.003	6.003	4.678
Total	75.615	75.615	52.669

⁽¹⁾ Cotas de fundos de investimentos – são aplicações efetuadas pelos fundos de investimento exclusivos, ou seja, o cotista é um fundo de investimento.

Plano Escelsos I	Valor					
	Categoria		Vencimento		Valor Contábil	
	Para Negociação	Até o Vencimento	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de Investimento	25.625	147.216	52.041	120.800	172.840	171.724
Fdo. Investimento - Exclusivo	25.625	147.216	52.041	120.800	172.840	171.724
Debêntures	2	-	2	-	2	15
Letras Financeiras	9	-	9	-	9	99
Letras Financeiras do Tesouro	8.519	-	8.519	-	8.519	11.316
Letras do Tesouro Nacional	6	-	6	-	6	142
Notas do Tesouro Nacional – série B	0	147.216	26.416	120.800	147.216	160.034
Operações Compromissadas	17.090	-	17.090	-	17.090	118
Valores a pagar/receber/tesouraria	(1)	-	(1)	-	(1)	-
Total	25.625	147.216	52.041	120.800	172.840	171.724

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

Plano Escelsos II	Valor						
	Categoria		Vencimento			Valor Contábil	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016
Créditos Privados e Depósitos	-	-	35	-	-	35	68
Debêntures	-	-	35	-	-	35	20
Mercado de Ações a vista	-	-	-	-	-	-	48
Fundo de Investimento	69.180	86.237	298.585	69.388	86.030	454.002	459.508
Fdo. Investimento - Exclusivo	69.180	86.237	298.585	69.388	86.030	454.002	440.313
Certificado de Dep. Bancário – CDB	232	-	-	232	-	232	-
Certificado de Recebível Imobiliário - CRI.	1.786	-	-	283	1.503	1.786	-
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	-	-	298.585	-	-	298.585	294.057
Debêntures	43.809	-	-	40.075	3.734	43.809	42.996
Letras Financeiras	1.627	-	-	1.627	-	1.627	8.883
Letras Financeiras do Tesouro	3.090	-	-	3.090	-	3.090	409
Letras do Tesouro Nacional	355	-	-	355	-	355	125
Notas do Tesouro Nacional – série B	12.727	86.237	-	18.172	80.793	98.964	91.936
Operações Compromissadas	5.680	-	-	5.680	-	5.680	1.933
Opções de Futuro	19	-	-	19	-	19	-
Valores a pagar/ receber/tesouraria	(146)	-	-	(146)	-	(146)	(26)
Fdo. Investimento - Não Exclusivo ⁽²⁾	-	-	26.043	-	-	26.043	19.195
Renda Fixa	-	-	10.423	-	-	10.423	10.115
Investimento Estruturado	-	-	7.991	-	-	7.991	6.490
Fundo de Paticipações	-	-	7.629	-	-	7.629	2.590
Títulos de Renda Variável	-	-	42.132	-	-	42.132	33.158
Cotas de Fundos de Investimentos	-	-	42.132	-	-	42.132	33.160
Valores a pagar/ receber/tesouraria	-	-	-	-	-	-	(2)
Total	69.180	86.237	366.795	69.388	86.030	522.213	492.734

⁽¹⁾ Cotas de fundos de investimentos – são aplicações efetuadas pelos fundos de investimento exclusivos, ou seja, o cotista é um fundo de investimento;

⁽²⁾ Fundo não Exclusivo - são fundos de investimentos, onde a entidade é um dos cotistas

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

Plano Assistencial	Valor				
	Categoria	Vencimento		Valor Contábil	
	Para Negociação	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de Investimento	60	60	-	60	55
Fdo. Investimento - Exclusivo	60	60	-	60	55
Debêntures	2	2	-	2	2
Letras Financeiras	8	8	-	8	11
Letras Financeiras do Tesouro	37	37	-	37	12
Letras do Tesouro Nacional	5	5	-	5	17
Notas do Tesouro Nacional – série B	0	0	-	0	-
Notas do Tesouro Nacional – série C	-	-	-	-	-
Operações Compromissadas	8	8	-	8	13
Valores a pagar/receber/tesouraria	(0)	(0)	-	(0)	-
Total	60	60	-	60	55

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

Plano PSAP Bandeirantes	Valor						
	Categoria		Vencimento			Valor Contábil	
	Para Negociação	Até o Vencimento	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de Investimento	310.771	481.824	-	383.749	408.847	792.596	801.550
Fdo. Investimento - Exclusivo	310.771	481.824	-	383.749	408.847	792.596	768.073
Certificado de Dep. Bancário – CDB	415	-	-	415	-	415	-
Certificado de Recebível Imobiliário - CRI.	3.195	-	-	506	2.689	3.195	-
Debêntures	63.998	-	-	57.317	6.680	63.998	61.223
Letras Financeiras	15.758	-	-	15.758	-	15.758	34.902
Letras Financeiras do Tesouro	135.690	-	-	135.690	-	135.690	64.153
Letras do Tesouro Nacional	9.110	-	-	9.110	-	9.110	27.504
Notas do Tesouro Nacional – série B	46.389	257.944	-	17.846	286.487	304.333	279.957
Notas do Tesouro Nacional – série C	-	223.881	-	110.891	112.990	223.881	261.065
Operações Compromissadas	36.201	-	-	36.201	-	36.201	39.285
Opções de Futuro	36	-	-	36	-	36	-
Valores a pagar/receber/ tesouraria	(21)	-	-	(21)	-	(21)	(16)
Fdo. Investimento - Não Exclusivo ⁽¹⁾	-	-	42.923	-	-	42.923	33.477
Renda Fixa	-	-	16.591	-	-	16.591	16.100
Investimento Estruturado	-	-	9.135	-	-	9.135	7.405
Fundo Multimercado	-	-	8.387	-	-	8.387	6.997
Fundo de Participações	-	-	8.810	-	-	8.810	2.975
Títulos de Renda Variável	-	-	46.202	-	-	46.202	36.537
Cotas de Fundos de Investimentos	-	-	41.212	-	-	41.212	36.539
Ações Mercado à Vista	-	-	4.990	-	-	4.990	-
Valores a pagar/receber/ tesouraria	-	-	-	-	-	-	(2)
Total	310.771	481.824	89.125	383.749	408.847	881.720	838.087

⁽¹⁾ Fundo não Exclusivo - são fundos de investimentos, onde a entidade é um dos cotistas.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

PGA Consolidado	Valor					
	Categoria		Vencimento		Valor Contábil	
	Para Negociação	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de Investimento	6.142	-	6.142	-	6.142	3.945
Fdo. Investimento - Exclusivo	6.142	-	6.142	-	6.142	3.945
Debêntures	158	-	158	-	158	122
Letras Financeiras	790	-	790	-	790	821
Letras Financeiras do Tesouro	3.786	-	3.786	-	3.786	831
Letras do Tesouro Nacional	521	-	521	-	521	1.178
Notas do Tesouro Nacional – série B	25	-	25	-	25	18
Operações Compromissadas	862	-	862	-	862	974
Valores a pagar/receber/tesouraria	(0)	-	(0)	-	(0)	1
Total	6.142	-	6.142	-	6.142	3.945

A ENERPREV, em conformidade com o artigo 9º da Resolução CGPC n.º 4, de 2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 8, de 2002, afirma ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento” para os planos PSAP/Bandeirante, Escelsos I e Escelsos II.

Esclarecemos que as estratégias de investimentos adotadas pela ENERPREV para os planos de benefício Definido estão baseadas em estudos de ALM Asset Liability Management (gestão integrada de ativos e passivos), que consiste em encontrar a melhor combinação de ativos para maximizar a rentabilidade dentro do prazo de alocação dos ativos dos Planos de Benefícios PSAP/Bandeirante, Escelsos I e Escelsos II a atingirem suas metas e assegurar a sustentabilidade dos compromissos assumidos quer em matéria de solvência e liquidez, diante das premissas atuariais estabelecidas.

c) Investimentos Imobiliários

DESCRIÇÃO	2017	2016
Terrenos	2.720	2.150
Locados a Terceiros	3.184	3.076
Custo	3.174	3.185
(-) Depreciação Acumulada	-	(125)
Aluguéis a Receber	10	16
Direitos em Alienação	916	916
Alienação a Receber Alienação a Receber	916	916
TOTAL	6.820	6.142

A Senape – Serviço Nacional de Avaliações e Perícias realizou em 2017 a reavaliação dos imóveis pelo método comparativo de mercado e o resultado positivo líquido da reavaliação de R\$ 685 mil foi registrado em investimentos imobiliário no Resultado de Investimentos do referido exercício. Em 2016 também foi feita a reavaliação dos imóveis pelo método comparativo de mercado e o resultado negativo líquido da reavaliação de R\$ 147 mil foi registrado em investimentos imobiliário no Resultado de Investimentos do referido exercício.

Imóvel	2016				
	Valor da Reavaliação		Resultado	Data do Laudo	Vida Útil
Area de Quiosque - Rua Aristóbulo Barbosa Leão, nº. 500, Bairro Mota da Praia - Vitoria - ES	60	51	(9)	5/12/2016	50
Terreno - Gleba VI Guarapari (28.255,60 m2_ - Rua M3 - K - Gleba 6, Bairro Meaípe - Guarapari - ES	1.765	2.150	385	5/12/2016	-
Sala Comercial Century Towers - 1101 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	282	240	(42)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1102 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	216	184	(32)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1103 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	216	184	(32)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1104 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	216	184	(32)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1105 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	216	184	(32)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1106 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	259	220	(39)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1108 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	216	184	(32)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1109 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	216	184	(32)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1110 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	216	184	(32)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1111 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	216	184	(32)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1112 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	216	184	(32)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1113 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	282	240	(42)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1114 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	191	163	(28)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1115 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	191	163	(28)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1116 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	191	163	(28)	5/12/2016	41
Sala Comercial Century Towers - 1117 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitoria - ES	191	163	(28)	5/12/2016	41
TOTAIS	5.356	5.209	(147)		

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

Imóvel	2017				
	Valor da Reavaliação		Resultado	Data do Laudo	Vida Útil
Area de Quiosque - Rua Aristóbulo Barbosa Leão, nº. 500, Bairro Mota da Praia - Vitória - ES	51	53	2	17/11/2017	49
Terreno - Gleba VI Guarapari (28.255,60 m2_ - Rua M3 - K - Gleba 6, Bairro Meaípe - Guarapari - ES	2.150	2.720	570	17/11/2017	-
Sala Comercial Century Towers - 1101 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	240	250	10	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1102 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	191	7	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1103 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	191	7	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1104 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	191	7	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1105 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	191	7	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1106 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	220	230	10	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1108 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	191	7	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1109 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	191	7	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1110 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	191	7	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1111 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	191	7	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1112 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	184	191	7	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1113 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	240	250	10	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1114 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	163	168	5	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1115 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	163	168	5	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1116 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	163	168	5	17/11/2017	40
Sala Comercial Century Towers - 1117 - Avenida Nossa Senhora da Penha, nº. 699, Bairro Santa Lucia - Vitória - ES	163	168	5	17/11/2017	40
TOTAIS	5.209	5.894	685		

Gleba VI, trata-se de um terreno recebido da Fundação CESP, e está em processo de reutilização.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

d)Empréstimos e Financiamentos

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes dos Planos de Benefícios Energias do Brasil, Escelsos I, Escelsos II e PSAP/Bandeirante, de acordo com o regulamento de cada plano e são avaliadas ao valor da concessão, acrescido dos juros pactuados até a data das Demonstrações Contábeis. A partir de junho/2015, foi implementado novo regulamento de empréstimos unificando as regras para todos os planos. A composição das Operações com participantes está demonstrada abaixo:

Plano de Benefícios	Saldo Devedor	(PCLD)	2017	2016
Plano Energias do Brasil	947	(2)	945	-
Plano Escelsos I	496	(36)	460	596
Plano Escelsos II	3.372	(148)	3.224	3.739
Plano PSAP - Submassa BSPS	8.033	(1.317)	6.716	7.645
TOTAL	12.848	(1.503)	11.345	11.980

NOTA 7 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

Plano de Benefícios	2017				2016
	Benefícios a Pagar	Retenções a Recolher	Outras Exigibilidades	Total	Total
Plano Energias do Brasil	3	-	223	226	16
Plano Escelsos I	16	67	122	205	161
Plano Escelsos II	20	58	174	252	343
Plano Assistencial	-	-	60	60	55
Plano PSAP - Submassa BD	74	95	1	170	91
Plano PSAP - Submassa CV	20	79	-	99	-
Plano PSAP - Submassa BPS	-	542	822	1.364	641
Total	133	841	1.402	2.376	1.307

Benefícios a pagar, referem-se a benefícios a pagar em Janeiro/2018 e benefícios devolvidos em análise pela ENERPREV para respectiva reapresentação.

Outras Exigibilidades, referem-se ao rebalanceamento entre as contas correntes do disponível.

b) Gestão Administrativa

Plano de Benefícios	2017					2016
	Contas a Pagar	Retenções a Recolher	Tributos a Recolher	Outras Exigibilidades	Total	Total
Plano Energias do Brasil	734	39	20	4	797	857
Plano Escelsos I	301	20	7	-	328	275
Plano Escelsos II	547	29	9	16	601	451
Plano Assistencial	-	-	-	-	-	4
Plano PSAP - Consolidado	474	22	10	2.037	2.543	240
Total	2.056	110	46	2.057	4.269	1.827

Contas a pagar, refere-se basicamente as obrigações com serviços de terceiros, provisões sobre folha administrativa e valores de pagamento de terceiros.

Outras Exigibilidades, referem-se ao rebalanceamento entre as contas correntes do disponível.

NOTA 7 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

c) Gestão dos Investimentos

Plano de Benefícios	2017		2016
	Outras Exigibilidades	Total	Total
Plano Energias do Brasil	231	231	-
Plano Escelsos I	255	255	2
Plano Escelsos II	285	285	2
Plano PSAP - Submassa BD	191	191	-
Plano PSAP - Submassa CV	144	144	-
Plano PSAP - Submassa BSPS	473	473	-
PGA Consolidado	43	43	-
Total	1.622	1.622	4

Outras Exigibilidades, referem-se a valores referente a cobertura de despesas administrativas e ao rebalanceamento entre as contas correntes do disponível.

NOTA 8 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Plano de Benefícios	2017		2016
	Esfera Trabalhista/Cíveis	Total	Total
Plano Escelsos I	481	481	422
Plano Escelsos II	755	755	795
Plano PSAP - Submassa BSPS	1.898	1.898	1.608
Total	3.134	3.134	2.825

I. Esfera Trabalhista/ Cíveis

Plano de Benefícios	2016	Atualização	(Reversão)	2017
Plano Escelsos I	422	59	-	481
Plano Escelsos II	795	-	(40)	755
Plano PSAP - Submassa BSPS	1.608	290	-	1.898
Total	2.825	349	(40)	3.134

O Plano de Benefícios Escelsos I possui 2 processos classificados com risco de perda possível na esfera trabalhista, que somam o valor de R\$ 59 e não são provisionados em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis. Possui, ainda, 8 processos classificados como prováveis e esses processos encontram-se provisionados em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O valor apurado para provisionamento dos processos com risco de perda provável, registrado contabilmente, é de R\$ 481 (R\$ 422 em 2016).

O Plano de Benefícios Escelsos II ainda possui 13 processos classificados como risco de perda possível, de natureza previdenciária, com valor total estimado de R\$ 845, que não está provisionado na contabilidade do Plano, também em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis. Possui, ainda, 12 processos classificados como prováveis e esses processos encontram-se provisionados em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O valor apurado para provisionamento dos processos com risco de perda provável, registrado contabilmente, é de o valor de R\$ 755 (R\$ 795 em 2016).

O Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante ainda possui 12 processos classificados como risco de perda possível, de natureza previdenciária, com valor total estimado de R\$ 2.882, que não está provisionado na contabilidade do Plano, também em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamento Contábeis. Possui, ainda, 23 processos classificados como prováveis e esses processos encontram-se provisionados em conformidade com a CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O valor apurado para provisionamento dos processos com risco de perda provável, registrado contabilmente, é de o valor de R\$ 1.898 (R\$ 1.608 em 2016).

NOTA 9 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não terem sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

I. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

II. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

III. Provisões matemáticas a constituir – Correspondem ao valor do contrato de equacionamento de déficit, firmado junto ao patrocinador, atualizado na data do balanço.

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2017 pode ser resumida como segue:

Plano de Benefícios	Saldos em 31/12/2016	Constituição/ (Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2017
Benefícios Concedidos	1.045.283	55.963	1.101.246
Plano Energias do Brasil	222	837	1.059
Plano Escelsos I	132.153	(4.035)	128.118
Plano Escelsos II	272.922	18.998	291.920
Plano PSAP - Submassa BD	147.811	14.678	162.489
Plano PSAP - Submassa CV	37.037	5.059	42.096
Plano PSAP - Submassa BSPS	455.138	20.426	475.564
Benefícios a Conceder	438.037	9.814	447.851
Plano Energias do Brasil	50.507	22.569	73.076
Plano Escelsos I	115	(32)	83
Plano Escelsos II	165.625	7.225	172.850
Plano PSAP - Submassa BD	117.125	(3.465)	113.660
Plano PSAP - Submassa CV	40.517	2.351	42.868
Plano PSAP - Submassa BSPS	64.148	(18.834)	45.314
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(65.443)	10548	(54.895)
(-) Déficit Equacionado	(65.443)	10548	(54.895)
Plano PSAP - Submassa BSPS	(65.443)	10.548	(54.895)
Total	1.417.877	76.325	1.494.202

NOTA 9 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas de 2017 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Plano	Taxa Real de Juros	Taxa de Crescimento real dos salários	Tábua de Mortalidade Geral	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Fator Capacidade	Rotatividade
Escelsos I	4,5% a.a.	0,47% a.a	AT-2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	TASA 1927	0,980	Nula
Escelsos II	4,5% a.a.	0,47% a.a	AT-2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	TASA 1927	0,980	Tábua Experiência Escelsos II 2007 – 2016
PSAP/ Bandeirante BD	4,68% a.a.	0,47% a.a	AT-2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,980	Tábua Experiência 2012
PSAP/ Bandeirante CV	5,5% a.a.	não aplica	AT-2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,980	Tábua Experiência 2012
PSAP/ Bandeirante BPS	5,5% a.a.	não aplica	AT-2000 M&F	RP - 2000 Disabled M&F	MÜLLER	0,980	Tábua Experiência 2012

É dispensada a utilização de hipóteses demográficas e/ou biométricas para o Plano de Benefício Energias do Brasil, por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição definida, que não requer cálculo atuarial para apuração e mensuração de seus compromissos junto aos respectivos participantes e assistidos.

NOTA 10 – EQUILIBRIO TÉCNICO

Em julho de 2016 foi proposto pela Patrocinadora um refinanciamento da dívida relativa à submassa BSPS do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante, para que a amortização do saldo devedor atualizado ocorresse durante o período máximo permitido pela legislação então em vigor.

Nos termos do item 10 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, o prazo máximo permitido é de uma vez e meia a duração do passivo do Plano de Benefícios. No caso, como a duração do passivo da submassa BSPS, apurada pelo atuário, era de 12,30 anos, o prazo máximo, em 31/12/2015, para a amortização da dívida, seria de 18,45 anos, ou 221 meses.

Diante disso, a ENERPREV propôs que o prazo para a amortização da dívida pela Patrocinadora fosse de 152 meses, para ficar alinhado com o prazo da concessão outorgada pelo Poder Público à Patrocinadora, tendo as partes formalizado aditivo ao contrato de dívida para refletir esse novo prazo de amortização.

Para fins da comprovação do atendimento às necessidades de fluxo de caixa, a que se refere o item 10.1 do anexo da citada Resolução, observou-se o fluxo financeiro no prazo mencionado, trazido a valor presente pela taxa de juros atuarial, comparando o valor obtido com o Patrimônio de Cobertura da submassa BSPS do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante, de modo que foi atestada a suficiência financeira de recursos no novo período de pagamento das parcelas.

Vale ressaltar que o cálculo considerou a amortização da dívida por meio do método “Tabela Price” ajustado a ambientes inflacionários. Ou seja, considerou-se a divisão da dívida em parcela iguais, sendo o saldo devedor atualizado, mês a mês, pela inflação do mês anterior e pela taxa de juros vigente.

Com isso, anualmente a parcela mensal será recalculada considerando o saldo e prazos remanescentes no momento do recálculo. Caso se venha a adotar método diverso deste, faz-se necessário um novo estudo para atestar a liquidez do plano.

Desse modo, o prazo remanescente apurado para a amortização e liquidação da Provisão Matemática a Constituir – Déficit Equacionado, relativo à submassa BSPS do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante, correspondia a 140 meses, contados de 31/12/2016. Nessa mesma posição, o saldo da Provisão Matemática a Constituir – Déficit Equacionado era de R\$ 65.443.

Plano de Benefícios	Saldos em 31/12/2015	Recebimento de Contribuições	Atualização/ Repactuação	Saldos em 31/12/2016
Plano PSAP - Submassa BSPS	(86.067)	30.167	(9.543)	(65.443)

Em 31/12/2017, em observância ao instrumento contratual de dívida da Patrocinadora relativo à referida parcela, o superávit verificado no exercício de 2017, no valor de R\$ 6.162, foi utilizado para abater a dívida, reduzindo o saldo devedor, de modo que as Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Equacionado foram registradas no montante de R\$ 54.895.

Plano de Benefícios	Saldos em 31/12/2016	Recebimento de Contribuições	Atualização/ Repactuação	Saldos em 31/12/2017
Plano PSAP - Submassa BSPS	(65.443)	7.559	2.989	(54.895)

O prazo remanescente para pagamento da dívida é de 128 meses, e o valor da parcela mensal válido para o ano de 2018 é de R\$ 564 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais).

a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

NOTA 10 – EQUILIBRIO TÉCNICO

Plano de Benefícios	Saldos em 31/12/2016	Constituição/(Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2017
Resultados Realizados	106.997	28.719	135.716
Superávit Técnico Acumulado	106.997	28.719	135.716
Plano Escelsos I	28.930	5.999	34.929
Plano Escelsos II	23.885	7.101	30.986
Plano PSAP/Bandeirante	54.182	15.619	69.801

Plano de Benefícios Escelsos I

O resultado superavitário do Plano de Benefícios Escelsos I, em 2017, apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano e da superação da meta atuarial. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

O limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25, de novembro de 2015 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do Plano de Benefícios Escelsos I, posicionada em 31 de dezembro de 2017, de 8,72 anos. Portanto, o limite, em 31 de dezembro de 2017, é de 18,72% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$ 23.999, alocado na Reserva de Contingência e R\$10.930 na Reserva Especial para Revisão do Plano, totalizando R\$ 34.929 (R\$ 28.931 em 2016).

Plano de Benefícios Escelsos II

O resultado superavitário do Plano de Benefícios Escelsos II, em 2017, apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano e da superação da meta atuarial. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

O limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25, de novembro de 2015 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do Plano de Benefícios Escelsos II, posicionada em 31 de dezembro de 2017, de 10,62 anos. Portanto, o limite, em 31 de dezembro de 2017, é de 20,62% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$11.841, alocado na Reserva de Contingência e R\$ 19.145 na Reserva Especial para Revisão do Plano, totalizando R\$ 30.986 (R\$ 23.885 em 2016).

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante

O resultado superavitário do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante, em 2017, apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais, bem como da superação da meta atuarial. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado. O aumento do resultado superavitário justifica-se, principalmente, pela alteração da premissa de crescimento salarial e pela superação da meta atuarial no período. A meta atuarial do Plano no exercício de 2017, composta pela taxa de juros de 5,50%, na submassa BSPS e CV, e 4,68%, na parcela BD, acrescida do IGP-DI, totalizou 5,50%, nas submassa BSPS e CV, e 4,68% na parcela BD. As rentabilidades alcançadas no mesmo período foram de 9,05%, 10,07% e 11,34%, das submassas BD, BSPS e CV, respectivamente. Portanto, nas partes BD, BSPS e CV o Plano apresentou ganho atuarial de 4,18%, 4,33% e 5,54%, respectivamente.

Do superávit apurado em 31/12/2017, o montante de R\$69.801 (R\$ 54.182 em 2016) foi alocado integralmente em Reserva de Contingência, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e alterações.

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BPS

Em 31/12/2016 a modalidade BPS do plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 3.317. Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação apurado, montava R\$ 5.893 positivo, na data base da Avaliação Atuarial de 2016, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado positivo de R\$ 2.576. Em face do 2º aditivo ao Instrumento Contratual de Dívida da Patrocinadora, relativamente ao equacionamento de déficits oriundos da modalidade BPS do plano, não houve equacionamento com incorporação ao saldo devedor da dívida uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado apresentado é positivo.

A submassa BPS apresentou um Equilíbrio Técnico, em 31/12/2017. Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 4.761 positivo, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado positivo de R\$ 4.761.

Em face do instrumento contratual de dívida da Patrocinadora, relativamente ao equacionamento de déficit oriundos da submassa BPS do Plano, não houve equacionamento com incorporação ao saldo devedor da dívida uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado apresentado é positivo.

Por outro lado, o resultado superavitário observado no encerramento do exercício de 2017 foi utilizado para redução do saldo devedor da dívida, em linha com o previsto no instrumento contratual de dívida da Patrocinadora. Dessa forma, não há necessidade de equacionamento do Déficit Técnico Acumulado apurado.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BD

A submassa BD apresentou um superávit Técnico Acumulado de R\$ 80.634, em 31/12/2017 (R\$ 67.085 em 2016). Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$11.523 positivo, em 31/12/2017, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 92.157 superavitário. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superávit.

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa CV

A submassa CV apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$10.833, em 31/12/2017 (R\$ 9.586 em 2016). Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 3.777 positivo, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 7.056.

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, a qual alterou as Resoluções CGPC nº 26/2008 e CGPC 18/2006, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o déficit técnico ajustado observado no encerramento do exercício seja superior a $(1\% \times (\text{Duração do Passivo} - 4))$ das Provisões Matemáticas. Haja vista que a duração do passivo da referida sub massa em 2017 foi de 11,63 anos, o limite do déficit acumulado para o grupo de custeio em 2017 é de 7,63% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido desse grupo de custeio, ou R\$ 3.148.

Assim sendo, à luz da Resolução CNPC nº 24, de 24 de novembro de 2016 que deverá ser avaliado o equacionamento do déficit decorrente da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017, até o final do exercício de 2018, considerando, no mínimo, o Déficit que excedeu o limite de 7,63% das Provisões Matemáticas em BD da referida sub massa, ou seja, R\$ 3.908.

b) Equilíbrio Técnico Ajustado

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

A partir do exercício de 2015, a Entidade passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duração do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

A apuração do equilíbrio técnico ajustado acumulado dos planos foi o seguinte:

Plano de Benefícios Escelsos I

em milhares de reais

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2017	PU RECALCULADO EM 31/12/2017	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-B	6,600	15/8/2018	383,00	3	3	1.184	1.199	14
NTN-B	6,348	15/8/2018	145,00	3	3	449	454	5
NTN-B	6,482	15/5/2019	703,00	3	3	2.139	2.192	54
NTN-B	6,287	15/5/2019	425,00	3	3	1.296	1.325	29
NTN-B	6,289	15/8/2020	6.654,00	3	3	20.515	21.373	858
NTN-B	6,377	15/5/2021	209,00	3	3	633	668	36
NTN-B	6,349	15/8/2022	65,00	3	3	199	214	15
NTN-B	6,100	15/8/2024	9.359,00	3	3	28.922	31.426	2.503
NTN-B	6,100	15/8/2030	5.775,00	3	4	17.802	20.402	2.600
NTN-B	6,770	15/8/2030	1.506,00	3	4	4.393	5.320	927
NTN-B	6,740	15/8/2030	1.808,00	3	4	5.287	6.387	1.100
NTN-B	5,860	15/5/2035	4.365,00	3	4	13.574	15.703	2.129
NTN-B	6,790	15/5/2035	2.014,00	3	4	5.696	7.245	1.550
NTN-B	6,761	15/5/2035	2.419,00	3	4	6.861	8.702	1.841
							Total	13.662

Plano de Benefícios Escelsos II

NOTA 10 – EQUILIBRIO TÉCNICO

em milhares de reais

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2017	PU RECALCULADO EM 31/12/2017	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-B	7,804	15/8/2024	217,00	3	3	615	729	113
NTN-B	7,622	15/8/2024	359,00	3	3	1.027	1.205	178
NTN-B	6,496	15/8/2024	1.121,00	3	3	3.395	3.764	369
NTN-B	6,100	15/8/2030	2.716,00	3	4	8.372	9.595	1.223
NTN-B	6,549	15/8/2030	452,00	3	4	1.343	1.597	254
NTN-B	5,860	15/5/2035	2.584,00	3	4	8.036	9.296	1.260
NTN-B	6,579	15/5/2035	401,00	3	4	1.158	1.443	284
NTN-B	7,548	15/5/2035	652,00	3	4	1.711	2.346	634
NTN-B	5,860	15/8/2040	3.032,00	3	4	9.585	11.334	1.749
							Total	6.066

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BD

em milhares de reais

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2017	PU RECALCULADO EM 31/12/2017	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-B	6,496	15/8/2024	27,00	3	3	82	90	8
NTN-B	6,346	15/8/2024	286,00	3	3	873	951	79
NTN-B	6,302	15/5/2035	93,00	3	4	276	328	52
NTN-B	4,592	15/8/2050	44,00	4	4	168	166	-2
NTN-B	4,592	15/8/2050	60,00	4	4	229	226	-3
NTN-B	4,592	15/8/2050	20,00	4	4	76	75	-1
NTN-B	4,592	15/8/2050	49,00	4	4	187	185	-3
NTN-B	4,592	15/8/2050	78,00	4	4	298	294	-4
NTN-B	4,592	15/8/2050	13,00	4	4	50	49	-1
NTN-B	4,592	15/8/2050	67,00	4	4	256	252	-3
NTN-B	4,592	15/8/2050	12,00	4	4	46	45	-1
NTN-B	4,592	15/8/2050	44,00	4	4	168	166	-2
NTN-B	4,592	15/8/2050	25,00	4	4	95	94	-1
NTN-B	4,592	15/8/2050	27,00	4	4	103	102	-1
NTN-B	4,482	15/8/2050	8.600,00	4	4	33.389	32.382	-1.007
NTN-B	4,202	15/8/2050	9.163,00	4	4	37.178	34.502	-2.676
NTN-B	4,550	15/8/2050	258,00	4	4	991	971	-20
NTN-B	4,550	15/8/2050	2.251,00	4	4	8.646	8.476	-171
NTN-B	4,550	15/8/2050	831,00	4	4	3.192	3.129	-63
NTN-B	4,550	15/8/2050	26,00	4	4	100	98	-2
NTN-B	4,550	15/8/2050	301,00	4	4	1.156	1.133	-23
NTN-B	4,550	15/8/2050	1.203,00	4	4	4.621	4.530	-91
NTN-B	4,592	15/8/2050	68,00	4	4	260	256	-3
NTN-B	4,592	15/8/2050	82,00	4	4	313	309	-4
NTN-B	4,592	15/8/2050	57,00	4	4	218	215	-3
NTN-B	4,622	15/8/2050	4.300,00	4	4	16.337	16.191	-146
NTN-B	4,592	15/8/2050	46,00	4	4	176	173	-2

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2017	PU RECALCULADO EM 31/12/2017	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-B	4,592	15/8/2050	87,00	4	4	332	328	-4
NTN-B	4,592	15/8/2050	3,00	4	4	11	11	-0
NTN-B	4,592	15/8/2050	71,00	4	4	271	267	-4
NTN-B	6,458	15/5/2055	4.850,00	3	4	13.944	18.230	4.287
NTN-B	6,468	15/5/2055	1.000,00	3	4	2.871	3.759	888
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,000	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	2,000	4	4	7	8	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	48,000	4	4	171	181	10
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,000	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	95,000	4	4	338	358	20
NTN-C	6,723	1/4/2021	13,000	4	4	46	49	3
NTN-C	6,723	1/4/2021	83,000	4	4	296	313	17
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,000	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	700,000	4	4	2.493	2.639	146
NTN-C	6,723	1/4/2021	3,000	4	4	11	11	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	4,000	4	4	14	15	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	4555,000	4	4	16.222	17.175	953
NTN-C	6,723	1/4/2021	2,000	4	4	7	8	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	24,000	4	4	85	90	5
NTN-C	6,723	1/4/2021	22,000	4	4	78	83	5
NTN-C	6,723	1/4/2021	63,000	4	4	224	238	13
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,000	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,000	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,000	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	39,000	4	4	139	147	8
NTN-C	6,723	1/4/2021	7,000	4	4	25	26	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,000	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	3,000	4	4	11	11	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	13,000	4	4	46	49	3
NTN-C	6,723	1/4/2021	3,000	4	4	11	11	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	3,000	4	4	11	11	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	18,000	4	4	64	68	4
NTN-C	6,723	1/4/2021	412,000	4	4	1.467	1.554	86
NTN-C	6,723	1/4/2021	35,000	4	4	125	132	7
NTN-C	6,723	1/4/2021	376,000	4	4	1.339	1.418	79
NTN-C	6,723	1/4/2021	52,000	4	4	185	196	11
NTN-C	6,723	1/4/2021	253,000	4	4	901	954	53
NTN-C	6,723	1/4/2021	36,000	4	4	128	136	8
NTN-C	6,723	1/4/2021	313,000	4	4	1.115	1.180	65
NTN-C	6,723	1/4/2021	190,000	4	4	677	716	40
NTN-C	6,723	1/4/2021	138,000	4	4	491	520	29
NTN-C	6,723	1/4/2021	529,000	4	4	1.884	1.995	111
NTN-C	6,723	1/4/2021	10,000	4	4	36	38	2
NTN-C	6,723	1/4/2021	4,000	4	4	14	15	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	4,000	4	4	14	15	1

NOTA 10 – EQUILIBRIO TÉCNICO

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2017	PU RECALCULADO EM 31/12/2017	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-C	6,723	1/4/2021	752,000	4	4	2.678	2.836	157
NTN-C	6,723	1/4/2021	95,000	4	4	338	358	20
NTN-C	6,723	1/4/2021	151,000	4	4	538	569	32
NTN-C	6,723	1/4/2021	76,000	4	4	271	287	16
NTN-C	6,723	1/4/2021	600,000	4	4	2.137	2.262	126
NTN-C	6,723	1/4/2021	65,000	4	4	231	245	14
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,000	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	60,000	4	4	214	226	13
NTN-C	6,723	1/4/2021	689,000	4	4	2.454	2.598	144
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,000	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	689,000	4	4	2.454	2.598	144
NTN-C	6,723	1/4/2021	121,000	4	4	431	456	25
NTN-C	6,723	1/4/2021	2,000	4	4	7	8	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	18,000	4	4	64	68	4
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,000	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	4,000	4	4	14	15	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	113,000	4	4	402	426	24
NTN-C	6,723	1/4/2021	25,000	4	4	89	94	5
NTN-C	6,723	1/4/2021	564,000	4	4	2.009	2.127	118
NTN-C	6,723	1/4/2021	141,000	4	4	502	532	29
NTN-C	6,723	1/4/2021	4,000	4	4	14	15	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	4,000	4	4	14	15	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	19,000	4	4	68	72	4
NTN-C	6,723	1/4/2021	12,000	4	4	43	45	3
NTN-C	6,723	1/4/2021	1035,000	4	4	3.686	3.903	217
NTN-C	6,723	1/4/2021	101,000	4	4	360	381	21
NTN-C	6,723	1/4/2021	207,000	4	4	737	781	43
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,000	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	63,000	4	4	224	238	13
NTN-C	6,737	1/1/2031	333,000	5	6	1.781	2.076	294
NTN-C	6,737	1/1/2031	316,000	5	6	1.690	1.970	279
NTN-C	6,737	1/1/2031	1171,000	5	6	6.264	7.299	1.035
NTN-C	6,737	1/1/2031	83,000	5	6	444	517	73
NTN-C	6,737	1/1/2031	7,000	5	6	37	44	6
NTN-C	6,737	1/1/2031	37,000	5	6	198	231	33
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,000	5	6	11	12	2
NTN-C	6,737	1/1/2031	325,000	5	6	1.739	2.026	287
NTN-C	6,737	1/1/2031	86,000	5	6	460	536	76
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,000	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	379,000	5	6	2.027	2.362	335
NTN-C	6,737	1/1/2031	24,000	5	6	128	150	21
NTN-C	6,737	1/1/2031	72,000	5	6	385	449	64
NTN-C	6,737	1/1/2031	96,000	5	6	514	598	85
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,000	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,000	5	6	5	6	1

NOTA 10 – EQUILIBRIO TÉCNICO

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2017	PU RECALCULADO EM 31/12/2017	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-C	6,737	1/1/2031	316,000	5	6	1.690	1.970	279
NTN-C	6,737	1/1/2031	86,000	5	6	460	536	76
NTN-C	6,737	1/1/2031	215,000	5	6	1.150	1.340	190
NTN-C	6,737	1/1/2031	60,000	5	6	321	374	53
NTN-C	6,737	1/1/2031	65,000	5	6	348	405	57
NTN-C	6,737	1/1/2031	8,000	5	6	43	50	7
NTN-C	6,737	1/1/2031	60,000	5	6	321	374	53
NTN-C	6,737	1/1/2031	1866,000	5	6	9.982	11.631	1.650
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,000	5	6	11	12	2
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,000	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	667,000	5	6	3.568	4.158	590
NTN-C	6,737	1/1/2031	192,000	5	6	1.027	1.197	170
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,000	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,000	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	292,000	5	6	1.562	1.820	258
NTN-C	6,737	1/1/2031	126,000	5	6	674	785	111
NTN-C	6,737	1/1/2031	865,000	5	6	4.627	5.392	765
NTN-C	6,737	1/1/2031	4,000	5	6	21	25	4
NTN-C	6,737	1/1/2031	3,000	5	6	16	19	3
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,000	5	6	11	12	2
NTN-C	6,737	1/1/2031	310,000	5	6	1.658	1.932	274
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,000	5	6	11	12	2
NTN-C	6,737	1/1/2031	506,000	5	6	2.707	3.154	447
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,000	5	6	11	12	2
Total								11.523

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa BPS

em milhares de reais

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2017	PU RECALCULADO EM 31/12/2017	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-B	7,548	15/5/2035	348,00	3	3	913	1.124	210
NTN-B	7,538	15/5/2035	1.500,00	3	3	3.941	4.844	903
NTN-B	7,548	15/5/2035	3.700,00	3	3	9.711	11.949	2.238
NTN-B	7,548	15/5/2035	552,00	3	3	1.449	1.783	334
NTN-B	6,437	15/5/2035	4.837,00	3	3	14.174	15.621	1.447
NTN-B	6,428	15/8/2040	5.161,00	3	3	15.271	17.033	1.762
NTN-B	7,567	15/5/2045	776,00	3	3	1.963	2.542	578
NTN-B	4,592	15/8/2050	1.109,00	4	3	4.233	3.699	-533
NTN-B	4,622	15/8/2050	5.700,00	4	3	21.656	19.013	-2.643
NTN-B	4,592	15/8/2050	156,00	4	3	595	520	-75
NTN-B	4,592	15/8/2050	117,00	4	3	447	390	-56
NTN-B	4,482	15/8/2050	11.400,00	4	3	44.260	38.026	-6.234
NTN-B	4,202	15/8/2050	837,00	4	3	3.396	2.792	-604

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2017	PU RECALCULADO EM 31/12/2017	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-C	6,723	1/4/2021	6,00	4	4	21	22	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	4,00	4	4	14	15	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	3,00	4	4	11	11	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	4,00	4	4	14	15	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	140,00	4	4	499	516	17
NTN-C	6,723	1/4/2021	848,00	4	4	3.020	3.125	104
NTN-C	6,723	1/4/2021	311,00	4	4	1.108	1.146	38
NTN-C	6,723	1/4/2021	3,00	4	4	11	11	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	693,00	4	4	2.468	2.553	85
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,00	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	1.271,00	4	4	4.527	4.683	157
NTN-C	6,723	1/4/2021	102,00	4	4	363	376	13
NTN-C	6,723	1/4/2021	8,00	4	4	28	29	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	862,00	4	4	3.070	3.176	106
NTN-C	6,723	1/4/2021	2,00	4	4	7	7	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	30,00	4	4	107	111	4
NTN-C	6,723	1/4/2021	463,00	4	4	1.649	1.706	57
NTN-C	6,723	1/4/2021	77,00	4	4	274	284	9
NTN-C	6,723	1/4/2021	49,00	4	4	175	181	6
NTN-C	6,723	1/4/2021	73,00	4	4	260	269	9
NTN-C	6,723	1/4/2021	45,00	4	4	160	166	6
NTN-C	6,723	1/4/2021	651,00	4	4	2.318	2.399	80
NTN-C	6,723	1/4/2021	5,00	4	4	18	18	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	233,00	4	4	830	859	29
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,00	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	15,00	4	4	53	55	2
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,00	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,00	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	77,00	4	4	274	284	9
NTN-C	6,723	1/4/2021	508,00	4	4	1.809	1.872	63
NTN-C	6,723	1/4/2021	1,00	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	4,00	4	4	14	15	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	23,00	4	4	82	85	3
NTN-C	6,723	1/4/2021	5.604,00	4	4	19.958	20.648	690
NTN-C	6,723	1/4/2021	43,00	4	4	153	158	5
NTN-C	6,723	1/4/2021	739,00	4	4	2.632	2.723	91
NTN-C	6,723	1/4/2021	12,00	4	4	43	44	1
NTN-C	6,723	1/4/2021	254,00	4	4	905	936	31
NTN-C	6,723	1/4/2021	849,00	4	4	3.024	3.128	105
NTN-C	6,723	1/4/2021	116,00	4	4	413	427	14
NTN-C	6,723	1/4/2021	3,00	4	4	11	11	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	3,00	4	4	11	11	0
NTN-C	6,723	1/4/2021	384,00	4	4	1.368	1.415	47
NTN-C	6,723	1/4/2021	148,00	4	4	527	545	18
NTN-C	6,723	1/4/2021	2,00	4	4	7	7	0

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2017	PU RECALCULADO EM 31/12/2017	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-C	6,723	4/1/2021	1,00	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	4/1/2021	64,00	4	4	228	236	8
NTN-C	6,723	4/1/2021	171,00	4	4	609	630	21
NTN-C	6,723	4/1/2021	116,00	4	4	413	427	14
NTN-C	6,723	4/1/2021	924,00	4	4	3.291	3.405	114
NTN-C	6,723	4/1/2021	1,00	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	4/1/2021	173,00	4	4	616	637	21
NTN-C	6,723	4/1/2021	15,00	4	4	53	55	2
NTN-C	6,723	4/1/2021	124,00	4	4	442	457	15
NTN-C	6,723	4/1/2021	6,00	4	4	21	22	1
NTN-C	6,723	4/1/2021	4,00	4	4	14	15	0
NTN-C	6,723	4/1/2021	3,00	4	4	11	11	0
NTN-C	6,723	4/1/2021	1,00	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	4/1/2021	22,00	4	4	78	81	3
NTN-C	6,723	4/1/2021	60,00	4	4	214	221	7
NTN-C	6,723	4/1/2021	1,00	4	4	4	4	0
NTN-C	6,723	4/1/2021	31,00	4	4	110	114	4
NTN-C	6,723	4/1/2021	16,00	4	4	57	59	2
NTN-C	6,723	4/1/2021	22,00	4	4	78	81	3
NTN-C	6,723	4/1/2021	5,00	4	4	18	18	1
NTN-C	6,723	4/1/2021	28,00	4	4	100	103	3
NTN-C	6,723	4/1/2021	186,00	4	4	662	685	23
NTN-C	6,723	4/1/2021	81,00	4	4	288	298	10
NTN-C	6,723	4/1/2021	93,00	4	4	331	343	11
NTN-C	6,723	4/1/2021	2,00	4	4	7	7	0
NTN-C	6,723	4/1/2021	1,00	4	4	4	4	0
NTN-C	6,737	1/1/2031	9,00	5	6	48	53	5
NTN-C	6,737	1/1/2031	3,00	5	6	16	18	2
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,00	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,00	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,00	5	6	11	12	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	2.296,00	5	6	12.282	13.447	1.165
NTN-C	6,737	1/1/2031	156,00	5	6	834	914	79
NTN-C	6,737	1/1/2031	622,00	5	6	3.327	3.643	316
NTN-C	6,737	1/1/2031	467,00	5	6	2.498	2.735	237
NTN-C	6,737	1/1/2031	45,00	5	6	241	264	23
NTN-C	6,737	1/1/2031	1.056,00	5	6	5.649	6.185	536
NTN-C	6,737	1/1/2031	360,00	5	6	1.926	2.108	183
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,00	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,00	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	820,00	5	6	4.386	4.802	416
NTN-C	6,737	1/1/2031	106,00	5	6	567	621	54
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,00	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,00	5	6	11	12	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	80,00	5	6	428	469	41

NOTA 10 – EQUILIBRIO TÉCNICO

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2017	PU RECALCULADO EM 31/12/2017	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-C	6,737	1/1/2031	103,00	5	6	551	603	52
NTN-C	6,737	1/1/2031	119,00	5	6	637	697	60
NTN-C	6,737	1/1/2031	5,00	5	6	27	29	3
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,00	5	6	11	12	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,00	5	6	11	12	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	401,00	5	6	2.145	2.349	204
NTN-C	6,737	1/1/2031	237,00	5	6	1.268	1.388	120
NTN-C	6,737	1/1/2031	388,00	5	6	2.075	2.272	197
NTN-C	6,737	1/1/2031	89,00	5	6	476	521	45
NTN-C	6,737	1/1/2031	1.442,00	5	6	7.713	8.445	732
NTN-C	6,737	1/1/2031	29,00	5	6	155	170	15
NTN-C	6,737	1/1/2031	74,00	5	6	396	433	38
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,00	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	3,00	5	6	16	18	2
NTN-C	6,737	1/1/2031	266,00	5	6	1.423	1.558	135
NTN-C	6,737	1/1/2031	382,00	5	6	2.043	2.237	194
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,00	5	6	11	12	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	106,00	5	6	567	621	54
NTN-C	6,737	1/1/2031	388,00	5	6	2.075	2.272	197
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,00	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,00	5	6	11	12	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,00	5	6	11	12	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	410,00	5	6	2.193	2.401	208
NTN-C	6,737	1/1/-2031	8,00	5	6	43	47	4
NTN-C	6,737	1/1/2031	74,00	5	6	396	433	38
							Total	4.762

NOTA 10 – EQUILIBRIO TÉCNICO

Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante – submassa CV em milhares de reais

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU TAXA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2017	PU RECALCULADO EM 31/12/2017	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-B	7,567	5/15/2045	474,00	3	3	1.199	1.553	353
NTN-B	7,567	5/15/2045	1.262,00	3	3	3.193	4.134	941
NTN-B	7,527	8/15/2050	179,00	3	3	458	597	139
NTN-B	7,527	8/15/2050	1.630,00	3	3	4.173	5.437	1.264
NTN-C	6,723	4/1/2021	238,00	4	4	848	877	29
NTN-C	6,723	4/1/2021	8,00	4	4	28	29	1
NTN-C	6,723	4/1/2021	12,00	4	4	43	44	1
NTN-C	6,723	4/1/2021	22,00	4	4	78	81	3
NTN-C	6,723	4/1/2021	5,00	4	4	18	18	1
NTN-C	6,723	4/1/2021	86,00	4	4	306	317	11
NTN-C	6,723	4/1/2021	37,00	4	4	132	136	5
NTN-C	6,723	4/1/2021	95,00	4	4	338	350	12
NTN-C	6,723	4/1/2021	138,00	4	4	491	508	17
NTN-C	6,737	1/1/2031	73,00	5	6	390	428	37
NTN-C	6,737	1/1/2031	75,00	5	6	401	439	38
NTN-C	6,737	1/1/2031	153,00	5	6	818	896	78
NTN-C	6,737	1/1/2031	44,00	5	6	235	258	22
NTN-C	6,737	1/1/2031	77,00	5	6	412	451	39
NTN-C	6,737	1/1/2031	6,00	5	6	32	35	3
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,00	5	6	11	12	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	67,00	5	6	358	392	34
NTN-C	6,737	1/1/2031	116,00	5	6	621	679	59
NTN-C	6,737	1/1/2031	71,00	5	6	380	416	36
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,00	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	20,00	5	6	107	117	10
NTN-C	6,737	1/1/2031	73,00	5	6	390	428	37
NTN-C	6,737	1/1/2031	49,00	5	6	262	287	25
NTN-C	6,737	1/1/2031	2,00	5	6	11	12	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	199,00	5	6	1.064	1.165	101
NTN-C	6,737	1/1/2031	14,00	5	6	75	82	7
NTN-C	6,737	1/1/2031	15,00	5	6	80	88	8
NTN-C	6,737	1/1/2031	22,00	5	6	118	129	11
NTN-C	6,737	1/1/2031	29,00	5	6	155	170	15
NTN-C	6,737	1/1/2031	8,00	5	6	43	47	4
NTN-C	6,737	1/1/2031	429,00	5	6	2.295	2.513	218
NTN-C	6,737	1/1/2031	87,00	5	6	465	510	44
NTN-C	6,737	1/1/2031	19,00	5	6	102	111	10
NTN-C	6,737	1/1/2031	14,00	5	6	75	82	7
NTN-C	6,737	1/1/2031	1,00	5	6	5	6	1
NTN-C	6,737	1/1/2031	20,00	5	6	107	117	10
NTN-C	6,737	1/1/2031	17,00	5	6	91	100	9
NTN-C	6,737	1/1/2031	269,00	5	6	1.439	1.575	137
Total								3.777

NOTA 11 – FUNDOS

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

a) Fundo Previdencial - Constituído, mantido e destinado nas formas previstas no Regulamento ou Nota Técnica Atuarial dos Planos, guardam relação com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. Podem ser de três tipos, segundo planificação contábil: Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar; Revisão de Plano; ou Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

b) Fundos Administrativos - Corresponde à parcela ainda não utilizada das receitas destinadas especificamente pelo plano de custeio para a cobertura dos gastos administrativos, acrescidos das respectivas rentabilidades líquidas

c) Fundos dos Investimentos - Representa a Garantia de Empréstimos para cobertura de possíveis perdas por morte dos mutuários com empréstimos, concedidos aos participantes da Entidade inscritos nos Planos de Benefícios Escelsos I, Escelsos II e PSAP/Bandeirante.

Evolução dos fundos

Plano de Benefícios	Saldos em 31/12/2016	Constituição/(Reversão) Líquida	Saldos em 31/12/2017
Fundos Previdenciais	56.339	(4.249)	52.090
Plano Energias do Brasil	1.922	775	2.697
Plano Escelsos I	11.970	(852)	11.118
Plano Escelsos II	36.154	(3.608)	32.546
Plano PSAP - Submassa CV	5.569	50	5.619
Plano PSAP - Submassa Pecúlio	724	(614)	110
Fundos Administrativos	2.540	(77)	2.463
Plano Energias do Brasil	419	528	947
Plano Escelsos I	184	179	363
Plano Escelsos II	841	(286)	555
Plano PSAP - Submassa BD	701	(701)	-
Plano PSAP - Submassa CV	28	(28)	-
Plano PSAP - Submassa BSPS	367	231	598
Fundos de Investimentos	715	93	808
Plano Energias do Brasil	-	2	2
Plano Escelsos I	128	15	143
Plano Escelsos II	572	48	620
Plano PSAP - Submassa BSPS	15	28	43
Total	59.594	(4.233)	55.361

Plano de Benefícios Energia do Brasil

No que diz respeito aos Fundos Previdenciais em 2017, o valor de R\$ 2.697 (R\$ 1.922 em 2016), encontra-se alocado no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, constituído através de saldos da Conta Patronal não resgatáveis e destinado à redução de contribuições futuras da Patrocinadora.

Plano de Benefícios Escelsos I

No que diz respeito aos Fundos Previdenciais em 2017, no montante de R\$11.118 (R\$ 11.970 em 2016), o valor de R\$10.947 encontra-se alocado no Fundo de Revisão do Plano, para fins de destinação e utilização facultativa do superávit, e o valor de R\$ 171 encontra-se alocado no Fundo Previdencial Acordo SINERGIA, destinado a dar cobertura ao cumprimento integral do Acordo judicial.

Plano de Benefícios Escelsos II

No que diz respeito aos Fundos Previdenciais em 2017, o valor de R\$ 339, encontra-se alocado no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, constituído através de saldos da Conta Patronal não resgatáveis e destinado à redução de contribuições futuras da Patrocinadora.

O Fundo de Revisão de Plano, composto por recursos oriundos das Reservas Especiais apuradas nos exercícios de 2011 e 2015, totalizava, em 31/12/2017, o montante de R\$ 21.646, composto da seguinte forma:

- O Fundo de Revisão de Plano – Utilização do Superávit (2011 e 2015) possui em 31/12/2017 o montante de R\$ 21.188, destinado à suspensão das contribuições dos Participantes e Patrocinadoras e ao pagamento do Benefício Eventual Temporário, conforme disposto no regulamento do Plano e nos estudos realizados quando da definição da destinação, sendo R\$ 19.376 destinados às Patrocinadoras e R\$ 1.812 destinados aos Participantes e Assistidos.
- O Fundo de Revisão de Plano – Recomposição da Reserva de Contingência possui, em 31/12/2017, o montante de R\$ 458, cujo objetivo é de recompor a reserva de contingência, visando à manutenção do processo de distribuição de superávit, caso a referida conta contábil alcance patamar inferior ao máximo.

O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos destina-se à cobertura dos Benefícios de Risco, especificamente a parcela em Benefício Definido dos benefícios de aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante. Em 31/12/2017, o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco montava R\$ 10.561.

Plano PSAP/Bandeirante - submassa CV

Na Avaliação Atuarial de 2017, o Plano PSAP/Bandeirante possui o Fundo para Oscilações de Parâmetros Atuariais - FOPA, constituído originalmente por valor apurado em estudo atuarial específico e, a partir daí, acrescido de sobras de contribuição da Patrocinadora na forma prevista em regulamento. Referido Fundo destina-se a cobertura de eventuais oscilações dos parâmetros atuariais, em especial, para fazer frente à garantia, segundo regras regulamentares, de concessões de benefícios com premissas atuariais distintas das vigentes na data de concessão.

Em relação à destinação do FOPA para cobertura de garantias regulamentares, em 31 de agosto de 2017, data base desta Avaliação Atuarial, tais obrigações foram avaliadas em R\$ 739, o que demonstrou a suficiência do fundo para cobertura do risco a que se destina. Em 31/12/2017, referido Fundo montava R\$ 5.619 (R\$ 5.569 em 2016).

NOTA 12 – PARTES RELACIONADAS

São partes relacionadas da ENERPREV – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, participantes, patrocinadoras, administradores compostos pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social.

Os participantes ingressam na entidade através do Termo de Adesão e tem seus direitos e obrigações definidos pelos regulamentos dos planos de benefícios administrados pela entidade.

O vínculo das patrocinadoras, EDP – Energias do Brasil S.A, Instituto EDP Energias do Brasil, Pantanal Energética LTDA ⁽¹⁾, Lajeado Energia S.A., ECE Participações, EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A., EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A ⁽²⁾, Energest S.A, EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A, ENERPREV Previdência Complem. do Grupo Energias do Brasil, Enerpeixe S.A., EDP Renováveis Brasil, Porto Pecém Geração de Energia S.A., Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A., Investco S.A., Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A e EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. com a ENERPREV são oficializados através do Convênio de Adesão celebrado entre entidade e as empresas patrocinadoras, e obedecem as regras estabelecidas nos regulamentos dos planos de benefícios.

⁽¹⁾ Processo de retirada de patrocínio da empresa Pantanal Energética Ltda. do Plano de Benefícios Energias do Brasil aprovado de acordo com o parecer nº 199/2017 emitido pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC

⁽²⁾ Processo de retirada de patrocínio em análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC

NOTA 13 – REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Abaixo demonstramos os custos com a remuneração total atribuída a folha de funcionários da entidade:

Descrição	2017	2016
Pessoal e Encargos	6.254	5.795
Dirigente	2.112	2.188
Conselho	139	163
Pessoal Próprio	3.912	3.347
Estagiários	39	53
Jovem Aprendiz	52	44

NOTA 14 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Critérios Orçamentários para 2017

Em 2015 os critérios do Orçamento Geral da Enerprev foram alterados para adequação dos modelos utilizados no segmento de Fundos de Pensão. Para 2017 e 2016 os critérios permaneceram os mesmos, sendo que a distribuição da contabilidade de despesas comuns entre despesas administrativas previdenciais e despesas administrativas de investimentos, resultam na proporção aproximadamente de 65% e 35% respectivamente

NOTA 15 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	2017	2016
Participação no Plano de Gestão Administrativa	2.463	2.540
Plano Energias do Brasil	947	419
Plano Escelsos I	363	184
Plano Escelsos II	555	841
Plano PSAP - Submassa BD	-	701
Plano PSAP - Submassa CV	-	27
Plano PSAP - Submassa BSPS	598	368
Participação no Fundo Administrativo - PGA	2.463	2.540
Plano Energias do Brasil	947	419
Plano Escelsos I	363	184
Plano Escelsos II	555	841
Plano PSAP - Submassa BD	-	701
Plano PSAP - Submassa CV	-	27
Plano PSAP - Submassa BSPS	598	368
Superávit Técnico Acumulado	146.549	119.901
Plano Escelsos I	34.929	28.931
Plano Escelsos II	30.986	23.885
Plano PSAP - Submassa BD	80.634	67.085
(-) Déficit Técnico Acumulado	(10.833)	(12.903)
Plano PSAP - Submassa CV	(10.833)	(9.586)
Plano PSAP - Submassa BSPS	-	(3.317)
A Receber no Plano de Benefícios	43	40
Plano Energias do Brasil	43	40
A Receber no Plano de Gestão Administrativa - PGA	456	454
Plano Energias do Brasil	143	52
Plano Escelsos I	129	59
Plano Escelsos II	184	167
Plano PSAP - Submassa BD	-	2
Plano PSAP - Submassa BSPS	-	174
A Pagar para o Plano de Gestão Administrativa - PGA	832	494
Plano Energias do Brasil	214	92
Plano Escelsos I	208	59
Plano Escelsos II	153	167
Plano PSAP - Submassa BD	-	2
Plano PSAP - Submassa BSPS	257	174

NOTA 16 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 07 de fevereiro de 2018, foi aprovada através do PARECER Nº 80/2018/CTR/CGTR/DILIC a retirada parcial de patrocínio da empresa Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A do Plano de Benefícios Energias do Brasil, CNPB nº 2006.007165.

Conforme dispõe o Art. 4º da Instrução Previc nº 14, de 12 de novembro de 2014, para finalização do processo de retirada parcial de patrocínio em que outras patrocinadoras permaneçam no Plano de Benefícios, a Entidade deverá encaminhar à Previc, no prazo de 90 (noventa) dias a documentação comprobatório da efetiva retirada.

Marise Theodoro da Silva Gasparini
Diretora Presidente
CPF 652.467.727-72

Rodrigo Francisco do Prado Silva
Contador
CPF 011.932.857-71
CRC-1SP221255/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos Administradores, Conselheiros,
Participantes e Patrocinadores**

**ENERPREV – Previdência Complementar do
Grupo Energias do Brasil**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ENERPREV - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 28 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da ENERPREV – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes

previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional

da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Pereira
Contador
CRC 1SP127241/-O-0



ATAS DE REUNIÕES



ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

ENERPREV
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO GRUPO
ENERGIAS DO BRASIL

CNPJ/MF nº 08.710.526/0001-77

Data: 19.03.2018

Horário: 10:00 hora

Local: Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 7º andar, sala 7.1, Vila Olímpia, São Paulo/SP.

Presentes:

Sr. André Luís Nunes de Mello Almeida –
Presidente do Conselho Fiscal

Sr. José Geraldo Nunes – Conselheiro Fiscal

Sr. Geraldo de Assis Souza Júnior – Conselheiro
Fiscal

Convidados: Sra. Marise Theodoro da Silva
Gasparini – Diretora Presidente, Sra. Lilian
Antunes Iguatemy Martins – Diretora de
Seguridade e Sr. Anderson Guimarães – Gestor
Executivo Financeiro.

Mesa: Sr. André Luís Nunes de Mello Almeida
e Denis Teixeira Ferreira Dias, que atuaram
na qualidade de Presidente e Secretário dos
trabalhos, respectivamente.

Ordem do Dia:

1. Resultados da Avaliação Atuarial de 2017 e
Pareceres Atuariais;
2. Demonstrações Contábeis em 31/12/2017;
3. Minuta do Parecer dos Auditores
Independentes;
4. Acompanhamento Orçamentário 4º
Trimestre de 2017;
5. Indicadores de Gestão 4º Trimestre/2017;
6. Performance dos Investimentos de 2017;
7. Estatístico de Seguridade de 2017;
8. Assuntos relevantes do Conselho
Deliberativo;
9. Outros Assuntos de Interesse Social.

Deliberações: Os membros do Conselho Fiscal,
por unanimidade, deliberaram o quanto segue:

1. Resultados da Avaliação Atuarial de 2017 e Pareceres Atuariais

Tomaram conhecimento dos resultados e
dos Pareceres Atuariais 2017 dos Planos de
Benefícios Escelsos I, II e PSAP/Bandeirante,
por meio da apresentação realizada pelo Sr.
Frederico Vieira representante da Mercer Gama.
Após prestados os devidos esclarecimentos,
os membros do Conselho Fiscal recomendaram
a aprovação pelo Conselho Deliberativo dos
referidos pareceres, conforme material anexo,
que assinado pelo Secretário de Mesa passa a
compor a presente ata.

2. Demonstrações Contábeis em 31/12/2017

Tomaram conhecimento das Demonstrações
Contábeis referentes ao exercício encerrado
em 31.12.2017. Os Srs. Edison Arisa Pereira
e Felipe Guedes – representantes da
PricewaterhouseCoopers Auditores
Independentes ("PWC") efetuaram a
apresentação do relatório do auditor
independente. O contador da Entidade Sr.
Rodrigo apresentou os principais pontos
referentes as peças contábeis apresentadas.
Após discussão e prestados os devidos
esclarecimentos, os membros do Conselho
Fiscal recomendaram a aprovação das
Demonstrações Contábeis da Entidade pelo
Conselho Deliberativo.

3. Minuta do Relatório dos Auditores Independentes

Tomaram conhecimento da minuta final do
Relatório dos Auditores Independentes ("PWC")
concomitantemente com o item 2 acima,
conforme relatório arquivado na sede da
Entidade.

4. Acompanhamento Orçamentário 4º Trimestre de 2017

Tomaram conhecimento do Fechamento
Orçamentário 2017, conforme material que
rubricado pelo Secretário da Mesa fica
arquivado na sede da Entidade.

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

5. Indicadores de Gestão 4º Trimestre/2017

Tomaram conhecimento dos Indicadores de Gestão do 4º Trimestre de 2017, conforme material que rubricado pelo Secretário da Mesa fica arquivado na sede da Entidade.

6. Performance dos Investimentos de 2017

Tomaram conhecimento da performance de investimentos de 2017 e janeiro de 2018, conforme material que rubricado pelo Secretário da Mesa fica arquivado na sede da Entidade

7. Estatístico de Seguridade de 2017

Tomaram conhecimento dos indicadores de seguridade, conforme material que rubricado pelo Secretário da Mesa fica arquivado na sede da Entidade.

8. Assuntos relevantes do Conselho Deliberativo

Tomaram conhecimento dos assuntos relevantes tratados no âmbito do Conselho Deliberativo da entidade, conforme apresentado pela Sra. Marise Gasparini, quais sejam: (i) da proposta de alteração do regimento interno da Enerprev; (ii) do processo de seleção da gestão de fundos ALM's; (iii) do orçamento geral de 2018; (iv) alterações no regulamento do PGA para 2018; (v) da contratação de prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações contábeis trimestrais, tendo sido contratada a KPMG; (vi) da estrutura de investimentos dos planos de benefícios da Enerprev; (vii) dos resultados da auditoria da consultoria ICMB; (viii) plano de trabalho – status 2017 e previsto 2018; (ix) status da alteração do estatuto social da Enerprev junto a Previc; (x) status da consulta junto a Previc referente a Entidade não ESI; (xi) retirada da Energisa; e (xii) da arbitragem coletiva contra a Petrobrás, conforme relatórios arquivados na Entidade.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo quaisquer outras manifestações, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes.

Conselheiros:

André Luís Nunes de Mello Almeida

José Geraldo Nunes

Geraldo de Assis Souza Júnior

Secretário da Mesa:

Denis Teixeira Ferreira Dias

EXTRATO DA ATA DA 125ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

ENERPREV
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO GRUPO
ENERGIAS DO BRASIL

DATA: 27.03.2018

HORÁRIO: 14:00 horas

LOCAL: Na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 8º andar, Bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-006.

PRESENTES: Os Conselheiros Deliberativos Srs. Carlos Emanuel Baptista Andrade, Sérgio Tadeu Nabas, Jarbas Antonio de Biagi, José Cherem Pinto, Paulo Roberto Zibetti Jorge e Edson Wilson Bernardes França, tendo os três últimos participado por videoconferência.

MESA: Sr. Carlos Emanuel Baptista Andrade e Sra. Miriam Cristina Carolino, que atuaram na qualidade de Presidente e Secretária dos trabalhos, respectivamente.

DELIBERAÇÕES: Dentre outros assuntos de interesse social, os membros do Conselho Deliberativo deliberaram o quanto segue:

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Exercício Encerrado em 31.12.2017:

Os membros do Conselho Deliberativo, considerando os Pareceres favoráveis emitidos pelo Conselho Fiscal da Entidade e pelo auditor independente PricewaterhouseCoopers, acataram a recomendação da Diretoria Executiva e aprovaram as Demonstrações Contábeis da Enerprev referentes ao exercício social findo em 31/12/2017, por entenderem que refletem a situação econômico-financeira da Entidade de acordo com a legislação em vigor, nos termos do material arquivado na sede da Enerprev.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente da Mesa, por mim, na condição de Secretária, e por todos os Conselheiros presentes. Conselheiros: Srs. Carlos Emanuel Baptista Andrade, José Cherem Pinto, Jarbas Antonio de Biagi, Sérgio Tadeu Nabas, Paulo Roberto Zibetti Jorge e Edson Wilson Bernardes França. Presidente da Mesa: Sr. Carlos Emanuel Baptista Andrade. Secretária da Mesa: Sra. Miriam Cristina Carolino.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original.

Miriam Cristina Carolino
Secretária da Mesa



PARECERES ATUARIAL



PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I CNPB 1988.0009-47

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefícios Escelsos I**, administrado e executado pela **Enerprev** – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, patrocinado pela **Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)**, pela **Energest S.A.** e pela própria **Enerprev**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano **Escelsos I** está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **1988.0009-47** e encontra-se fechado para novas adesões. O Plano oferece benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 na data base de **31/12/2017**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, sendo a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria PREVIC/DITEC nº 512, de 16 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2017, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, posicionadas em **31/08/2017**, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data base de **31/12/2017**, observada, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano, sendo este denominado de “**PLANO 1**”, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de a **Enerprev** não ter informado nenhum outro fato relevante, em conformidade com a correspondência **Mercer GAMA 72 – CT 266/17**, de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, sendo que consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação ao Plano administrado pela Entidade.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I CNPB 1988.0009-47

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO – PLANO 1

2.1.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Todos os benefícios do **Escelsos I** estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados e não programados estão estruturados no regime de Capitalização, pelo **método de financiamento Crédito Unitário Projetado**.

Comparativamente aos resultados apresentados na Avaliação Atuarial de 2016, houve uma redução do custo do Plano, de **12,38%** para **8,29%** da folha de Salários de Participação, sendo que, em relação ao custeio calculado na Avaliação Atuarial de 2017, **8,19%** refere-se ao custeio dos benefícios programados e **0,10%** refere-se ao custeio dos benefícios de risco. Tal redução deve-se, especialmente, à alteração da hipótese de crescimento salarial, fator de capacidade e entrada em invalidez do Plano, considerando ainda que, o Plano possui apenas um participante ativo.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do **Escelsos I**, existentes em **31/12/2017**, foram determinadas atuarialmente e montavam **R\$128.117.725,00**, sendo **R\$96.522.529,00** referentes aos **benefícios programados**, e **R\$31.595.196,00** referentes aos **benefícios não programados**, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes do Plano e montavam **R\$82.870,00** em **31/12/2017**, sendo **R\$81.646,00** referentes aos **benefícios programados** e **R\$1.224,00** referentes aos **benefícios não programados**, ambos na modalidade de Benefício Definido.

O Plano não possui dívidas contratadas e nem **Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC** na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em **31/12/2017**, **R\$128.200.595,00**.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2016, houve uma redução das Provisões Matemáticas do Plano de **3,08%**, tendo sido registrado o montante de **R\$132.268.438,46** em **31/12/2016**. A redução das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, pela involução natural das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (envelhecimento da população e encerramento de benefícios concedidos), pela alteração da premissa de crescimento real de salários e da tábua de entrada em invalidez.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I CNPB 1988.0009-47

2.1.3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para o **Escelsos I**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 119ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 27/07/2017, na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer GAMA 72 - RE 116/17**, observando, assim os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.1.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2. EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2. REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

No que diz respeito aos **Fundos Previdenciais**, no montante de **R\$11.118.289,94**, posicionado em 31/12/2017, o valor de **R\$10.947.472,33** encontra-se alocado no Fundo de Revisão do Plano, para fins de destinação e utilização facultativa do superavit, e o valor de **R\$170.817,61** encontra-se alocado no Fundo Previdencial Acordo SINERGIA, destinado a dar cobertura ao cumprimento integral do Acordo judicial.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I CNPB 1988.0009-47

2.2.3. VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$128.200.595,00**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2017, no montante de **R\$163.129.495,11**, verifica-se que o Plano apresentou superavit técnico-atuarial, de **R\$34.928.900,11**, em 31/12/2017.

No exercício de 2017 a rentabilidade do Plano foi de **9,15%**, enquanto que a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 4,50% acrescida do INPC de 2,07%, totalizou **6,66%** no mesmo período, gerando um **ganho atuarial de 2,34%**.

O superavit do Plano aumentou de **R\$28.930.739,62** em 31/12/2016, para **R\$34.928.900,11**, em 31/12/2017, representando um aumento de **20,73%**, ou **R\$5.998.160,49**. O aumento do resultado superavitário justifica-se, principalmente, pela alteração da premissa de crescimento salarial, da tabela de entrada em invalidez e pela superação da meta atuarial.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado pela **Enerprev** montava **R\$13.661.946,42** positivo, em 31 de dezembro de 2017, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$48.590.846,53**. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superavit.

2.2.4. NATUREZA DO RESULTADO

O resultado superavitário do Plano apresenta características **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano e da superação da meta atuarial. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

Cumpre ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do **Escelsos I**, posicionada em 31 de dezembro de 2017, de **8,72** anos. Portanto, o limite, em 31 de dezembro de 2017, é de 18,72% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou **R\$23.999.151,38**, alocado na Reserva de Contingência e **R\$10.929.748,73** na Reserva Especial para Revisão do Plano.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I CNPB 1988.0009-47

2.2.5. SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6. ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Crédito Unitário Projetado. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações.

2.2.7. OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) As hipóteses atuariais que são aplicáveis ao Plano **Escelsos I** foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrados no Relatório **Mercer GAMA 72 – RE 116/17**;
- 2) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2017, comparativamente às adotadas para o exercício de 2016, procederam-se às seguintes alterações:
 - a Fator de Capacidade: **0,9804** em substituição a **0,9774**;
 - b Crescimento Salarial: **0,47%** a.a. em substituição a **0,53%** a.a.;
 - c Tábua de Entrada em Invalidez: **TASA 1927** em substituição a **Müller**.
- 3) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em **31/12/2017**, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundo administrativo e exigíveis do Plano foram os informados pela Entidade, conforme consta do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2017;
- 4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela **Enerprev**, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade apresentará Parecer específico atestando a possibilidade de manutenção destes até os seus respectivos vencimentos, com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, a ser desenvolvido pela Mercer GAMA;
- 5) De acordo com o Balancete Contábil posicionado em 31/12/2017, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizada;
- 6) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R\$11.624.363,95**, sendo **R\$11.118.289,94** referentes a **Fundos Previdenciais**, **R\$363.032,80** referentes à **Fundo Administrativo** e **R\$143.041,21** referentes a **Fundos dos Investimentos**;

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I CNPB 1988.0009-47

- 7) Conforme Regulamento do Plano, os Assistidos devem realizar contribuição de 10% sobre seus benefícios de aposentadoria. Entretanto, o Fundo de Revisão do Plano suportará as contribuições dos Assistidos enquanto houver recursos que se refiram aos Assistidos neste Fundo;
- 8) O Aditivo ao Acordo Sinergia extinguiu as contribuições dos Participantes e Patrocinadoras. Em contrapartida a essa extinção, foi criado o Fundo Previdencial Acordo Sinergia do qual, a partir de julho de 2013, serão mensalmente retirados recursos e creditados no patrimônio do Plano, correspondentes às contribuições que seriam feitas pelos Participantes e Patrocinadoras;
- 9) Os Pensionistas fruirão do Benefício Eventual Temporário - BET, por meio de utilização da parcela do Fundo de Revisão do Plano referente aos Pensionistas.

3. PLANO DE CUSTEIO

Para o período de competência que se inicia a partir de **1º de janeiro de 2018**, condicionado a prévia e formal aprovação pela(s) Patrocinadora(s) e pelo Órgão Estatutário responsável na Entidade, devem ser aplicadas as taxas de contribuições para o custeio do Plano, conforme tabela a seguir:

PLANO DE CUSTEIO		
	FAIXA SALARIAL	ALÍQUOTA (%)
PARTICIPANTES ⁽¹⁾	Até 1/2 Teto RGPS ⁽²⁾	1,29%
	De 1/2 a 1 Teto RGPS	1,50%
	Acima de 1 Teto RGPS	3,75%
	Contribuição Administrativa ⁽³⁾	0,00%
PATROCINADORES	Igual ao dobro da contribuição do participante limitada a 7% da Folha Salarial ⁽¹⁾	
	Contribuição Administrativa ⁽³⁾	Estimada para 2018, conforme orçamento da Entidade, em R\$942.888,24, referente ao Custeio Administrativo Previdencial ⁽⁴⁾
AUTOPATROCINADOS	Contribuição Normal ⁽¹⁾	Idêntica à do Participante acrescida a parcela da Patrocinadora
	Contribuição Administrativa ⁽³⁾	5,29% ⁽⁵⁾⁽⁶⁾
BPD	Contribuição Administrativa ⁽³⁾	5,29% ⁽⁵⁾⁽⁶⁾
ASSISTIDOS ⁽⁷⁾	10% sobre o benefício	

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS I CNPB 1988.0009-47

(1) Desde junho/13 as contribuições de participantes foram extintas, conforme termo aditivo do Acordo Sinergia.

(2) Teto do Regime Geral Previdência Social (RGPS) vigente em janeiro/2018.

(3) Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

(4) Conforme previsto no art. 52, § 4º do regulamento do Plano, no caso de Superavit Técnico, com formação de Reserva Especial destinada ao Fundo Previdencial de Revisão do Plano – Parcela Patrocinadora, o valor desse fundo poderá ser utilizado para redução das contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas do Plano. Desse modo, conforme decisão da Entidade, as despesas administrativas da patrocinadora Escelsa previstas neste Plano de Custeio serão inteiramente custeadas a partir da utilização de recursos advindos do referido fundo.

(5) Definido em orçamento da Entidade, sobre o valor correspondente as contribuições previdenciárias. Para àqueles que não estiverem realizando contribuição, deverá ser aplicado considerando uma contribuição equivalente ao último percentual realizado anterior a interrupção.

(6) Refere-se a índice de taxa de carregamento apurado até setembro/17, a ser aplicado sobre as contribuições previdenciais.

(7) Contribuições suspensas desde novembro/16, pela utilização do Fundo de Revisão do Plano devido ao processo de destinação de superavit. A continuidade da suspensão dependerá da existência de saldo nos fundos previdenciais de revisão de Plano, acompanhados individualmente.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios – **Escelsos I**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano em 31 de dezembro de 2017, é **superavitária em R\$34.928.900,11**, sendo alocados **R\$23.999.151,38** na Reserva de Contingência e **R\$10.929.748,73** na Reserva Especial para Revisão do Plano. Cumpre-nos informar que se trata do 2º ano consecutivo de reserva especial.

Este é o Parecer

Brasília, 22 de fevereiro de 2018.

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO

Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ

CONSULTORA SÊNIOR

FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA

Atuário MIBA 2.017 - MTPS/RJ

CONSULTOR SÊNIOR

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II CNPB 1998.0022-92

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 e suas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano **Escelsos II**, administrado e executado pela **Enerprev** – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, patrocinado pela **Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)**, pela **Energest S.A.** e pela própria **Enerprev**, **não solidárias entre si**, em face da Avaliação Atuarial anual do **exercício de 2017**, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano **Escelsos II** está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **1998.0022-92** e encontra-se fechado para novas adesões, possuindo benefícios em forma de renda vitalícia, reajustados pelo índice do Plano (INPC), com características de Contribuição Definida (CD) na sua fase de captação e de Benefício Definido (BD) quando da sua concessão, caracterizando-se, portanto, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, como um Plano de Benefícios da modalidade de Contribuição Variável (CV).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, posicionada em **31/12/2017**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC nº 46, publicada no Diário Oficial da União de 09 de março de 2016, assim como os dados individualizados dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, posicionados na data base de **31/08/2017**, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data base de **31/12/2017**.

Ressalta-se que, para o Plano **Escelsos II**, observa-se a existência de **três Grupos de Custeio**, uma vez que **não há solidariedade entre as Patrocinadoras**.

Adicionalmente, e em face de a **Enerprev** não ter informado nenhum outro fato relevante, em conformidade com a correspondência **Mercer GAMA 072 - CT 266/17** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação ao Plano administrado pela Entidade.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II CNPB 1998.0022-92

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: ESCELSA

2.1.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios do Plano são avaliados sob o regime de Capitalização e pelo método de financiamento de Capitalização Financeira, para a parcela do benefício constituído em saldo de contas, e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, para parcela dos benefícios de risco estruturada na modalidade Benefício Definido.

Os benefícios programados do Plano, por estarem estruturados na modalidade Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à respectiva contrapartida patronal, em 31/08/2017.

Com relação ao **Grupo de Custeio - Escelsa**, o custo médio total do Plano, em **31/12/2017**, foi de **18,05%**, sendo referente integralmente aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício anterior, houve uma redução no custo médio total do Plano, o qual, em 2016, registrou a alíquota de **18,55%** relativos ao custeio dos benefícios previdenciais. A diminuição do custo deveu-se à redução do número de Participantes, observada na base cadastral desta Avaliação Atuarial em comparação ao obtido no exercício anterior.

2.1.2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Considerando os resultados em 31/12/2017, as *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC* do Grupo de Custeio – Escelsa foram avaliadas em **R\$281.847.096,64**, sendo **R\$224.420.557,64** referentes aos benefícios de renda por percentual do saldo, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD), e **R\$57.426.539,00** referentes aos benefícios de renda vitalícia reajustada pelo índice do Plano, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), dos quais **R\$43.954.496,00** referem-se a benefícios **programados** e **R\$13.472.043,00** a benefícios **não programados**.

Já as *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC* foram avaliadas em **R\$166.496.860,87**, sendo este valor integralmente referente aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Grupo de Custeio – Escelsa, não possui dívidas contratadas e nem *Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC* na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava **R\$448.343.957,51**, em 31/12/2017.

Comparativamente ao encerramento de exercício de 2016, posicionada em 31/12/2016, houve um aumento das Provisões Matemáticas do **Grupo de Custeio – Escelsa** de **5,89%**, tendo sido registrado o montante de **R\$423.414.243,96** em **31/12/2016**. O aumento deveu-se, em especial, ao aumento das Provisões Matemáticas apuradas com base em saldos de

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II CNPB 1998.0022-92

contas, motivada pela rentabilidade auferida no exercício de 2017 e o ingresso de contribuições de Participantes e Patrocinadora.

Importante destacar que no exercício de 2017 foi dada a opção dos assistidos em percepção de renda vitalícia, estruturada na modalidade de benefício definido (BD), alterarem a forma de recebimento de renda para renda financeira, ou seja, atrelada ao saldo de conta, estruturada na modalidade de contribuição definida (CD).

2.1.3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Grupo de Custeio – Escelsa**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais internacionalmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 119ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 27/07/2017, na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do **Relatório Mercer GAMA 72 - RE 116/17**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações.

2.1.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o **Grupo de Custeio - Escelsa** não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: ENERPREV

2.2.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios do Plano são avaliados sob o regime de Capitalização e pelo método de financiamento de Capitalização Financeira, para a parcela do benefício constituído em saldo de contas, e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, para parcela dos benefícios de risco estruturada na modalidade Benefício Definido.

Os benefícios programados do Plano, por estarem estruturados na modalidade Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à respectiva contrapartida patronal, em 31/08/2017.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II CNPB 1998.0022-92

Com relação ao **Grupo de Custeio - Enerprev**, o custo médio total do Plano, em **31/12/2017**, foi de **17,92%**, sendo referente integralmente aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício anterior, não houve alteração no valor do custo médio total do Plano, o qual, em 2016, registrou a alíquota de **17,92%** relativos ao custeio dos benefícios previdenciais.

2.2.1. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Considerando os resultados em 31/12/2017, as *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC* do Grupo de Custeio – Enerprev foram avaliadas em **R\$3.188.494,82**, sendo sua totalidade referente aos benefícios de renda por percentual do saldo, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Já as *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC* foram avaliadas em **R\$286.149,04**, sendo integralmente referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Grupo de Custeio - Enerprev não possui dívidas contratadas e nem *Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC* na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31/12/2017, **R\$3.474.643,86**.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2016, posicionada em 31/12/2016, houve uma redução das Provisões Matemáticas do **Grupo de Custeio – Enerprev** de **1,63%**, tendo sido registrado o montante de **R\$3.532.346,94** em **31/12/2016**. A redução deveu-se, em especial, pelo encerramento de benefícios concedidos, sendo amenizada pela rentabilidade auferida no período de 2017.

2.2.1. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Grupo de Custeio – Enerprev** caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 119ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 27/07/2017 na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do **Relatório Mercer GAMA 72 - RE 116/17**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II CNPB 1998.0022-92

2.2.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o **Grupo de Custeio - Enerprev** não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.3 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: ENERGEST

2.3.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Os benefícios do Plano são avaliados sob o regime de Capitalização e pelo método de financiamento de Capitalização Financeira, para a parcela do benefício constituído em saldo de contas, e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, para parcela dos benefícios de risco estruturada na modalidade Benefício Definido.

Os benefícios programados do Plano, por estarem estruturados na modalidade Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à respectiva contrapartida patronal, em 31/08/2017.

Com relação ao **Grupo de Custeio - Energest**, o custo médio total do Plano, em **31/12/2017**, foi de **13,87%**, sendo referente integralmente aos benefícios programados. Comparativamente ao exercício anterior, houve uma redução no custo médio total do Plano, o qual, em 2016, registrou a alíquota de **16,81%** relativos ao custeio dos benefícios previdenciais. A diminuição do custo deveu-se à redução do número de Participantes, e do custo dos benefícios de risco calculado atuarialmente, em razão da alteração da premissa de crescimento salarial, fator de capacidade, entrada em invalidez e tábua de rotatividade, o valor disposto no fundo é suficiente para arcar com a obrigação dos referidos benefícios.

2.3.2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Considerando os resultados em 31/12/2017, as **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC** do Grupo de Custeio - Energest, foram avaliadas em **R\$6.884.744,22**, sendo sua totalidade referente aos benefícios de renda por percentual do saldo, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD). Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** foram avaliadas em **R\$6.067.142,67**, sendo integralmente referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Grupo de Custeio - Energest não possui dívidas contratadas e nem **Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC** na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31/12/2017, **R\$12.951.886,89**.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2016, posicionada em 31/12/2016, houve um aumento das Provisões Matemáticas do **Grupo de Custeio - Energest** de **11,65%**, tendo sido registrado o montante de **R\$11.600.878,75** em **31/12/2016**. O aumento deve-se, em especial, ao aumento das Provisões Matemáticas apuradas com base em saldos de contas, motivada pela rentabilidade auferida no exercício de 2017 e pelo ingresso de contribuições de Participantes e Patrocinadora.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II CNPB 1998.0022-92

2.3.3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o **Grupo de Custeio – Energest caracterizam-se**, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 119ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 27/07/2017 na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer GAMA 72 - RE 116/17**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações.

2.3.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o **Grupo de Custeio - Energest** não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.4.1. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.4.2. REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

No que diz respeito aos **Fundos Previdenciais**, o valor de **R\$338.746,77**, posicionado em 31/12/2017, encontra-se alocado no **Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar**, constituído através de saldos da Conta Patronal não resgatáveis e destinado à redução de contribuições futuras da Patrocinadora.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II CNPB 1998.0022-92

O **Fundo de Revisão de Plano – Utilização do Superavit (2011 e 2015)** possuía em 31/12/2017 o montante de **R\$21.187.765,06**, destinado à suspensão das contribuições dos Participantes e Patrocinadoras e ao pagamento do Benefício Eventual Temporário, conforme disposto no regulamento do Plano e nos estudos realizados quando da definição da destinação, sendo **R\$19.375.808,25** destinados às Patrocinadoras e **R\$1.811.956,81** destinados aos Participantes e Assistidos.

Além disso, o **Fundo de Revisão de Plano – Recomposição da Reserva de Contingência** possuía, em 31/12/2017, o montante de **R\$458.034,93**, cujo objetivo é de recompor a reserva de contingência, visando à manutenção do processo de distribuição de superavit, caso a referida conta contábil alcance patamar inferior ao máximo.

Sendo assim, o **Fundo de Revisão de Plano**, composto por recursos oriundos das Reservas Especiais apuradas nos exercícios de 2011 e 2015, totalizava, em 31/12/2017, o montante de **R\$21.645.799,98**.

Por fim, o **Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos** destina-se à cobertura dos Benefícios de Risco, especificamente a parcela em Benefício Definido dos benefícios de aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante. Em 31/12/2017, o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco montava **R\$10.561.613,73**.

2.4.3. VARIAÇÃO DO RESULTADO

Considerando os valores posicionados na data de encerramento do exercício de 2017, temos que, na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$464.770.488,26**, com o **Patrimônio de Cobertura do Plano** no montante de **R\$495.756.668,58**, verifica-se que o Plano Escelsos II apresentou **Superavit Técnico-Atuarial de R\$30.986.180,32**, em 31/12/2017.

O superavit do Plano aumentou de **R\$23.885.051,56** em **31/12/2016** para **R\$30.986.180,32** em **31/12/2017**, representando uma elevação de **29,73%**, ou **R\$7.101.128,76**. Essa variação deveu-se, principalmente, ao cumprimento da meta atuarial do Plano, que no exercício de 2017 foi de **6,66%** (composta por 2,07% de INPC mais taxa de juros 4,50% a.a.), enquanto que a rentabilidade do Plano no período foi de **12,30%**, representando um ganho atuarial equivalente a **5,29%**.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado pela **Enerprev** montava **R\$6.065.927,34** positivo, em 31 de dezembro de 2017, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$37.052.107,66**. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superavit.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II CNPB 1998.0022-92

2.4.4. NATUREZA DO RESULTADO

O resultado superavitário do Plano apresenta características **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano e da superação da meta atuarial. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

Do superavit apurado em 31/12/2017, no montante de **R\$30.986.180,32**, sendo que **R\$11.841.352,34** foram alocados em **Reserva de Contingência**, e **R\$19.144.827,98** foram alocados na **Reserva Especial para Revisão do Plano** em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e alterações.

Cumprе ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do **Escelsos II**, posicionada em 31 de dezembro de 2017, de 10,62 anos. Portanto, o limite, em 31 de dezembro de 2017, é de 20,62% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$11.841.352,34, que implicou na alocação deste valor na Reserva de Contingência e do excedente em Reserva Especial.

2.4.5. SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.4.6. ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios do Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o Método de Capitalização Financeira para os benefícios programados, estruturado em Contribuição Definida. Os benefícios de risco são avaliados pelo Regime de Repartição de Capitais de Cobertura, dessa forma não há método de financiamento aplicável a esses benefícios, estruturados em Benefício Definido. Portanto, os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações.

2.4.7. OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) As hipóteses atuariais do Plano são aplicáveis exclusivamente ao cálculo dos benefícios de risco, especificamente em relação à determinação das obrigações para cobertura dos benefícios por invalidez ou morte de Participante, e para determinar a conversão do saldo acumulado em benefício por renda vitalícia, quando a opção do Participante recai neste tipo de renda, sendo que, neste caso, influenciam nos Fatores Atuariais e no cálculo anual das provisões matemáticas desses benefícios, considerando a modelagem descrita

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II CNPB 1998.0022-92

na Nota Técnica Atuarial do Plano. As hipóteses foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrado no Relatório **Mercer GAMA 72 – RE 116/17**;

- 2) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2017, comparativamente às adotadas para o exercício de 2016, procederam-se às seguintes alterações:
 - a. Fator de Capacidade: **0,9803** em substituição a **0,9774**;
 - b. Crescimento Salarial: **0,47%** a.a. em substituição a **0,53%** a.a.;
 - c. Rotatividade: **Tábua ROT Escelsos II 2007-2016** em substituição a **Experiência GAMA II 2013**;
 - d. Entrada em Invalidez: **Tábua TASA 1927** em substituição a **Tábua Müller**.
- 3) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em **31/12/2017**, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundo administrativo e exigíveis do Plano foram os informados pela Entidade, conforme consta do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2017;
- 4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela **Enerprev**, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade apresentará Parecer específico atestando a possibilidade de manutenção destes até os seus respectivos vencimentos, com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, a ser desenvolvido pela Mercer GAMA;
- 5) De acordo com o Balancete Contábil posicionado em 31/12/2017, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;
- 6) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R\$33.721.277,35**, sendo **R\$32.546.160,48** referentes a **Fundos Previdenciais**, **R\$554,617,15** referentes a **Fundo Administrativo** e **R\$620.499,72** referentes a **Fundos dos Investimentos**;
- 7) Registre-se, também, que o Plano está em processo de destinação de superavit, oriundo da permanência de recursos em Reserva Especial durante o triênio de 2009 a 2011 e do triênio de 2012 a 2014. Neste sentido, realizou-se a destinação da Reserva Especial para os respectivos Fundos de Revisão de Plano, cuja utilização está em curso.

3. PLANO DE CUSTEIO

Para o período de competência que se inicia a partir de 1º de janeiro de 2018, condicionado a prévia e formal aprovação pela(s) Patrocinadora(s) e pelo Órgão Estatutário responsável na Entidade, devem ser aplicadas as taxas de contribuições para o custeio do Plano, conforme tabela a seguir.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II CNPB 1998.0022-92

PLANO DE CUSTEIO PARA 2018 *				
		ALÍQUOTA (%)		
PARTICIPANTE	Contribuição Básica	Mínimo de 1% do Salário de Participação.		
	Contribuição Adicional	Valor escolhido pelo Participante, a qualquer tempo.		
	Contribuição para Benefícios de Risco e Mínimo	Grupo de Custeio – Escelsa: 0,000% ⁽¹⁾		
		Grupo de Custeio – Energest: 0,000% ⁽¹⁾		
		Grupo de Custeio – Enerprev: 0,000% ⁽¹⁾		
	Contribuição Administrativa ⁽²⁾	0,00%		
PARTICIPANTES ELEGÍVEIS ⁽³⁾	Contribuição Adicional	Valor escolhido pelo Participante, a qualquer tempo.		
	Contribuição Administrativa ⁽²⁾	0,00%		
PATROCINADORA	Contribuição Normal	Até 8 S.U. ⁽⁴⁾	1% sobre o Salário de Participação	
		FAIXA SALARIAL/IDADE	Percentual Normal (sobre Contr. Básica)	Percentual Mínimo (sobre S.P. - 8 S.U.)
				Percentual Máximo (sobre S.P. - 8 S.U.)
		Acima de 8 S.U. / Até 34 anos	50%	1,00%
		Acima de 8 S.U. / Entre 35 anos e 44 anos	100%	1,00%
		Acima de 8 S.U. / 45 anos ou mais	100%	1,00%
	Contribuição extraordinária	Valor escolhido pela Patrocinadora, observando-se condições regulamentares.		
	Contribuição para Benefícios de Risco e Mínimo	Grupo de Custeio – Escelsa: 0,000% ⁽¹⁾		
		Grupo de Custeio – Energest: 0,000% ⁽¹⁾		
		Grupo de Custeio – Enerprev: 0,000% ⁽¹⁾		
	Contribuição Administrativa ⁽²⁾	Estimada para 2017, conforme orçamento da Entidade		
		Grupo de Custeio – Escelsa: R\$1.605.897,66		
		Grupo de Custeio – Energest: R\$49.299,32		
		Grupo de Custeio – Enerprev: Não foram estimadas para 2018 recursos para o Custeio Administrativo Previdencial.		

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS ESCELSOS II CNPB 1998.0022-92

AUTOPATROCINADOS	Contribuição Básica	Idêntica à do Participante.
	Contribuição Normal	Idêntica à da Patrocinadora.
	Contribuição para Benefícios de Risco e Mínimo	Equivalente a contribuição destinada a este fim dos Participantes e da Patrocinadora.
	Contribuição Administrativa ⁽²⁾	5,29% ⁽⁶⁾
BPD		5,29% ⁽⁶⁾
ASSISTIDOS		Não há contribuição.

* As contribuições previstas neste Plano de Custeio, exceto a contribuição administrativa, serão integralmente custeadas através de utilização do Fundo de Revisão do Plano devido ao processo de destinação de superavit em andamento. A continuidade da suspensão dependerá da existência de saldo nos fundos previdenciais de revisão de Plano, acompanhados individualmente.

⁽¹⁾ Valor reavaliado atuarialmente considerando a necessidade de contribuições para o custeio dos benefícios de risco e mínimo, considerando às características da massa e as premissas atuariais.

⁽²⁾ Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

⁽³⁾ Participantes que preenchem todos os requisitos de elegibilidade ao Benefício de Aposentadoria normal.

⁽⁴⁾ S.U.: Salário Unitário: R\$228,50, conforme informação disponibilizada pela Entidade posicionada em agosto de 2017.

⁽⁵⁾ S.P.: Salário de Participação.

⁽⁶⁾ Refere-se a índice de taxa de carregamento apurado até 09/2017, a ser aplicado sobre as contribuições Previdenciais.

CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefícios **Escelsos II**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2017, é **superavitária** em **R\$30.986.180,32**, sendo alocados **R\$11.841.352,34** na Reserva de Contingência e **R\$19.144.827,98** na Reserva Especial para Revisão do Plano. Cumpre-nos informar que se trata do 2º ano consecutivo de reserva especial.

Este é o Parecer

Brasília, 22 de fevereiro de 2018.

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO

Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ

CONSULTORA SÊNIOR

FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA

Atuário MIBA 2.017 - MTPS/RJ

CONSULTOR SÊNIOR

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 e suas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão – PSAP/Bandeirante**, administrado e executado pela **Enerprev** – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, patrocinado pela **Bandeirante Energia S.A.**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O **PSAP/Bandeirante** está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **1982.0020-18** e encontra-se fechado à novas adesões. O Plano originou-se da cisão do PSAP/Eletropaulo Alternativo em 01/04/1998, momento em que abrigou a totalidade dos Participantes transferidos para a Bandeirante Energia S.A., nascida da cisão parcial do Patrimônio da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. Com isso, o Plano é subdividido em três grupos de benefícios: a **parcela BD** refere-se aos benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) segundo as regras constantes do regulamento vigentes após 01/04/1998; **parcela BSPS** (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) refere-se aos benefícios saldados devidos aos Participantes do extinto Plano PSAP/Eletropaulo Alternativo, cujas regras regulamentares vigoraram até 31/03/1998 e estão estruturados na modalidade Benefício Definido (BD); e a **parcela CV**, referente ao benefício adicional previsto no regulamento vigente, cujo valor é calculado com base no saldo de conta do Participante, portanto, estruturado na modalidade Contribuição Variável (CV). Sendo assim, estando o benefício pleno programado do **PSAP/Bandeirante** estruturado na modalidade Benefício Definido, o Plano, na forma prevista pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, classifica-se na modalidade Benefício Definido.

Em face da antedita divisão do Plano, e considerando que tais grupos apresentam **planos de custeio específicos e distintos**, estes são apresentados na Avaliação Atuarial, em consonância com diretrizes da Entidade, divididos em **três Grupos de Custeio**.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 na data base de **31/12/2017**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, sendo a última alteração regulamentar aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 576, de 3 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2014, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, posicionados na data base de **31/08/2017**, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data base de **31/12/2017**.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

Adicionalmente, e em face de a **Enerprev** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **Mercer GAMA 72 – CT 266/17**, de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial do exercício de 2017, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação ao Plano administrado pela Entidade.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO - BD

2.1.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O grupo de custeio BD do PSAP/Bandeirante, referente à parcela BD, possui todos os benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios da parcela BD, programados e não programados, estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método **Crédito Unitário Projetado**, exceto a Suplementação de Auxílio-doença, que é avaliada pelo método **Repartição Simples**.

Para os benefícios da parcela BD, os custos foram apurados nesta Avaliação Atuarial, na data-base de **31/08/2017** em **8,90%**, dos quais **8,37%** referem-se aos benefícios programados e **0,53%** refere-se aos não programados. Comparativamente ao apurado na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, houve redução do custo dos benefícios, passando de 9,68% para 8,90%, em razão, principalmente, da redução da hipótese de crescimento salarial e movimentações cadastrais.

2.1.2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC*, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos da parcela BD do PSAP/Bandeirante, foram determinadas atuarialmente em **31/12/2017**, e montavam **R\$162.488.683,74**, sendo **R\$142.942.049,44** referentes aos benefícios programados e **R\$19.546.634,30** referentes aos benefícios não programados.

Já as *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC* foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes da parcela BD do Plano e montavam **R\$113.660.489,43**, em **31/12/2017**, sendo **R\$108.318.416,29** referentes aos benefícios programados e **R\$5.342.073,14** aos benefícios não programados.

A parcela BD do Plano não possui **Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC**. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava **R\$276.149.173,17**, em 31/12/2017.

Comparativamente ao encerramento de exercício de 2016, posicionada em 31/12/2016, houve um aumento das Provisões Matemáticas da parcela BD do Plano de **4,23%**, tendo sido registrado o montante de **R\$264.936.047,47** em 31/12/2016. O aumento das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, em especial, às atualizações dos salários e benefícios, e alteração do fator de capacidade, tendo sido atenuado pela redução da taxa de crescimento salarial.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

2.1.3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para a **parcela BD do PSAP/Bandeirante**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 119ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 27/07/2017, na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer GAMA 72 - RE 116/17**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.1.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que a **parcela BD** do Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente item deste Parecer.

A parcela BD apresentou um Superavit Técnico Acumulado de **R\$80.634.058,22**, em 31/12/2017. Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o **ajuste de precificação**, apurado pela Entidade, montava **R\$11.522.527,84 positivo**, em 31/12/2017, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$92.156.586,06 superavitário**. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual processo de destinação e utilização de superavit.

2.2. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO - BSPS

2.2.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O **grupo de custeio BSPS do PSAP/Bandeirante** possui todos os benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios da **parcela BSPS**, programados e não programados, estão estruturados no **regime de Capitalização pelo método Agregado**.

Para os benefícios desse grupo de custeio há apenas o custo extraordinário da Patrocinadora referente à amortização do contrato de dívida relativa ao equacionado de deficit da **parcela BSPS**, avaliado com base no montante da Provisão a Constituir em 31/12/2017, que é amortizado conforme regras previstas em contrato celebrado entre a **Enerprev** e a **Bandeirante Energia S.A.**, única Patrocinadora do Plano PSAP/Bandeirante.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

2.2.2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC*, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos da **parcela BSPS do PSAP/Bandeirante**, foram determinadas atuarialmente em **31/12/2017**, e montavam **R\$475.564.642,27**, sendo **R\$432.037.024,06** referentes aos **benefícios programados** e **R\$43.527.618,21** referentes aos **benefícios não programados**.

Já as *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC* foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes da **parcela BSPS** do Plano e montavam **R\$45.312.957,27**, em **31/12/2017**, sendo **R\$44.510.395,80** referentes aos benefícios **programados** e **R\$802.561,47** aos benefícios **não programados**.

A **parcela BSPS** do Plano possui dívida contratada referente ao equacionamento de deficit. Assim, as *Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC* na data base da Avaliação Atuarial montavam **R\$54.894.907,32**. Cumpre-nos informar, que o resultado superavitário observado no encerramento do exercício de 2017 no montante de **R\$6.161.671,53**, foi utilizado para redução das *Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC*.

Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava **R\$465.982.692,22**, em **31/12/2017**.

Comparativamente ao encerramento de exercício de 2016, posicionada em **31/12/2016**, houve um aumento das Provisões Matemáticas da **parcela BSPS** de **2,68%**, tendo sido registrado o montante de **R\$453.841.543,42** em **31/12/2016**. O aumento deve-se, em especial, à diminuição da Provisão a Constituir, em face da amortização da dívida pela Patrocinadora e do abatimento do superavit, ao reajuste dos benefícios saldados de Participantes e Assistidos e da alteração do fator de capacidade.

2.2.3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para a **parcela BSPS do PSAP/Bandeirante**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 119ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia **27/07/2017**, na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer GAMA 72 - RE 116/17**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

2.2.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

A parcela BPS apresentou um Equilíbrio Técnico, em 31/12/2017. Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o **ajuste de precificação**, apurado pela Entidade, montava **R\$4.761.582,28 positivo**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado positivo de R\$4.761.582,28**.

Em face do instrumento contratual de dívida da Patrocinadora, relativamente ao equacionamento de deficit oriundos da parcela BPS do Plano, não houve equacionamento com incorporação ao saldo devedor da dívida uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado apresentado é positivo.

Por outro lado, conforme informado anteriormente, o resultado superavitário observado no encerramento do exercício de 2017 foi utilizado para redução do saldo devedor da dívida, em linha com o previsto no instrumento contratual de dívida da Patrocinadora.

Dessa forma, não há necessidade de equacionamento do Deficit Técnico Acumulado apurado.

2.3. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO - CV

2.3.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

O **grupo de custeio CV** do **PSAP/Bandeirante** possui benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Variável. Os benefícios referentes à **parcela CV** estão estruturados no regime de Capitalização, pelo **método de Capitalização Financeira**.

Os benefícios deste grupo de custeio, por estarem estruturados na modalidade de Contribuição Variável, não possuem custo calculado atuarialmente. Sendo assim, os custos ora apresentados são apurados de acordo com a contribuição média efetuada pelos Participantes, somada à parcela da contribuição patronal, que em 31/08/2017 resultou em **4,78%**. Comparativamente ao apurado na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, houve redução do custo dos benefícios, passando de 4,78% para 5,13%, em razão, de movimentações cadastrais.

2.3.2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC*, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos da **parcela CV** do **PSAP/Bandeirante**, foram determinadas atuarialmente em **31/12/2017**, e montavam **R\$42.096.075,71**, sendo **R\$841.723,03** referentes aos benefícios estruturados em Contribuição Definida, **R\$39.186.332,63** referentes aos **benefícios programados** e **R\$2.068.020,05** referentes aos **benefícios não programados**, os dois últimos estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Já as *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC* montavam **R\$42.868.484,57**, em **31/12/2017**, sendo integralmente referentes aos saldos de conta dos Participantes e Patrocinadora.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

A **parcela CV** do Plano não possui **Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC**. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava **R\$84.964.560,28**, em 31/12/2017.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2016, posicionada em 31/12/2016, houve um aumento das Provisões Matemáticas da **parcela CV** do Plano de **9,55%**, tendo sido registrado o montante de **R\$77.554.596,99** em 31/12/2016. O aumento deve-se, em especial, à elevação dos saldos de contas motivada pelas receitas oriundas de contribuições e da rentabilidade do Plano.

2.3.3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que para a **parcela CV** do **PSAP/Bandeirante**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, observado que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano foram indicadas pela **Enerprev**, conforme **Extrato da Ata da 119ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo**, realizada no dia 27/07/2017, na sede da **Enerprev**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **Mercer GAMA 72 - RE 116/17**, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.3.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

A parcela CV apresentou um Deficit Técnico Acumulado de **R\$10.833.210,04**, em 31/12/2017. Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o **ajuste de precificação**, apurado pela Entidade, montava **R\$3.777.042,49 positivo**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$7.056.167,55**.

Em que pese o resultado do Plano de forma consolidada ser superavitário, entendemos que em face do resultado do grupo de custeio ser deficitário, recomenda-se a avaliação de implantação de um plano de equacionamento.

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, a qual alterou as Resoluções CGPC nº 26/2008 e CGPC 18/2006, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o deficit técnico ajustado observado no encerramento do exercício seja superior a $(1\% \times (\text{Duração do Passivo} - 4))$ das Provisões Matemáticas.

Haja vista que a duração do passivo da referida submassa em 2017 foi

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

de 11,63 anos, o limite do deficit acumulado para o grupo de custeio em 2017 é de **7,63%** das Provisões Matemáticas em Benefício Definido desse grupo de custeio, ou **R\$3.147.707,11**.

Assim sendo, entendemos à luz da Resolução CNPC nº 24, de 24 de novembro de 2016 que deverá ser avaliado o equacionamento do deficit decorrente da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017, até o final do exercício de 2018, considerando, no mínimo, o Deficit que excedeu o limite de 7,63% das Provisões Matemáticas em BD da referida submassa, ou seja, R\$3.908.460,44.

Cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. A EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

2.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.4.1. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.4.2. REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de 2017, o Plano **PSAP/Bandeirante** possui o Fundo para Oscilações de Parâmetros Atuariais - FOPA, constituído originalmente por valor apurado em estudo atuarial específico e, a partir daí, acrescido de sobras de contribuição da Patrocinadora na forma prevista em regulamento. Referido Fundo destina-se a cobertura de eventuais oscilações dos parâmetros atuariais, em especial, para fazer frente à garantia, segundo regras regulamentares, de concessões de benefícios com premissas atuariais distintas das vigentes na data de concessão.

Em relação à destinação do FOPA para cobertura de garantias regulamentares, em 31 de agosto de 2017, data base desta Avaliação Atuarial, tais obrigações foram avaliadas em R\$739.389,47, o que demonstrou a suficiência do fundo para cobertura do risco a que se destina. Em 31/12/2017, referido Fundo montava **R\$5.618.632,11**.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

2.4.3. VARIAÇÃO DO RESULTADO

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$827.096.425,67**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2017, no montante de **R\$896.897.273,85**, verifica-se que o Plano apresentou superavit técnico-atuarial, de **R\$69.800.848,18**, em 31/12/2017.

O resultado superavitário do Plano aumentou do montante de **R\$54.181.747,00**, em 31/12/2016, para o montante de **R\$69.800.848,18**, em 31/12/2017, representando um aumento de **28,83%**, ou **R\$15.619.101,18**. O aumento do resultado superavitário justifica-se, principalmente, pela alteração da premissa de crescimento salarial e pela superação da meta atuarial no período.

A meta atuarial do Plano no exercício de 2017, composta pela taxa de juros de 5,50%, na parcela **BSPS** e **CV**, e 4,68%, na parcela **BD**, acrescida do IGP-DI de 0,00%, totalizou **5,50%**, nas parcelas **BSPS** e **CV**, e **4,68%** na parcela **BD**. As rentabilidades alcançadas no mesmo período foram de **9,05%**, **10,07%** e **11,34%**, das parcelas **BD**, **BSPS** e **CV**, respectivamente. Portanto, nas partes **BD**, **BSPS** e **CV** o Plano apresentou **ganho atuarial** de **4,18%**, **4,33%** e **5,54%**, respectivamente.

2.4.4. NATUREZA DO RESULTADO

O resultado superavitário do Plano apresenta características **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais, bem como da superação da meta atuarial. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

Do superavit apurado em 31/12/2017, o montante de **R\$69.800.848,18** foi alocado integralmente em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e alterações.

2.4.5. SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DEFICIT

O Plano, na visão consolidada não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017.

Em que pese o resultado do Plano de forma consolidada ser superavitário, entendemos que em face do resultado do grupo de custeio CV ser deficitário, deve ser avaliada a implantação de um plano de equacionamento para essa submassa, até o encerramento do exercício de 2018.

2.4.6. ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Crédito Unitário Projetado. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

2.4.7. OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) As hipóteses atuariais que são aplicáveis ao Plano **PSAP/Bandeirante** foram definidas pela Entidade, estando esta subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, registrado no Relatório **Mercer GAMA 72 - RE 116/17**;
- 2) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2017, procederam-se às seguintes alterações:
 - a. Crescimento Salarial: **0,47%** a.a. em substituição à **0,53%** a.a.;
 - b. Fator de Capacidade: **0,9800** para todas as parcelas em substituição a **0,9766** na parcela BD e **0,9767** nas demais parcelas.
- 3) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2017, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundo administrativo e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, conforme consta do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2017;
- 4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela **Enerprev**, parte desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade apresentará Parecer específico atestando a possibilidade de manutenção destes até os seus respectivos vencimentos, com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, a ser desenvolvido pela Mercer GAMA;
- 5) De acordo com o Balancete Contábil posicionado em 31/12/2017, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;
- 6) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R\$6.369.495,93**, sendo **R\$5.618.632,11** referentes a **Fundos Previdenciais**, **R\$598.541,05** referentes a **Fundo Administrativo** e **R\$41.897,34** referentes a **Fundos dos Investimentos**;
 - 6.1) Ressaltamos que o PSAP/Bandeirante possui uma parcela referente a pecúlio registrada em separado, o montante de R\$110,425.43, em Fundo Previdencial, na parcela denominada de PSAP Pecúlio;
- 7) Existe a possibilidade que, no exercício de 2018, sejam publicados normativos referente a Submassas, que poderão vir a influenciar este Plano.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

3. PLANO DE CUSTEIO

Para o período de competência que se inicia a partir de 1º de janeiro de 2018, condicionado a prévia e formal aprovação pela(s) Patrocinadora(s) e pelo Órgão Estatutário responsável na Entidade, devem ser aplicadas as taxas de contribuições para o custeio do Plano, conforme as tabelas a seguir.

3.1. PARCELA BSPS

PLANO DE CUSTEIO PARA 2018		
PATROCINADORA	Contribuição Administrativa	Estimada para 2018, conforme orçamento da Entidade, em R\$1.933.340,50 , referente ao Custeio Administrativo Previdencial.
	Contribuição Extraordinária	Conforme o Instrumento Particular de compromisso e assunção parcial de obrigações de ajuste de reservas, confissões de dívidas e outras avenças.
ASSISTIDO	FAIXA BENEFÍCIO	ALÍQUOTA (%)
	Até 1/2 Teto RGPS ⁽¹⁾	1,45%
	De 1/2 a 1 Teto RGPS	3,50%
	Acima de 1 Teto RGPS	7,50%
AUTOPATROCINADO	Contribuição Administrativa ⁽²⁾	5,29% ⁽³⁾
BPD	Contribuição Administrativa ⁽²⁾	0,00% ⁽³⁾

⁽¹⁾ Teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) vigente para o exercício de 2018.

⁽²⁾ Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

⁽³⁾ Refere-se a índice de taxa de carregamento apurado até 09/2017, a ser aplicado sobre as contribuições Previdenciais.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

PARCELA BD

PLANO DE CUSTEIO PARA 2018				
PARTICIPANTE	Contribuição Mensal ⁽¹⁾	FAIXA SALARIAL	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	
			EXERCÍCIO DE 2017	EXERCÍCIO DE 2018
		Até 1/2 UB ⁽²⁾	1,92	1,76%
		De 1/2 a 1 UB	4,63%	4,25%
	Acima de 1 UB	18,37%	16,88%	
PATROCINADORA	Contribuição Adicional	Conforme definido na Avaliação Atuarial, para custeio de inclusão ou alteração de beneficiários.		
	Contribuição Extraordinária	Apurado na Avaliação Atuarial para o custeio de equacionamento de deficit.		
	Contribuição Normal Mensal	100% da Contribuição Mensal obrigatória do Participante.		
	Contribuição Extraordinária	Apurado na Avaliação Atuarial para o custeio de equacionamento de deficit.		
	Contribuição Administrativa	Conforme informações da Entidade o orçamento para esta contribuição está alocado na modalidade BSPS.		
ASSISTIDO	Contribuição Mensal	FAIXA BENEFÍCIO	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	
			EXERCÍCIO DE 2017	EXERCÍCIO DE 2018
		Até 1/2 UB ⁽²⁾	1,92%	1,76%
		De 1/2 a 1 UB	4,63%	4,25%
	Acima de 1 UB	18,37%	16,88%	
AUTOPATROCINADO	Contribuição Mensal		Equivalente a contribuição do Participante mais a contrapartida da Patrocinadora.	
	Contribuição Adicional		Equivalente a contribuição do Participante mais a contrapartida da Patrocinadora.	
	Contribuição Extraordinária		Equivalente a contribuição do Participante mais a contrapartida da Patrocinadora.	
	Contribuição Administrativa ⁽³⁾		6,62%	5,29% ⁽⁴⁾
BPD	Contribuição Administrativa ⁽³⁾		0,00%	0,00%

⁽¹⁾ Aplicado sobre 70% do Salário Real de Contribuição (SRC)

⁽²⁾ Unidade Bandeirante: R\$3.082,57 em 31/08/2017.

⁽³⁾ Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

⁽⁴⁾ Refere-se a índice de taxa de carregamento apurado até 09/2017, a ser aplicado sobre as contribuições Previdenciais.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

PARCELA CV

PLANO DE CUSTEIO PARA 2018		
PARTICIPANTE	Contribuição Voluntária	Percentual mínimo de 1%, livremente escolhido, a ser aplicado sobre 30% do SRC.
	Contribuição Esporádica	Livremente escolhido.
PATROCINADORA	Contribuição Voluntária Mensal	100% da Contribuição Voluntária mensal do Participante, limitada a 5% de 30% do SRC.
	Contribuição Suplementar	Definido conforme critério da Patrocinadora (exceto para autopatrocinados).
	Contribuição Administrativa	Conforme informações da Entidade o orçamento para esta contribuição está alocado na modalidade BSPS.
AUTOPATROCINADO	Contribuição Voluntária	Percentual mínimo de 1%, livremente escolhido, a ser aplicado sobre 30% do SRC mais a contrapartida da Patrocinadora.
	Contribuição Esporádica	Livremente escolhido.
	Contribuição Administrativa ⁽¹⁾	5,29% ⁽²⁾
BPD	Contribuição Administrativa ⁽¹⁾	0,00%

⁽¹⁾ Contribuição administrativa referente ao custeio previdencial.

⁽²⁾ Refere-se a índice de taxa de carregamento apurado até 09/2017, a ser aplicado sobre as contribuições Previdenciais.

PARECER ATUARIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS PSAP/BANDEIRANTE CNPB 1982.0020-18

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano **PSAP/Bandeirante**, em 31 de dezembro de 2017, é **superavitária** em **R\$69.800.848,18**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo este montante alocado integralmente em **Reserva de Contingência**.

Avaliando o resultado das partes do **PSAP/Bandeirante**, ressaltamos que a **parcela BD** apresentou resultado superavitário e registrando reserva especial pelo segundo exercício consecutivo, não havendo, portanto, necessidade de destinação obrigatória. Enquanto a **parcela BSPS** encerrou o exercício em equilíbrio, conforme o contrato de confissões e dívida, o resultado superavitário foi utilizado para abater o montante registrado em Provisões a Constituir. E, por fim, a **parcela CV** apresentou deficit técnico ajustado acima do limite permitido nos normativos vigentes, então deve ser avaliada a implantação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2018.

Este é o Parecer

Brasília, 22 de fevereiro de 2018.

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO

Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ

CONSULTORA SÊNIOR

FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA

Atuário MIBA 2.017 - MTPS/RJ

CONSULTOR SÊNIOR



FALE CONOSCO!

ESPÍRITO SANTO

Avenida Lourival Nunes, 390 – Prédio H – Planalto de Carapina – Serra/ES

Tel: (27) 3348-4259

E-mail: enerprev.es@edpbr.com.br

SÃO PAULO

Rua Gomes de Carvalho, 1.996 – 9º andar – Vila Olímpia – São Paulo/SP

Tel: (11) 2185-5611 ou (11) 2185-5737

E-mail: enerprev.sp@edpbr.com.br

ACESSE



WWW.ENERPREV.COM.BR